

Este material traz explicações para a resolução das questões do **livro Administração Financeira e Orçamentária, 4ª edição, Editora Método, do Prof. Sérgio Mendes.**

Adquira seu exemplar do livro e tenha acesso à teoria completa acompanhada do enunciado das mais de 1100 questões de concursos anteriores com os respectivos gabaritos.

Neste material, de distribuição gratuita, serão comentadas todas as questões dos 17 capítulos. Acesse www.portaldoorcamento.com.br.

Divulgue o livro mais completo de AFO e o único livro teórico com acesso a mais de 1100 questões comentadas!

Valorize o trabalho do autor para que sirva de exemplo!

Para cursos em PDF e/ou videoaulas com o Prof. Sérgio Mendes, acesse <http://www.portaldoorcamento.com.br/p/curso.html>!

Adicione o professor nas redes sociais:

Facebook: <https://www.facebook.com/profsergiomendes>. Twitter: @sergiomendesaf.

Capítulo I

1)

A LOA é, simultaneamente, uma lei especial e ordinária:

Lei ordinária: as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) e os créditos suplementares e especiais são leis ordinárias. Não se exige quórum qualificado para sua aprovação, sendo necessária apenas a maioria simples.

Lei especial: possui processo legislativo diferenciado, como estudado no âmbito do Ciclo Orçamentário. Possui iniciativa do Executivo e trata de matéria específica: previsão de receitas e fixação de despesas.

Resposta: Certa

2)

a) b) c) Erradas. Compete à **União, aos Estados e ao Distrito Federal** legislar **concorrentemente** sobre direito financeiro, logo **não** é privativa (alternativa “a”), e também **não** é comum (alternativa “b”). No entanto, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. Assim, apesar de não concorrerem com a União e os Estados, os municípios legislam naquilo que for de interesse local e suplementam a legislação federal e a estadual, sem contrariá-las, o que invalida também a alternativa “c”.

d) Errada. Inexistindo lei federal sobre normas gerais de direito financeiro, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades; sobrevindo lei federal sobre normas gerais, a lei estadual restará **suspensa sua eficácia**, no que lhe for contrária. Assim, inicialmente, se a União, não exercendo a sua competência legislativa concorrente em Direito Financeiro e o Estado-Membro exercer a sua, em sobrevindo lei federal que regule a questão, a lei estadual restará suspensa. Não é revogada, o que significa se a União revogar a sua lei geral, a lei estadual sairá da inércia e entrará em vigor, até que outra lei federal lhe suspenda novamente os efeitos ou outra lei estadual a revogue.

e) Correta. Embora a Lei 4320/1964 tenha passado pelo rito de elaboração reservado às leis ordinárias, a CF/1967 e a CF/1988 trouxeram a orientação que as normas gerais de direito financeiro seria disciplinadas por lei complementar. Assim, atualmente, a Lei 4320/1964 possui o *status* de lei complementar, já que trata de normas gerais de Direito Financeiro. Houve a novação de sua natureza normativa pelo art. 165, § 9º, I e II da CF/88, o qual lhe conferiu uma posição *sui generis* no quadro das fontes do Direito: como lei ordinária em sentido formal e lei complementar no sentido material.

Resposta: Letra E

3)

Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual. No entanto, cabe às leis **ordinárias** a instituição desses instrumentos.

Resposta: Errada

4)

De acordo com **Mayer**, o orçamento representa extrinsecamente a forma de uma lei, mas seu conteúdo é de um mero ato administrativo. Assim, orçamento é lei em sentido formal, porém não em sentido material. Já para Hoennel, o orçamento é uma **lei em sentido formal e material**.

Resposta: Errada

5)

É um conceito de **Orçamento Público**. O que já responde a questão.

Explicando um pouco mais, o período "*o governante não está obrigado a realizar todas as despesas ali previstas, porém não poderá contrair outras sem a prévia aprovação do poder legislativo*" conceitua o orçamento autorizativo.

Os orçamentos públicos podem ser classificados em orçamentos de natureza impositiva e de natureza autorizativa:

_ **Orçamento impositivo:** é aquele em que, uma vez consignada uma despesa no orçamento, ela deve ser necessariamente executada. Nesta visão, o orçamento, por se tratar de uma lei, deve ser rigorosamente cumprido.

_ **Orçamento autorizativo:** não existe obrigatoriedade de execução das despesas consignadas no orçamento público, já que o Poder Público tem a discricionariedade para avaliar a conveniência e a oportunidade do que deve ou não ser executado. O STF entende que em nosso País o orçamento não é impositivo, mas sim autorizativo. O fato de ser fixada uma despesa na lei orçamentária anual não gera o direito de exigência de sua realização por via judicial.

Resposta: Letra D

6)

O orçamento pode apontar na promoção de uma expansão da demanda, gerando **déficit**. Em outros casos, em que fosse necessária uma contração da demanda, teríamos a geração de **superávit**, por meio da diminuição dos gastos públicos.

Resposta: Errada

7)

Na Constituição de 1967, do Regime Militar, o Executivo elaborava a proposta e cabia ao Legislativo a aprovação, sem a possibilidade de emendas relevantes, **enfraquecendo** o Legislativo. Constata-se tal fato porque não eram permitidas emendas que causassem aumento de despesa ou que visassem a modificar o seu montante, natureza ou objeto.

Resposta: Errada

8)

a) Correta. Uma das características da atividade financeira do Estado: presença de uma pessoa jurídica de direito público.

b) Correta. A atividade financeira do Estado visa à promoção do desenvolvimento econômico e social e à consecução do bem comum.

c) Correta. Uma das características da atividade financeira do Estado: instrumentalidade.

d) Correta. Outra característica da atividade financeira do Estado: conteúdo monetário.

e) É a incorreta. A atividade financeira do Estado visa à promoção do desenvolvimento econômico e social e à consecução do bem comum. A obtenção de recursos é apenas uma das finalidades.

Resposta: Letra E

9)

No período do Regime Militar surgiu no Brasil a ideia de orçamento-programa, por meio da Lei 4320/1964 e do Decreto-Lei 200/1967.

Resposta: Certa

10)

Segundo Aliomar Baleeiro, o orçamento público é o ato pelo qual **o Poder Executivo prevê** e o Poder Legislativo autoriza, por certo período de tempo, a execução das despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do País, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei. Ainda, veremos no próximo capítulo que as metas fiscais estão na **Lei de Diretrizes Orçamentárias**.

Resposta: Errada

11)

De acordo com o art. 165 da CF/1988:

§ 9.º **Cabe à lei complementar:**

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Resposta: Letra B

12)

De acordo com o art. 165 da CF/1988:

§ 9.º **Cabe à lei complementar:**

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Resposta: Errada

13)

No orçamento impositivo, uma vez consignada uma despesa no orçamento, ela deve ser necessariamente executada. Já no orçamento autorizativo, adotado no Brasil, o Poder Público tem a discricionariedade para avaliar a conveniência e oportunidade do que deve ou não ser executado.

Resposta: Certa

14)

Para Keynes, em momento de retração econômica, quando as empresas tendem a investir cada vez menos, piorando cada vez mais a crise, o Estado deveria aumentar seus gastos para aquecer a economia, por meio, por exemplo, de aumento dos investimentos e das linhas de concessão de crédito. Nesse caso, o aumento dos gastos acarretaria em

endividamento público e na flexibilização do princípio do equilíbrio, pois o orçamento desequilibrado seria necessário para superar a crise.

Resposta: Certa

15)

A atividade financeira do Estado consiste em obter, criar, gerir e despender o dinheiro indispensável às necessidades, cuja satisfação o Estado assumiu ou cometeu a outras pessoas de direito público. As finalidades do Estado estão relacionadas à gestão e ao planejamento de recursos públicos; **à obtenção de recursos financeiros por meio de ingressos públicos ou crédito público; ao dispêndio de recursos para sua manutenção** e para a interferência na economia visando à promoção do desenvolvimento econômico e social e a consecução do bem comum.

Resposta: Letra C

16)

No orçamento autorizativo, não existe obrigatoriedade de execução das despesas consignadas no orçamento público, já que o Poder Público tem a discricionariedade para avaliar a conveniência e oportunidade do que deve ou não ser executado. O STF entende que em nosso país o orçamento não é impositivo, mas sim **autorizativo**. O fato de ser fixada uma despesa na LOA não gera o direito de exigência de sua realização por via judicial.

Resposta: Errada

17)

Atualmente, ainda é a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui **normas gerais de Direito Financeiro** para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Resposta: Letra A

18)

De acordo com o art. 165 da CF/1988:

§ 9.º Cabe à **lei complementar**:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a

organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como **condições para a instituição e funcionamento de fundos**.

Resposta: Certa

19)

De acordo com o art. 163 da CF/1988:

Art. 163. **Lei complementar** disporá sobre:

I - finanças públicas;

II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;

III - concessão de garantias pelas entidades públicas;

IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública;

V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;

VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.

E consoante o art. 165 da CF/1988:

§ 9.º Cabe à **lei complementar**:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Resposta: Letra C

20)

De acordo com o art. 24 da CF/1988, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre Direito Financeiro:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre:

I – direito tributário, **financeiro**, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

(...).”

Resposta: Errada

21)

a) Errada. O aspecto **econômico** é aquele que atribui ao orçamento, como plano de ação governamental que é, o poder de intervir na atividade econômica, propiciando a geração de emprego e renda em função dos investimentos que podem ser previstos e realizados pelo setor público, resultando com isso o desenvolvimento do país.

b) Errada. O aspecto **financeiro** é aquele que representa o fluxo financeiro gerado pelas entradas de recursos, obtidos com a arrecadação de receitas, e os dispêndios com as saídas de recursos proporcionados pelas despesas, evidenciando a execução orçamentária.

c) Correta. O aspecto jurídico é aquele em que se define ou integra a lei orçamentária no conjunto de leis do país.

d) Errada. O aspecto **político** é aquele que diz respeito à sua característica de plano de governo ou programa de ação do grupo/facção partidária que detém o poder.

e) Errada. O aspecto **técnico** é aquele que representa o conjunto de regras e formalidades técnicas e legais exigidas na elaboração, na aprovação, na execução e no controle do orçamento.

Resposta: Letra C

22)

De acordo com o art. 165 da CF/1988:

§ 9º - Cabe à lei **complementar**:

I - **dispor sobre o exercício financeiro**, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e **da lei orçamentária anual**;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Resposta: Errada

23)

A corrente liderada por **Léon Duguit** considera o orçamento, em algumas de suas partes, como um simples ato administrativo, no que se refere às despesas públicas e receitas originárias e, em outras, como uma lei, no aspecto que autoriza a cobrança e a arrecadação dos tributos (receita derivadas).

Resposta: Errada

24)

O Supremo Tribunal Federal deve exercer sua função precípua de fiscalização da constitucionalidade das leis e dos atos normativos quando houver um tema ou uma controvérsia constitucional suscitada em abstrato, independente do caráter geral ou específico, concreto ou abstrato de seu objeto. Assim, **há a possibilidade** de submissão das normas orçamentárias ao controle abstrato de constitucionalidade.

Resposta: Errada

25)

As normas jurídicas que tratam da instituição, compulsoriedade, arrecadação e fiscalização de impostos, taxas, contribuições de melhorias, demais contribuições e empréstimos compulsórios pertencem ao campo do Direito **Tributário**.

Resposta: Errada

26)

Consoante o art. 165 da CF/1988:

§ 9.º *Cabe à lei complementar:*

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Tal Lei Complementar ainda não foi editada. Enquanto isso, na esfera federal, os prazos para o ciclo orçamentário estão estabelecidos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Resposta: Certa

27)

O mecanismo de intervenção **por redistribuição** é aquele em que o Estado não só retira parte das riquezas dos contribuintes mais abastados, como também a redistribui, mediante subvenção ou outra classe de auxílio, aos grupos sociais de baixa capacidade econômica.

Resposta: Errada

28)

a) Errada. É lei de efeitos **concretos**.

b, c) Erradas. A lei orçamentária não é uma lei material, sendo apenas uma lei em sentido **formal**.

d) Errada. É lei **ordinária**.

e) Correta. A única opção correta é a que confere ao orçamento a natureza jurídica de **lei de efeitos concretos**.

Resposta: Letra E

29)

A Lei Orçamentária é ainda denominada de Lei de Meios, porque possibilita os meios para o desenvolvimento das ações relativas aos diversos órgãos e entidades que integram a administração pública. Essa denominação é oriunda do orçamento clássico, que enfatizava os meios, sem se preocupar com os fins. Atualmente, com o orçamento-programa, **o principal foco da Lei de Meios são os resultados**.

Resposta: Errada

30)

a) Errada. A prerrogativa é exclusiva do **Executivo** para proposição de lei em matéria orçamentária.

b) Errada. O orçamento monetário foi **extinto**.

- c) Errada. O Ciclo Orçamentário **não** se resume apenas à LOA.
- d) Errada. Há, além do Orçamento Fiscal, **os Orçamentos da Seguridade Social e de Investimento das Estatais**.
- e) Correta. A Constituição Federal de 1988 recuperou a figura do planejamento na administração pública brasileira, com a integração entre plano e orçamento por meio da criação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Resposta: Letra E

Adquira seu exemplar! Estude a teoria completa e acompanhe a resolução com o enunciado de todas as questões!

Capítulo II

1)

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano. A LOA é o orçamento por excelência ou o orçamento propriamente dito. As despesas executadas pelos diversos órgãos públicos não podem ser desviadas do que está autorizado na LOA, tampouco podem conflitar com o interesse público.

Resposta: Certa

2)

A Lei Orçamentária Anual compreenderá **o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.**

Resposta: Letra C

3)

O **PPA** é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Resposta: Letra A

4)

O orçamento fiscal e o de **investimento das estatais**, integrantes da LOA, incluem, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais.

Entretanto, o orçamento da seguridade social **não** tem a função de reduzir desigualdades inter-regionais.

Resposta: Errada

5)

Questão complicadíssima. O examinador que saber exatamente de acordo com o **Inciso I do art. 4º da LRF:**

a) Correta. A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e disporá também sobre, entre outros, equilíbrio entre receitas e despesas (art. 4º, I, a, da LRF).

b) d) Erradas. Devem também integrar a LDO, por meio do Anexo de Metas Fiscais, porém está no **§ 2º do art. 4º**. Brincadeira de mau gosto da Banca examinadora!

c) Errada. A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e disporá também sobre, entre outros, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos **resultados** dos programas financiados com recursos dos orçamentos (art. 4º, I, e, da LRF). Para a Banca, a presença da palavra “resultados” invalidou a alternativa. Mais uma brincadeira de mau gosto.

e) Errada. Literalmente, a LRF não determina rigoroso controle de custos com a finalidade de reduzir custeio, apesar de ser algo que podemos deduzir.

Obs: É questão para esquecer, muito mal elaborada, não serve como base para estudarmos para uma prova.

Resposta: Letra A

6)

Na Alternativa "E", a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

As demais alternativas não fazem sentido algum.

Resposta: Letra E

7)

A **lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente**, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Resposta: Letra E

8)

Determina o art. 167 da CF/1988:

§ 1.º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Resposta: Certa

9)

Segundo o § 2º do art. 165 da CF/1988:

*“§ 2º A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento”.*

Resposta: Letra C

10)

Os examinadores tentam confundir o termo “diretrizes, objetivos e metas” que se refere ao PPA com o termo “metas e prioridades” da LDO.

A LDO explicita as **metas e prioridades** para cada ano.

Resposta: Letra C

11)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais”.

Logo, é correto o que consta em I, II e III.

Resposta: Letra C

12)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

“§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

*I – o **orçamento fiscal** referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;*

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público”.

Resposta: Letra A

13)

a) Errada. É matéria tratada na **LDO**, no anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

b) Errada. A **LOA** conterá a previsão das receitas e a fixação das despesas para o exercício a que se refere, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Correta. O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

d) Errada. É a **LDO** que deve dispor sobre alterações na legislação tributária.

e) Errada. É matéria também tratada na **LDO**, no anexo de metas fiscais, o qual constará a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Resposta: Letra C

14)

Segundo o § 7º do art. 165 da CF/1988, os **orçamentos fiscais e de investimentos das estatais**, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir

desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional. Note que o Orçamento da **Seguridade Social não** tem a função de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Resposta: Letra E

15)

a) b) Erradas. A LOA compreende **o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.**

c) Errada. A LOA **pode** conter dispositivo que autorize a abertura de créditos suplementares ou a contratação de operações de crédito. São as exceções ao princípio da exclusividade.

d) Errada. A LOA compreende também o orçamento de investimento das empresas em que a União detenha a **maioria** do capital social com direito a voto.

e) Correta. A LOA discrimina os recursos orçamentários e financeiros considerando as disposições da LDO.

Resposta: Letra E

16)

De acordo com a definição de PPA dada pela própria questão e analisando as alternativas apresentadas, pode-se inferir que o PPA necessita conter:

- diretrizes de ação do governo dos próximos quatro anos;
- objetivos e metas da administração pública para despesas;
- previsão de despesas de capital, como despesas de investimentos, inversões financeiras e transferências de capital para pagamento de dívida pública.

Resposta: Letra A

17)

A lei de diretrizes orçamentárias **compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal**, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Analisando as alternativas:

- a) Errada. **Não** há tal restrição na CF/1988 no que se refere à LDO e as despesas de capital.
- b) Errada. **Não** há tal regra na CF/1988 no que se refere à LDO e aos créditos adicionais.
- c) Errada. **Não** há tal restrição na CF/1988 no que se refere à LDO e a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento
- d) Errada. **Não** há tal restrição na CF/1988 no que se refere à LDO e às alterações na legislação tributária.
- e) Correta. A LDO trata de questões relativas às metas e às prioridades da administração pública federal.

Resposta: Letra E

18)

Segundo o § 1º do art. 165 da CF/1988:

*“§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas **de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada**”.*

Resposta: Letra D

19)

- a) Errada. O **plano plurianual** estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) Errada. A **LOA** compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- c) Correta. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

d) Errada. A **LOA** compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

e) Errada. A **Lei Complementar** irá dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, e estabelecerá normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.

Resposta: Letra C

20)

a) Errada. As funções **previdência**, saúde e assistência social integrarão o orçamento da seguridade social.

b) Errada. As despesas de custeio das estatais não dependentes **não** integram a LOA.

c) Errada. A autorização para abertura de créditos adicionais **suplementares** poderá ser incluída na LOA.

d) Errada. A **autorização** para as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária integrará a LOA. As receitas oriundas dessa operação são extraorçamentárias.

e) Correta. As autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público integram a LOA.

Resposta: Letra E

21)

As **diretrizes orçamentárias** constituem princípios orientadores para a elaboração do **orçamento anual**.

Resposta: Errada

22)

l) Errado. A lei que instituir o **plano plurianual** estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de natureza continuada.

II) Correto. A LOA compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

III) Correto. De acordo com a LRF, a LDO disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

IV) Errado. Integrará o projeto de **lei de diretrizes orçamentárias** o anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e o montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

V) Correto. A vigência do PPA estende-se por 4 anos com início no segundo ano de mandato do Chefe do Poder Executivo até o término do primeiro ano do mandato seguinte. Não se confunde com o início e término do mandato do governante.

Logo, somente as afirmativas II, III e V estão corretas.

Resposta: Letra B

23)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

Resposta: Letra B

24)

a) Correta. A Constituição Federal de 1988 recuperou a figura do planejamento na administração pública brasileira, com a integração entre plano e orçamento por meio da criação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias

b) Errada. O orçamento monetário foi **extinto**.

c) Errada. A prerrogativa é apenas do **Executivo** para proposição de lei em matéria orçamentária.

d) Errada. Não houve unificação do ciclo orçamentário no PPA e na LOA. Temos ainda a LDO e diversos instrumentos infralegais.

e) Errada. Há, além do Orçamento Fiscal, **os Orçamentos da Seguridade Social e de Investimento das Estatais.**

Resposta: Letra A

25)

a) Errada. A **lei de diretrizes orçamentárias**, como instrumento de planejamento da ação pública, deverá estabelecer as metas e as prioridades da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

b) Errada. O projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do **exercício financeiro.**

c) Errada. A LDO orientará a elaboração da lei orçamentária anual e o **PPA** conterá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

d) Correta. Segundo o § 5.º, III, do art. 165 da CF/1988, a lei orçamentária anual conterá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

e) Errada. É vedado iniciar investimento com duração prevista para período maior do que um exercício financeiro **sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão**, sob pena de crime de responsabilidade.

Resposta: Letra D

26)

Segundo o § 2.º do art. 165 da CF/1988:

§ 2.º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Resposta: Certa

27)

I) Correto. Segundo o §5º do art. 165 da CF/1988, a LOA compreenderá:

- O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

II) Correto. A LDO é o elo entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

III) Errado. O Plano Plurianual é um plano de médio prazo, através do qual procura-se ordenar as ações do governo que levem à realização dos objetivos e metas fixadas para um período de **quatro** anos.

IV) Correto. A Lei dos Orçamentos Anuais é o orçamento propriamente dito, logo a LOA é a materialização por meio de ações dos programas que foram previstos no PPA, visando ao atendimento e bem-estar da coletividade.

V) Correto. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Logo, são verdadeiras apenas as afirmações I, II, IV e V.

Resposta: Letra B

28)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

Resposta: Letra E

29)

Essa questão mistura os três instrumentos de planejamento e orçamento previstos na CF/1988:

- a) Correta. O crescimento econômico sustentável é uma das diretrizes do Plano Plurianual.
- b) Correta. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- c) Correta. Segundo o § 7º do art. 165 da CF/1988, os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- d) Correta. O PPA é um instrumento de planejamento que deve ser elaborado de forma regionalizada.
- e) É a incorreta. É função da **Lei de Diretrizes Orçamentárias**.

Resposta: Letra E

30)

O orçamento da seguridade social compreende somente as despesas nas **funções previdência social, assistência social e saúde**.

Resposta: Letra E

31)

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Assim, o tribunal deverá inserir todas as metas e prioridades no projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2014. Entretanto, a LDO é um instrumento **prévio** à LOA.

Logo, **não** será após o envio da proposta orçamentária que as metas e prioridades serão inseridas no projeto da LDO.

Resposta: Errada

32)

De acordo com a CF/1988, a LOA compreenderá **o orçamento fiscal, o de investimentos das empresas estatais e o da seguridade social.**

Resposta: Letra C

33)

Segundo o art. 22, a **proposta orçamentária** que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas leis orgânicas dos municípios, compor-se-á:

_ Mensagem: conterá exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômico-financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital.

_ Projeto de Lei de Orçamento.

_ Tabelas explicativas sobre receitas e despesas de vários anos, em colunas distintas e para fins de comparação.

_ Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

Resposta: Letra C

34)

Segundo o § 5º do art. 165 da CF/1988, a LOA compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Assim, abrange os impostos e as despesas de toda a administração pública, incluindo os três Poderes e as fundações mantidas pelo Estado.

Resposta: Letra A

35)

As despesas de custeio das estatais não dependentes não integram a LOA, já que não usam dinheiro decorrente da arrecadação de tributos. As empresas não dependentes geram seus próprios recursos para arcar com seus gastos de manutenção e pessoal, por exemplo, com a venda de produtos ou prestação de serviços. Tal orçamento operacional integra o Plano de Dispêndios Globais - PDG e integrará apenas um anexo da mensagem que encaminha o PLOA, sendo aprovado por Decreto.

Resposta: Certa

36)

Nos termos do art. 5º da LRF:

(...)

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

Resposta: Certa

37)

Ao dispor sobre as alterações na legislação tributária, a LDO permite a elaboração da LOA com as estimativas mais precisas dos recursos e, ainda, informa aos agentes econômicos as possíveis modificações, a fim de que não ocorram mudanças bruscas fora de suas expectativas.

Resposta: Certa

38)

Nossa questão pede a opção correta em relação ao Orçamento Fiscal:

a) Correta. A alternativa cita que compõe o orçamento fiscal as empresas públicas e sociedades de economia mista **controladas** que **recebem recursos** não provenientes de: participação acionária, pagamento de serviços prestados e transferências para aplicação em programas de financiamento. Se recebem recursos e não são provenientes de tais fontes, então os recursos que irão receber são os destinados a pagamento de despesas

com pessoal e/ou de custeio em geral e/ou de capital. **Assim, está configurado o conceito de empresa estatal dependente que está inserido no Orçamento Fiscal.**

b) c) d) Erradas. Essas alternativas afirmam que compõem o orçamento fiscal as empresas públicas e sociedades de economia mista em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. Tal afirmação, sem ressalvas, está errada, porque **caracteriza a composição do Orçamento de Investimentos das Estatais.**

e) Errada. Está incompleta. Faltam os órgãos e entidades, fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pela União.

Resposta: Letra A

39)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

Resposta: Letra A

40)

Quanto aos investimentos, determina o art. 167 da CF/1988:

*“§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de **responsabilidade**”.*

Resposta: Letra B

41)

I) Correto. A Lei Orçamentária Anual inclui o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas estatais.

II) Correto. A finalidade da LOA é a concretização dos objetivos e metas estabelecidos no PPA. É materialização do conjunto de ações e objetivos que foram planejados visando ao atendimento e bem-estar da coletividade. É o orçamento por excelência ou o orçamento propriamente dito.

III) Errado. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o **exercício financeiro subsequente**, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

IV) Correto. Orientada pelas diretrizes, objetivos e metas do PPA, a LOA compreende as ações a serem executadas, seguindo as metas e prioridades estabelecidas na LDO.

V) Correto. O Plano Plurianual – PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Retrata, em visão macro, as intenções do gestor público para um período de quatro anos.

Logo, estão corretos os itens I, II, IV e V.

Resposta: Letra C

42)

Segundo o § 2.º do art. 165 da CF/1988:

*§ 2.º A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.*

Resposta: Letra D

43)

Segundo o art. 165 da CF/1988:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

Resposta: Letra C

44)

Segundo o art. 22 da Lei 4320/1964, a proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas leis orgânicas dos municípios, compor-se-á:

- **Mensagem:** conterá exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômico-financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital.
- **Projeto de Lei de Orçamento.**
- **Tabelas explicativas** sobre receitas e despesas de vários anos, em colunas distintas e para fins de comparação.
- **Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais**, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

Resposta: Letra A

45)

I) Correto. A LDO disporá sobre critérios e forma de limitação de empenho quando as metas de resultado primário e nominal do ente público não puderem ser alcançadas.

II) Correto. A LDO estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

III) Errado. A LDO disporá sobre as despesas de capital para o **exercício subsequente**.

IV) Errado. A LDO conterá Anexo de **Riscos** Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Logo, está correto o que se afirma apenas em I e II.

Resposta: Letra A

46)

O orçamento da seguridade social é aplicado a todos os órgãos que possuem receitas e despesas públicas relacionadas à seguridade social (previdência, assistência e saúde) e **não apenas** àqueles diretamente relacionados à seguridade social.

Resposta: Errada

47)

- a) Errada. O Anexo de Riscos Fiscais integra a **LDO**.
- b) Errada. O Relatório da Gestão Fiscal não integra nenhum dos instrumentos de planejamento e orçamento. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos.
- c) Correto. O Orçamento da Seguridade Social compõe a LOA, juntamente com o Orçamento Fiscal e de Investimento das Estatais.
- d) Errado. O Orçamento Monetário foi **extinto**.
- e) Errado. O Anexo de Metas Fiscais integra a **LDO**.

Resposta: Letra C

48)

A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das **agências financeiras oficiais de fomento**.

O **estabelecimento da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento** objetiva o controle dos gastos das agências que fomentam o **desenvolvimento** do país. Sua presença na LDO justifica-se pela repercussão econômica que ocasionam. Exemplos: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Agência de Fomento do Paraná (AFPR), Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM).

Logo, a LDO trata dos financiamentos concedidos por agências públicas de desenvolvimento (ou agências financeiras oficiais de fomento).

Resposta: Certa

49)

- a) Correta. A iniciativa do PLOA é do Poder Executivo.
- b) É a incorreta. O orçamento da seguridade social **não** tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais.
- c) Correta. Uma das vedações constitucionais em matéria orçamentária é o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária.

d) Correta. Integram a LOA os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais.

e) Correta. O projeto da LOA deverá ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Resposta: Letra B

50)

I) Errado. O **Plano Plurianual** é o instrumento de planejamento do Governo Federal que estabelece, de forma **regionalizada**, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

II) Errado. A **LDO** disporá sobre as alterações na legislação tributária.

III) Correto. A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

IV) Correto. A vigência do PPA é de quatro anos, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.

Logo, está correto o que se afirma apenas em III e IV.

Resposta: Letra E

51)

O orçamento de investimento está compreendido na lei orçamentária anual, juntamente com o orçamento fiscal e da seguridade social. Trata das empresas em que a União direta ou indiretamente, detenha a **maioria** do capital social com direito a voto.

Resposta: Errada

52)

Na alternativa “C”, a **lei orçamentária anual** compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra C

53)

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Resposta: Letra E

54)

A **lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente**, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Resposta: Letra B

55)

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

O orçamento da seguridade social é aplicado a todos os órgãos que possuem receitas e despesas públicas relacionadas à seguridade social (previdência, assistência e saúde) e não apenas àqueles diretamente relacionados à seguridade social, como os hospitais que atendem ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, o tribunal federal possui despesas de assistência médica relativa aos seus servidores e essa despesa faz parte do orçamento da seguridade social.

Resposta: Certa

56)

a) Correto. Segundo o art. 5.º da LRF, o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias conterá, entre outros, **reserva de contingência**, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na LDO, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

b) É a incorreta. O anexo de riscos fiscais integra a **LDO**.

c) d) e) Corretas. Pela CF/1988, a LOA compreende o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais.

Resposta: Letra B

57)

A concessão de qualquer vantagem ou **aumento de remuneração**, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver **prévia dotação orçamentária suficiente** para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se **houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias**, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Logo, ao não atender o pleito por aumento da gratificação de uma determinada categoria de servidores, o MPOG, respaldado no § 1.º, I e II, do art. 169 da CF/1988, agiu corretamente, por não haver dotação orçamentária que comportasse o referido acréscimo, além de a lei de diretrizes orçamentárias aprovada no ano anterior (e que entrou em vigor no ano seguinte) não ter incluído autorização específica.

Resposta: Certa

58)

O Orçamento Fiscal compreenderá os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, excluídos os investimentos

das empresas (que estão no orçamento de investimento) e os órgãos, fundos e entidades vinculados ao sistema de seguridade social (que estão no orçamento da seguridade social).

Resposta: Letra C

59)

Segundo o § 7.º do art. 165 da CF/1988, os **orçamentos fiscais e de investimentos das estatais**, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional. Entretanto, o Orçamento da **Seguridade Social não** tem a função de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Resposta: Errada

60)

A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.

Resposta: Letra E

61)

Segundo o § 1º do art. 165 da CF/1988:

*“§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para **as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada**”.*

Resposta: Letra D

62)

Segundo o § 2.º do art. 165 da CF/1988:

*§ 2.º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, **orientará a elaboração da lei orçamentária anual**, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.*

Resposta: Letra B

63)

I) Correto. A Lei Orçamentária Anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.

II) Correto. O orçamento da seguridade social compreende as funções saúde, previdência e assistência social.

III) Correto. Orientada pelas diretrizes, objetivos e metas do PPA, A LOA compreende as ações a serem executadas, seguindo as metas e prioridades estabelecidas na LDO.

IV) Correto. O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entrará em vigor no segundo ano. A partir daí, terá sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte. A ideia é manter a continuidade dos Programas, com comprometimento de todos os Poderes.

V) Errado. Com base no **PPA**, o Poder Executivo elabora a **LDO** com a participação dos demais Poderes e órgãos.

Logo, os itens I, II, III e IV estão corretos.

Resposta: Letra E

64)

O orçamento **fiscal** se refere aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público

Resposta: Letra C

65)

Segundo o § 2º do art. 165 da CF/1988:

*“§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das **agências financeiras oficiais de fomento**”.*

Resposta: Letra E

66)

O **Plano Plurianual** é o instrumento de planejamento do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Resposta: Letra E

67)

As empresas estatais dependentes estão incluídas nos orçamentos fiscal e da seguridade social. No orçamento de investimento estão apenas as estatais **não dependentes**.

Resposta: Errada

68)

A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Resposta: Letra D

69)

Deve **integrar** a LOA, obrigatoriamente, segundo os §§ 1º e 2º também do art. 2º da Lei 4320/1964:

- **Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo (item I).**
- **Quadro demonstrativo da receita e da despesa segundo as categorias econômicas (item II);**
- **Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação (item III).**
- Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

Resposta: Letra E

70)

- a) Correta. A LOA não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.
- b) Errada. A CF/1988 **proíbe** a consignação de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- c) Errada. A **LDO** conterà Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- d) Errada. A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- e) Errada. O **PPA** estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Resposta: Letra A

71)

Na alternativa “B”, a LOA compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. O orçamento que inclui as empresas, o qual também integra a LOA, é o **orçamento de investimento** das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra B

72)

A definição das metas e prioridades da Administração Pública Federal está prevista na LDO. As disposições que constarão do orçamento devem ser comparadas com as metas e prioridades da Administração Pública. Assim, pode-se verificar se as metas e

prioridades podem ser concretizadas a partir da alocação de recursos na LOA, onde estão os programas que serão executados pelos governos.

Resposta: Letra C

73)

Pela CF/1988, a LOA compreende o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais.

Resposta: Letra A

74)

Na alternativa “D”, integra a LDO o **Anexo de Riscos Fiscais**, em que serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

As demais alternativas estão corretas e se referem ao anexo de metas fiscais.

Resposta: Letra D

75)

a) Errada. O demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia é objeto da **LOA**.

b) Errada. As despesas de capital para o exercício financeiro subsequente são objeto da **LDO**.

c) Correta. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

d) Errada. As diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada são previstas no **PPA**.

e) Errada. O objeto do plano plurianual vem definido na **CF/1988**.

Resposta: Letra C

76)

- a) Correta. Integrará a LDO o Anexo de Riscos Fiscais, em que serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- b) Correta. Integrará o projeto da LDO o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- c) Correta. Os riscos fiscais abrangem os riscos orçamentários e os riscos da dívida. Os riscos fiscais orçamentários estão relacionados à possibilidade de as receitas e despesas projetadas na elaboração do projeto da LOA não se confirmarem durante o exercício financeiro. Já os riscos fiscais da dívida estão diretamente relacionados às flutuações de variáveis macroeconômicas, tais como taxa básica de juros, variação cambial e inflação.
- d) Correta. O Anexo de Metas Fiscais conterá demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- e) É a incorreta. É o **Anexo de Metas Fiscais** que conterá a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador; e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.

Resposta: Letra E

77)

A LOA conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais).

Resposta: Letra E

78)

A lei que instituir o **plano plurianual** estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Resposta: Letra E

79)

A CF/1988 recuperou a figura do planejamento na administração pública brasileira, com a integração entre plano e orçamento por meio da criação do PPA e da LDO. O papel do PPA nesse contexto é o de implementar o necessário elo entre o planejamento de longo prazo e os orçamentos anuais. O planejamento de longo prazo encontra, assim, nos sucessivos PPAs, as condições para sua materialização.

Resposta: Certa

80)

- a) Errada. É o contrário. O **PPA** é o plano de médio prazo que subsidia a elaboração da **LDO**.
- b) Errada. O **Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital**, aprovado mediante decreto executivo, antevê quadro trienal de receitas e despesas de capital.
- c) Errada. A **LDO** prevê critérios de limitação de empenho toda vez que a receita evoluir abaixo do esperado.
- d) Correta. A LDO disporá, entre outros, sobre demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- e) Errada. Os anexos de metas e riscos fiscais compõem a **LDO**.

Resposta: Letra D

81)

- a) b) c) Corretas. Segundo o § 2.º do art. 165 da CF/1988:
§ 2.º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- d) É a incorreta. **Não** cabe a nenhum dos instrumentos de planejamento e orçamento conter a totalidade dos programas de trabalho a serem executados no próximo exercício, discriminados até o nível subelemento de despesa
- e) Correta. De acordo com o art. 169 da CF/1988, é necessária autorização específica na LDO em vários aspectos no que tange à política de pessoal.

Resposta: Letra D

82)

Segundo o § 2º do art. 165 da CF/1988:

“§ 2º A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento”.

Resposta: Letra D

83)

A fixação de diretrizes orçamentárias tem entre seus objetivos definir as prioridades e metas da administração pública e orientar a elaboração da LOA. As disposições que constarão do orçamento devem ser comparadas com as metas e prioridades da administração pública. Assim, pode-se verificar se as metas e prioridades podem ser concretizadas a partir da alocação de recursos na LOA. A orientação à elaboração da lei orçamentária anual reforça a ideia que a LDO é um plano prévio à Lei Orçamentária, assim como o Plano Plurianual é um plano prévio à LDO. É o termo mais genérico, pois incluem também as metas e prioridades da administração pública, as alterações na legislação tributária e a política de aplicação das agências oficiais de fomento.

Resposta: Certa

84)

a) Errada. O Plano Plurianual (PPA), cuja lei instituidora vigora durante um **quadriênio**, estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

b) Correta. São anuais as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento Anual (LOA). O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa. Já o projeto da Lei Orçamentária anual deverá ser encaminhado ao Legislativo quatro meses antes do término do exercício financeiro e devolvido ao executivo até o encerramento da sessão legislativa do exercício de sua elaboração.

c) Errada. Cabe às leis **ordinárias** a instituição dos instrumentos PPA, LDO e LOA.

d) Errada. A vigência da LOA **coincide** com o exercício financeiro. A vigência da LDO é controversa, porque é fato que ela se refere a um exercício financeiro, mas parte da doutrina entende que a vigência comporta um período maior. Mas o item já está errado devido a afirmação sobre a LOA.

e) Errada. O projeto do Plano Plurianual (PPA) deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até **quatro** meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato do Chefe do Poder Executivo e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Resposta: Letra B

85)

I) Errado. A **LDO** é um instrumento intermediário entre o PPA e a **LOA**.

II) Correto. O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

III) Errado. As metas e as prioridades da administração pública para um período de um ano devem ser estabelecidas na **LDO**.

IV) Errado. A política econômico-financeira e o plano de trabalho do governo para um período de um ano devem ser estabelecidos na **LOA**.

Logo, apenas o item II está correto.

Resposta: Letra C

86)

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento pelo qual o poder público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano. A LOA é o orçamento por excelência ou o orçamento propriamente dito. A finalidade da LOA é a concretização dos objetivos e metas estabelecidas no PPA. Expressa as políticas desenvolvidas pela entidade pública por meio do cumprimento ano a ano das

etapas do PPA, em consonância com o que foi estabelecido na LDO. Portanto, orientada pelas diretrizes, objetivos e metas do PPA, compreende as ações a serem executadas, seguindo as metas e prioridades estabelecidas na LDO. Como os recursos são escassos e as necessidades ilimitadas, são necessárias escolhas onde naturalmente alguns setores serão mais beneficiados.

Resposta: Certa

87)

a) b) Erradas. O Poder Executivo consolida a LOA, mas ela compreende o Orçamento de todos os poderes e do Ministério Público.

c) Errada. O orçamento da Seguridade Social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, tanto da Administração Direta como da Administração Indireta.

d) Errada. A LOA também compreende os fundos e fundações instituídos pelo Poder Público.

e) Correta. O orçamento de investimentos compreende as empresas que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Resposta: Letra E

88)

Consoante a LRF:

Art. 4.º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2.º do art. 165 da Constituição e:

I – disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

Resposta: Letra E

89)

a) b) c) d) Corretas. Segundo o art. 22 da Lei 4320/1964, a proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á:

- **Mensagem:** conterá exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e

justificação da política econômica-financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;

- **Projeto de Lei de Orçamento;**
- **Tabelas explicativas**, sobre receitas e despesas de vários anos, em colunas distintas e para fins de comparação;
- **Especificação dos programas especiais de trabalho** custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

e) Errada. A Lei de Orçamento **não** consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos (art. 21 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

90)

Segundo o § 1º do art. 165 da CF/1988:

*“§ 1º A lei que instituir o **plano plurianual** estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e **para as relativas aos programas de duração continuada**”.*

Resposta: Letra E

91)

A alternativa “E” exclui as entidades de administração indireta que possuam autonomia econômica e financeira, o que está incorreto. A **lei orçamentária anual** compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, **seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive** fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra E

92)

- a) Errada. É o orçamento de **investimentos**, logo **não** constam as despesas de custeio das estatais não dependentes. Ademais, as empresas estatais dependentes não fazem parte do orçamento de investimentos, integram o orçamento fiscal e da seguridade social.
- b) Errada. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade. Assim, o projeto de lei orçamentária **não** poderá consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no PPA ou em lei que autorize a sua inclusão.
- c) Errada. Refere-se ao princípio da exclusividade. A lei não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Não se inclui na proibição a autorização para abertura de créditos **suplementares**. No entanto, a autorização para abertura de **créditos especiais está entre as proibições, não é uma das exceções**.
- d) Errada. Seguridade social compreende saúde, assistência social e previdência. **Não** compreende educação, que integra o orçamento fiscal.
- e) Correta. A LOA conterà reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Letra E

93)

Os orçamentos que compõem a LOA são conhecidos como orçamento fiscal, orçamento de investimentos (ou de investimentos das estatais) e orçamento da seguridade social.

Resposta: Certa

94)

Consoante a LRF:

Art. 4.º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2.º do art. 165 da Constituição e:

I – disporá também sobre:

a) **equilíbrio entre receitas e despesas;**

Resposta: Letra D

95)

a) Correta. Na LOA constarão todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.

b) c) d) e) Erradas. Trata-se de matérias atinentes à **LDO**.

Resposta: Letra A

96)

Segundo o § 7.º do art. 165 da CF/1988, os **orçamentos fiscais e de investimentos das estatais**, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Resposta: Certa.

97)

Segundo o art. 4º, § 1º, da LRF, o anexo de metas fiscais integrará a LDO:

“§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o **Anexo de Metas Fiscais**, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes”.

Resposta: Errada

98)

Consoante a LRF:

Art. 4.º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2.º do art. 165 da Constituição e:

I – disporá também sobre:

a) **equilíbrio entre receitas e despesas;**

Resposta: Letra A

99)

A elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá espelhar as estimativas de receita e a fixação de despesas.

Resposta: Letra C

100)

Na alternativa “E”, a LOA deve conter apenas matérias atinentes à previsão das receitas e à fixação das despesas, sendo liberadas, como exceções previstas na CF/1988, as autorizações para créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária. Trata-se do princípio orçamentário constitucional da exclusividade.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra E

Para cursos em PDF e/ou videoaulas com o Prof. Sérgio Mendes, acesse
<http://www.portaldoorcamento.com.br/p/curso.html>!

Capítulo III

De acordo com o art. 14 da Lei 4.320/1964, constitui **unidade orçamentária** o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.

Resposta: Letra B

2)

a) Errada. É O Plano Plurianual que baliza a elaboração das LDOs em cada um dos quatro anos de sua abrangência. Ainda, o PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entrará em vigor no segundo ano. A partir daí, terá sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

b) Errada. No nosso país identificam-se, basicamente, quatro etapas no ciclo ou processo orçamentário: 1ª) elaboração/planejamento da proposta orçamentária; 2ª) discussão/estudo/aprovação da Lei de Orçamento; 3ª) **execução orçamentária e financeira; e 4ª) avaliação/controle.**

c) Correta. A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação da LDO, logo a não aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias impede o recesso parlamentar.

d) Errada. As leis dos instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA) e os créditos suplementares e especiais são leis **ordinárias**. Não se exige *quorum* qualificado para sua aprovação, sendo necessária apenas a maioria simples.

e) Errada. O orçamento de investimento das empresas estatais integra a **Lei Orçamentária Anual**.

Resposta: Letra C

3)

a) Errada. A iniciativa do Projeto de Lei Orçamentária é privativa ou exclusiva. No entanto, o projeto **pode** receber emendas parlamentares.

b) Errada. É admitida a apresentação de emendas de bancadas, de comissões e **também individuais**.

c) Correta. As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

d) Errada. O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na **comissão mista**, da parte cuja alteração é proposta. A votação que não pode ter sido iniciada é na Comissão mista e não no plenário.

e) Errada. Não é admitida a concessão ou utilização de créditos com finalidade imprecisa ou dotação ilimitada. No entanto, as emendas ao projeto da LOA ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA e com a LDO e indiquem os recursos necessários, **admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa**.

Resposta: Letra C

4)

a) Errada. O controle da **execução orçamentária**, pelo Poder Legislativo, tem por fim verificar a probidade da Administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento (art. 81 da Lei 4320/1964).

b) Correta. O controle interno é exercido de forma integrada no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e, dentre suas finalidades, está o exercício do controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União (art. 74, III, da CF/1988).

c) Errada. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade **solidária**.

d) Errada. De acordo com o art. 82 da Lei 4.320/1964, o Poder Executivo, **anualmente**, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.

e) Errada. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, **concomitante** e subsequente (art. 77 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra B

5)

- a) Correta. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos; serviço da dívida; transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.
- b) Errada. A **Lei de Diretrizes Orçamentárias** deverá conter Anexo de Riscos Fiscais, no qual serão avaliados os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas.
- c) Errada. De acordo com o art. 127 da CF/1988, ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa. Pelos dispositivos do art. 127 da CF/1988, é possível inferir que também há autonomia financeira em matéria orçamentária. Entretanto, o Ministério Público **elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites** estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) Errada. A lei orçamentária anual poderá conter dispositivo que autorize a utilização de recursos do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, desde que seja autorizado pelo Poder **Legislativo**. Tal tópico é estudado em “Vedações Constitucionais em Matéria Orçamentária”.
- e) Errada. O projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício seguinte deve ser apresentado pelo Poder Executivo para apreciação do Poder Legislativo **até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro corrente**.

Resposta: Letra A

6)

- a) Errada. Compete ao controle **externo** fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- b) Errada. Compete às **Comissões do Congresso Nacional** receber petições, reclamações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas (art. 58, § 2º, IV, da CF/1988).
- c) Errada. Compete ao controle **externo** assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

d) Correta. Compete ao controle interno exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

e) Errada. Compete ao controle **externo** apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Resposta: Letra D

7)

O **ciclo (ou processo) orçamentário** corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até a apreciação final. É um processo contínuo, dinâmico e flexível, por meio do qual se elabora/planeja, aprova, executa, controla/avalia a programação de dispêndios do setor público nos aspectos físico e financeiro.

Resposta: Letra C

8)

O projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até **quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.**

Resposta: Letra C

9)

Na estrutura de planejamento da União, a unidade de planejamento de uma universidade federal se caracteriza como uma **unidade orçamentária**. Nesse caso, o órgão setorial é o Ministério da Educação.

Resposta: Errada

10)

- a) Errada. Para a aprovação de emendas, devem ser indicados os recursos necessários sendo admitidos os provenientes de anulação de despesas, **excluindo** as que incidam sobre serviço da dívida.
- b) Errada. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o **plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias**. Naturalmente as emendas também não podem contrariar a LRF, porém a questão exige exatamente o que está disposto na CF/1988.
- c) Correta. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem podem ser relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com dispositivos do texto do projeto de lei.
- d) Errada. **Não** podem ser aprovadas emendas que contrariem os percentuais mínimos obrigatórios estabelecidos na CF/1988. Por exemplo, uma emenda não pode retirar recursos da Educação de forma que o valor mínimo exigido na CF/1988 não seja respeitado.
- e) Errada. Para a aprovação de emendas, devem ser indicados os recursos necessários sendo admitidos os provenientes de anulação de despesas, **excluindo** as despesas com pessoal e seus encargos.

Resposta: Letra C

11)

O PPA **não** se confunde com o mandato do chefe do Executivo. O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano. A partir daí, tem sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte. A ideia é manter a continuidade dos programas.

Resposta: Errada

12)

I) Correto. Ao Tribunal de Contas da União compete representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

II) Errado. Compete ao **Tribunal de Contas da União** fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

III) Errado. Compete ao **Tribunal de Contas da União** aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

Logo, apenas o item I está correto.

Resposta: Letra A

13)

a) Correta. Eficiência é a relação entre recursos e resultados obtidos.

b) Errada. **Eficácia** é relação entre objetivos pretendidos e resultados atingidos.

c) Errada. **Efetividade** é a capacidade de produzir um efeito, que pode ser positivo ou negativo.

d) e) Erradas. Conceitos **não** relacionados a nossa matéria.

Resposta: Letra A

14)

O exercício financeiro coincide com o **ano civil**, ou seja, inicia-se em 1.º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano, conforme dispõe o art. 34 da Lei 4.320/1964.

Resposta: Letra E

15)

I) Correto. Segundo o ADCT, a vigência do PPA é de quatro anos, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.

II) Correto. A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e **estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.**

III) Errado. Os projetos de lei relativos ao PPA, LDO, LOA e aos créditos adicionais serão **apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.**

IV) Correto. O examinador colocou a palavra “projeto” antes de “investimento”, porém tal fato não invalida a assertiva. Segundo o *art. 167, § 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no*

plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Logo, os itens I, II e IV estão corretos.

Resposta: Letra C

16)

a) Correta. Entre outras hipóteses, as emendas podem ser aprovadas caso sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.

b) É a incorreta. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes **poderão** ser utilizados mediante créditos **suplementares ou especiais**, com prévia e específica autorização legislativa.

c) Correta. Os projetos de lei relativos ao PPA, LDO, LOA e créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

d) Correta. Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos relativos ao PPA, LDO, LOA, créditos adicionais e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República

e) Correta. O presidente da república envia mensagem ao Congresso nacional propondo as modificações nas leis orçamentárias, enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta. Por sua vez, as alterações propostas pelos parlamentares ocorrem por meio de emendas.

Resposta: Letra B

17)

O ciclo orçamentário **não** se confunde com o exercício financeiro. Aquele envolve um período muito maior, iniciando com o processo de elaboração do orçamento, passando por discussão, execução e encerramento com o controle.

Resposta: Errada

18)

I) Errado. É finalidade do sistema de controle interno avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da **União**. **Não** inclui Distrito Federal, Estado e Municípios.

II) Correto. É finalidade do sistema de controle interno comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

III) Correto. É finalidade do sistema de controle interno exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

Logo, apenas os itens II e III estão corretos.

Resposta: Letra E

19)

Questão baseada nos incisos I a V do art. 71 da CF/1988.

a) Errada. Compete ao TCU apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em **sessenta** dias a contar de seu recebimento.

b) Errada. Compete ao TCU julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, **incluídas** as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

c) Correta. Compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

d) Errada. Compete ao TCU realizar, **por iniciativa própria**, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

e) Errada. Compete ao TCU fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, **nos termos** do tratado constitutivo.

Resposta: Letra C

20)

Na alternativa “D”, é possível realizar a emenda desde que seja relacionada com correção de erros ou omissões ou com dispositivos do próprio texto de lei.

Outra possibilidade é que seja **proveniente** de anulação de despesa, ao contrário do que afirma a alternativa “C”.

As demais alternativas não possuem previsão nas normas.

Resposta: Letra D

21)

Elaboração, estudo/aprovação, execução e avaliação são sequências das etapas desenvolvidas pelo processo orçamentário denominado **ciclo orçamentário**. O PPA, a LDO e a LOA integram o ciclo orçamentário, ou seja, são partes dele.

Resposta: Letra C

22)

A SOF tem entre suas atribuições principais a coordenação, a consolidação e a elaboração da proposta orçamentária da União, compreendendo **os orçamentos fiscal e da seguridade social**. O orçamento de investimentos **cabe ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST)**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Planejamento, sendo ligado diretamente à Secretaria-Executiva. Assim, o DEST é responsável pela elaboração do Programa de Dispêndios Globais – PDG – e pela proposta do orçamento de investimentos das empresas estatais não dependentes.

Resposta: Errada

23)

I) Correto. Da mesma forma que o TCU no âmbito federal, no âmbito estadual compete ao Tribunal de Contas do Estado julgar as contas dos administradores e demais

responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

II) Errado. A competência correta é: aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

III) Correto. Também da mesma forma que o TCU no âmbito federal, no âmbito estadual as decisões do Tribunal de Contas do Estado de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

Logo, está correto o que se afirma apenas em I e III.

Resposta: Letra A

24)

a) Correta. O teste da eficiência na avaliação das ações governamentais busca considerar os resultados em face dos recursos disponíveis.

b) Correta. A efetividade mede o grau de atingimento dos objetivos relacionado à variação alcançada dos indicadores, visualizando se o programa foi capaz ou não de transformar uma realidade.

c) Correta. A avaliação da eficácia procura considerar o grau em que os objetivos e as finalidades do progresso foram alcançados dentro da programação de realizações governamentais. Visa, especificamente, à consecução dos objetivos colocados pelo governo em cada programa ou atividade.

d) É a incorreta. A classificação por programas, projetos e atividades e a explicitação das metas físicas orçamentárias viabilizam os testes de eficácia, enquanto **a incorporação de custos, estimativos (no orçamento) e efetivos (na execução), auxilia as avaliações da eficiência.**

e) Correta. Na análise da eficiência busca-se representar as realizações em índices e indicadores, para possibilitar a comparação com parâmetros técnicos de desempenho e com padrões já alcançados anteriormente.

Resposta: Letra D

25)

- o número de candidatos inscritos tenha ficado aquém do desejado, reduzindo as despesas com a realização das provas: **eficiência** (apesar da meta de candidatos inscritos ter sido menor que o almejado, as despesas foram reduzidas na mesma proporção, o que denota uma boa aplicação dos recursos com a realização das provas).
- o número de candidatos que alcançou a pontuação mínima tenha ficado além do número de vagas existente: **eficácia** (meta física alcançada).
- o perfil dos candidatos aprovados tenha sido considerado inadequado para o exercício das funções para as quais foi feita a seleção: **falta de efetividade** (a meta física foi alcançada, porém o objetivo final do processo não foi alcançado).

Diante disso, é correto concluir que o processo caracterizou-se simultaneamente por **eficiência, eficácia e falta de efetividade**.

Resposta: Letra B

26)

- a) Errada. Leis de iniciativa do **Poder Executivo** estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- b) Errada. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, **excluindo** as que incidam sobre as dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal
- c) Errada. Cabe à lei **complementar** dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- d) Correta. Segundo o art. 5.º da LRF, o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias será acompanhado do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- e) Errada. As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias **não** poderão ser

aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

Resposta: Letra D

27)

A elaboração da proposta de lei orçamentária, por meio de cronograma gerencial e operacional, com etapas claramente especificadas e produtos definidos e configurados, é desejável porque envolve a necessidade de articulação de tarefas complexas. Isso também é necessário porque há a participação de diferentes órgãos — central (Ministério do Planejamento, por meio da SOF), setoriais e unidades orçamentárias.

Resposta: Certa

28)

a) b) c) d) Erradas. Segundo o art. 33 da Lei 4.320/1964, **não** se admitirão emendas ao projeto de lei de orçamento que visem:

- Alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta.
- Conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
- Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.
- Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

e) Correta. São permitidas emendas relacionadas com os dispositivos do texto do projeto de lei (são chamadas de emendas de redação, pois visam melhorar o texto, tornando-lhe mais claro e preciso).

Resposta: Letra E

29)

Segundo o art. 166 da CF/1988, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados **pelas duas Casas do Congresso Nacional**, na forma do regimento comum.

Resposta: Errada

30)

Da mesma forma que acontece no âmbito federal com o TCU, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, **denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.**

Resposta: Letra B

31)

No primeiro ano do mandato presidencial, não há condições objetivas de compatibilizar a LDO com o PPA, pois a LDO para o ano seguinte é aprovada antes do envio do PPA.

Resposta: Certa

32)

O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo **30 dias** antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Resposta: Letra C

33)

Questão baseada no art. 75 da Lei 4320/1964:

a) Errada. O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos **atos** de que resultem a arrecadação da receita e o nascimento ou extinção de direitos e obrigações.

b) Errada. O controle da execução orçamentária compreenderá o cumprimento do **programa de trabalho** expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

c) Errada. O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos **atos** e o cumprimento do **programa de trabalho** relativo à realização de obras e prestação de serviços.

d) Correta. O controle da execução orçamentária compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.

e) Errada. O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos **atos**, o cumprimento do **programa de trabalho** e a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores.

Resposta: Letra D

34)

Segundo a Lei 4.320/1964:

Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:

I – a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;

II – a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;

III – o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Logo, a questão reproduz exatamente o art. 75 da Lei 4320/1964.

Resposta: Certa

35)

Nos âmbitos dos demais entes, o controle externo é exercido de forma semelhante ao nível federal, aplicando as disposições federais naquilo que couber. Nos municípios, é exercido pela **Câmara Municipal**, com auxílio também do Tribunal de Contas do Estado ou do Tribunal de Contas do Município (nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro) ou do Tribunal de Contas dos Municípios (nos estados da Bahia, Ceará, Pará e Goiás).

Resposta: Letra B

36)

O exercício financeiro coincide com o ano civil, ou seja, inicia-se em 1.º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano, conforme dispõe o art. 34 da Lei 4.320/1964.

Logo, os orçamentos anuais são executados no período de 1º de **janeiro** a 31 de dezembro de cada ano.

Resposta: Errada

37)

De acordo com o art. 166 da CF/1988:

§ 4º - *As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.*

Resposta: Certa

38)

O PPA tem vigência de quatro anos. O projeto do PPA, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Resposta: Letra B

39)

No âmbito federal, consoante o art. 71 da CF/1988, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do **Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar** as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

Resposta: Letra E

40)

a) Correta. Se não está entre as exclusões, é porque **se admite** a anulação da despesa decorrente de recursos vinculados a serviço de terceiros para a apresentação de emendas.

b) Errada. Repasses ao INSS, FGTS e regime próprio de previdência são **encargos de pessoal**, logo **não é admitida** anulação de despesa que incida sobre esses itens para a apresentação de emendas.

c) Errada. Juros, encargos e principal da dívida são **serviços da dívida**, assim também **não é admitida** anulação de despesa que incida sobre esses itens para a apresentação de emendas.

d) e) Erradas. Recursos vinculados às despesas de pessoal e transferências tributárias constitucionais estão literais na proibição de anulação para a apresentação de emendas.

Resposta: Letra A

41)

A LDO deve seguir o planejamento do PPA. Logo, a LDO e qualquer tentativa de alteração dela deve estar em consonância com o PPA. Assim, as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

Resposta: Certa

42)

Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Resposta: Letra A

43)

Segundo o § 1º do art. 165 da CF/1988:

*“§ 1º A lei que instituir o **plano plurianual** estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.*

Segundo o ADCT, a vigência do **PPA** é de quatro anos, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente. Ele deve ser encaminhado do Executivo ao Legislativo até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício, ou seja, até 31 de agosto. A devolução ao Executivo deve ser feita até o encerramento do segundo período da sessão legislativa (22 de dezembro) do exercício em que foi encaminhado.

Resposta: Letra A

44)

Questão baseada nos incisos VI a X do art. 71 da CF/1988.

Na alternativa “A”, compete ao TCU aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em **lei** (não necessita que seja uma lei complementar), que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

As demais alternativas são transcrições corretas dos incisos citados.

Resposta: Letra A

45)

É permitida emenda à LOA cuja fonte seja anulação de despesas, com exceção de dotações para pessoal e seus encargos; serviço da dívida; e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

Logo, se não está entre as exceções, é permitida anulação de despesas com material de consumo do projeto de lei orçamentária.

Resposta: Letra B

46)

As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA e a LDO; indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa (excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos; serviço da dívida; transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal) **ou** sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões; ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Logo, as emendas podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, por meio da anulação de despesas; **ou** sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões; ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Resposta: Errada

47)

A CF/1988 dispõe que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à **legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de**

receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Logo, todos os itens estão corretos: I, II, III, IV e V.

Resposta: Letra B

48)

Segundo o art. 74 da CF/1988, **os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno** com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Resposta: Letra B

49)

As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo extrajudicial, usufruindo, assim, de atributo de exequibilidade. A dívida passa a ser **líquida e certa**.

Resposta: Letra B

50)

Segundo o art. 168 da nossa Constituição, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues, em duodécimos, **até o dia 20 de cada mês. O artigo ainda ressalta que será na forma da lei complementar, que ainda não foi editada.**

Resposta: Letra B

51)

O caso do Legislativo não devolver o PLOA para a sanção é tratado apenas nas LDOs, que estabelecem regras para a realização de despesas essenciais até que ele seja devolvido ao Executivo. Porém **não há** nenhuma previsão **constitucional**, contrariando a afirmativa da questão.

Resposta: Errada

52)

A CF/1988 dispõe que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante **controle externo**, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

O **controle externo**, a cargo do **Congresso Nacional**, será exercido com o auxílio do **Tribunal de Contas da União**.

Resposta: Letra C

53)

As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou

III – sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Logo, há apenas três itens certos: I, II e IV.

Resposta: Letra D

54)

O projeto do PPA será encaminhado ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato do chefe do Poder Executivo.

Entretanto, o PPA **não** se confunde com o mandato do chefe do Executivo. O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano. A partir daí, tem sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

Resposta: Errada

55)

Compete aos **serviços de contabilidade** ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim (art. 80 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra C

56)

Após a aprovação, a proposta orçamentária transforma-se **em orçamento público**.

Resposta: Letra D

57)

Se o PLOA não for aprovado pelo Congresso Nacional antes do início do exercício financeiro a que se refere, **parte** da programação das dotações dele constantes poderá ser executada, desde que respeitado o limite de um doze avos do total de cada ação, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei. **No entanto, há inúmeras exceções, logo tal regra não se aplica a todas as dotações como afirma a questão.**

Resposta: Errada

58)

Segundo a Lei 4.320/1964:

Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:

I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;

II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;

III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Logo, estão corretos os itens I, II e III.

Resposta: Letra E

59)

Nas leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA e crédito adicionais) a discussão é conjunta, mas, na hora da votação, procede-se como se houvesse votação simultânea na Câmara e no Senado, ou seja, a maioria deve ser alcançada em cada casa do Congresso Nacional. A aprovação se dá por maioria simples, pois apesar do ciclo diferenciado, as leis orçamentárias são leis ordinárias.

Resposta: Certa

60)

No âmbito federal, consoante o art. 71 da CF/1988, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas **prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.**

Resposta: Letra A

61)

A lei que institui o plano plurianual (PPA) deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e para outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

Desde a Constituição de 1988 está prevista a edição de uma lei complementar sobre finanças públicas e até o presente momento ela **não** foi editada, logo, **não existe um modelo legalmente constituído para organização, metodologia e conteúdo dos PPAs, LDOs e LOAs.**

Resposta: Certa

62)

Consoante nossa CF/1988, admitem-se recursos para emendas provenientes de anulação de despesa, no entanto são excluídos os que incidam sobre transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal. Assim, uma

eventual emenda ao projeto de lei orçamentária anual nesse sentido **não** deve ser aprovada, por expressa vedação constitucional.

Resposta: Letra A

63)

O Poder executivo é o responsável pela elaboração e execução. Ao Poder Legislativo cabe a aprovação e o controle, por exemplo, por meio da prestação de contas.

Logo, a sequencia é Executivo, Executivo e Legislativo.

Resposta: Letra C

64)

a) Errada. De acordo com o art. 127 da CF/1988, ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa. Pelos dispositivos do art. 127 da CF/1988, é possível inferir que também há autonomia financeira em matéria orçamentária. Entretanto, o Ministério Público **elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites** estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

b) Errada. O projeto de lei orçamentária anual será apreciado em **sessão conjunta do Congresso Nacional** e sua aprovação depende de **maioria simples** dos votos de cada uma das Casas.

c) Errada. As emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual podem ser aprovadas, **desde que compatíveis** com o Plano Plurianual e com a Lei das Diretrizes Orçamentárias, e os parlamentares devem indicar os recursos necessários para a sua consecução.

d) Errada. O Tribunal de Contas da União é encarregado do **controle externo**.

e) Correta. A elaboração e consolidação de todas as propostas orçamentárias, no âmbito da União, são efetuadas pela Secretaria de Orçamento Federal, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento.

Resposta: Letra E

65)

l) Errado. O controle externo das contas públicas é exercido pelo Poder **Legislativo**, com o auxílio do Tribunal de Contas.

II) Correto. Compete ao sistema de controle interno comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e das entidades da administração pública federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

III) Correto. Compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Resposta: Letra D

66)

Cabe ao presidente da República enviar ao **Congresso Nacional** os projetos de lei do PPA, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

Resposta: Errada

67)

De acordo com o art. 14 da Lei 4.320/1964, constitui **unidade orçamentária** o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.

Resposta: Letra C

68)

Prestará contas **qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada**, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária

Resposta: Letra D

69)

No âmbito federal, o projeto de **lei orçamentária anual** será encaminhado anualmente pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do

exercício. Entretanto, o projeto de lei do plano plurianual será encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do **primeiro exercício financeiro do mandato**.

Resposta: Errada

70)

A CF/1988 trata dos dois sistemas de controle. Dispõe que a **fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas**, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Resposta: Letra A

71)

Segundo a CF/1988:

*“Art. 165. **Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:***

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

*III – os **orçamentos anuais**”.*

Resposta: Letra A

72)

O PPA não se confunde com o mandato do chefe do Executivo. O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano. A partir daí, tem sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

Resposta: Certa

73)

I) Errado. No início de um novo mandato, o novo plano plurianual terá vigência a partir do **segundo** ano de gestão do chefe do Poder Executivo.

II) Errado. O **plano plurianual** definirá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas **de capital e outras dela decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada**.

III) Correto. Compete ao Poder Executivo a iniciativa e a promulgação de leis dos instrumentos de planejamento e orçamento.

Logo, apenas a afirmativa III está correta.

Resposta: Letra B

74)

O processo é **vertical**, há uma clara subordinação técnica entre os agentes. Além disso, se estamos falando do órgão setorial, a integração será entre os produtos gerados no nível **subsetorial**, ou seja, abaixo do setorial.

Resposta: Errada

75)

No âmbito estadual, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao **Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária**.

Resposta: Letra E

76)

a) Errada. No uso corrente, a **efetividade** diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos.

b) Errada. A **eficiência** denotaria competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços.

c) Correta. A eficácia, por sua vez, remete a condições controladas e a resultados desejados de experimentos, critérios que, deve-se reconhecer, não se aplicam automaticamente às características e realidade dos programas sociais.

d) Errada. Inúmeros indicadores são utilizados na avaliação de **eficiência**, especialmente aqueles que relacionam produtos finais com seus custos e com os insumos principais.

e) Errada. A avaliação da qualidade do trabalho é uma questão ligada à **eficiência**, principalmente em certos tipos de realizações, como obras públicas.

Resposta: Letra C

77)

Consoante o art. 99 da CF/1988, ao **Poder Judiciário** é assegurada autonomia

administrativa e financeira. O § 1.º ressalta que os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias **dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.**

Logo, o Poder Judiciário **é obrigado** a elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Certa

78)

O projeto de lei orçamentária da União será encaminhado **até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.**

Resposta: Letra E

79)

Consoante o art. 99 da CF/1988, ao **Poder Judiciário** é assegurada autonomia administrativa e financeira. O § 1.º ressalta que os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias **dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.**

Logo, o Poder Judiciário **é obrigado** a elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Certa

80)

Não cabe ao TCU o julgamento das ações de improbidade administrativa ajuizadas contra seus próprios Ministros e servidores. As demais alternativas descrevem atribuições do TCU.

Resposta: Letra D

81)

A CF/1988 dispõe que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de

receitas, será exercida pelo **Congresso Nacional, mediante controle externo**, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Também consoante a CF/1988, o **controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.**

Resposta: Letra C

82)

O projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

O PPA é o instrumento de planejamento do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Resposta: Letra B

83)

Se alguma Unidade Orçamentária, como a UNIPAMPA, achar insuficiente a dotação orçamentária para o PLOA, deve haver um consenso entre o Órgão Setorial e a SOF sobre a necessidade de alteração. Nessa situação, o presidente da República poderá enviar mensagem à **Comissão Mista**, propondo modificação no PLOA antes da conclusão da votação da respectiva parte do projeto.

Resposta: Errada

84)

O processo de alocação de recursos é composto pelas seguintes etapas:

(1°) fixação da meta fiscal = 30

(2°) projeção das receitas = 300

(3°) projeção das despesas obrigatórias = $85+75+28+12+60 = 260$

(4°) apuração das despesas discricionárias = $300 - 30 - 260 = \underline{10}$

Resposta: Letra A

85)

- a) Errada. Compete ao TCU fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de **forma direta ou indireta**, nos termos do tratado constitutivo.
- b) Correta. Compete ao TCU aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- c) Errada. Compete ao TCU apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em **sessenta** dias a contar de seu recebimento.
- d) Errada. Compete ao TCU julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, **incluídas** as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- e) Errada. As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa **terão** eficácia de título executivo extrajudicial.

Resposta: Letra B

86)

Consoante o art. 71 da CF/1988, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional (**Poder Legislativo**), será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Resposta: Letra A

87)

A CF/1988 dispõe que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo **Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

Resposta: Letra C

88)

Até 30 dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a LDO, o **Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.**

Resposta: Letra D

89)

Ao **Poder Judiciário** é assegurada autonomia administrativa e financeira. No entanto, os tribunais, como o STJ, elaborarão suas propostas orçamentárias **dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.**

Logo, o STJ é **obrigado** a elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Errada

90)

a) Errada. Consoante o art. 99 da CF/1988, ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira. O § 1º ressalta que os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias **dentro dos limites** estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) Errada. A consolidação de todas as propostas orçamentárias, no âmbito da União, é efetuada pela **Secretaria de Orçamento Federal**, órgão vinculado ao Ministério do **Planejamento.**

c) Correta. Segundo o art. 166 da CF/1988, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. A sessão é conjunta e a votação é bicameral.

d) Errada. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual podem ser aprovadas **caso indiquem as fontes de recursos** por meio de anulação de despesas, com as ressalvas constitucionais.

e) Errada. O Poder Judiciário e o Ministério Público encaminham suas propostas orçamentárias para consolidação pelo Poder Executivo **dentro dos limites (inclusive de prazos)** estabelecidos pela LDO.

Resposta: Letra C

91)

As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de **título executivo** extrajudicial, usufruindo, assim, de atributo de exequibilidade. A dívida passa a ser líquida e certa.

Resposta: Letra B

92)

Na alternativa “A”, ao TCU compete apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, **excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão**, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra A

93)

O Poder Executivo Federal tem o dever de, até 31 de agosto do primeiro ano do mandato presidencial, enviar ao Congresso Nacional a proposta do **Plano Plurianual**.

Resposta: Errada

94)

Segundo a CF/1988:

“Art. 165. **Leis de iniciativa do Poder Executivo** estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais”.

Resposta: Letra A

95)

Cabe às **Unidades Orçamentárias** a análise e validação das propostas orçamentárias

das unidades administrativas.

Resposta: Errada

96)

Compete ao TCU **apreciar (e não julgar)** as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante **parecer prévio**. Entretanto, é da competência exclusiva do **Congresso Nacional julgar** anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

Resposta: Letra A

97)

a) Errada. O PPA não abrange todos os projetos, mas o motivo não são emergências não previstas em lei. O motivo é que por definição constitucional, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as **despesas de capital** e outras delas decorrentes e **para as relativas aos programas de duração continuada**.

b) Correta. A organização das ações do Governo está sob a forma de programas, o qual é o elemento central do PPA, integrando o Plano Plurianual aos orçamentos anuais, à execução e ao controle. Atualmente, o PPA é revisado ao menos uma vez ao ano pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de abertura de créditos adicionais. Tal tema será estudado no Capítulo que trata do PPA 2012-2015.

c) Errada. Segundo o art. 84 da CF/88, compete **privativamente** ao Presidente da República enviar ao Congresso Nacional o **plano plurianual**, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição. Assim, todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e mais o Ministério Público), elaboram suas propostas parciais e encaminham para o Poder Executivo (no caso do PPA, para a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento - SPI/MP), o qual é o responsável constitucionalmente pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.

d) Errada. A modalidade de aplicação é uma informação gerencial que objetiva, principalmente, eliminar a dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

É definida na **Lei Orçamentária Anual**. Tal tema será estudado no Capítulo que trata da Despesa Pública.

e) Errada. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas. Há diversas regras, as quais **não** incluem a condição ao cumprimento das metas anteriormente aprovadas. Tal tema também será estudado no Capítulo que trata do PPA 2012-2015.

Resposta: Letra B

98)

Os projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA são de iniciativa privativa (ou exclusiva) do Chefe do Poder Executivo, porém ao mesmo tempo **vinculada** pela obrigatoriedade de cumprimento de prazos.

Resposta: Letra C

99)

a) Errada. O **ADCT** dispõe que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

b) Errada. A Constituição Federal dispõe que compete à lei **complementar** disciplinar o calendário para elaboração das leis orçamentárias. Enquanto isso, os prazos estão no **ADCT**, apesar de a Lei 4.320/1964 ter sido recepcionada pela Constituição de 1988.

c) Correta. De acordo com o ADCT, o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

d) Errada. A sessão legislativa não será encerrada enquanto não votado o projeto de **lei de diretrizes orçamentárias**, segundo a Constituição Federal.

e) Errada. O plano plurianual tem seu prazo disciplinado pelo **ADCT**, com vigência até o final do **primeiro** exercício financeiro do mandato do Chefe do Executivo **subsequente**, sendo encaminhado o projeto até **quatro** meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato do Chefe do Executivo.

Resposta: Letra C

100)

O exercício financeiro coincide com o ano civil, ou seja, inicia-se em 1.º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano, conforme dispõe o art. 34 da Lei 4.320/1964.

Resposta: Certa

Divulgue o livro mais completo de AFO e o único livro teórico com acesso a mais de 1100 questões comentadas! Valorize o trabalho do autor para que sirva de exemplo!

Capítulo IV

1)

As dotações inicialmente aprovadas na LOA podem revelar-se insuficientes para a realização dos programas de trabalho, ou pode ocorrer a necessidade de realização de despesa inicialmente não autorizada. Assim, a LOA poderá ser alterada no decorrer de sua execução por meio de **créditos adicionais**.

Resposta: Errada

2)

Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício (art. 43, § 4º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Certa

3)

São **créditos adicionais** as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento (art. 40 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

4)

A Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização ao Poder Executivo para abertura de créditos **suplementares** até determinada importância ou percentual, sem a necessidade de submissão do crédito ao Poder Legislativo.

Resposta: Letra E

5)

Os créditos especiais e extraordinários **terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados**, salvo se o ato de autorização for promulgado **nos últimos quatro meses** daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente (art. 167, § 2º, da CF/1988).

Logo, se o crédito for aberto em julho (portanto, não será nos últimos quatro meses) terá vigência até o final do exercício financeiro em que for autorizado.

Resposta: Letra D

6)

A lei orçamentária é organizada na forma de **créditos orçamentários**, às quais estão consignadas as **dotações orçamentárias**.

Resposta: Errada

7)

a) Correta. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários.

b) Correta. Os créditos especiais e suplementares são autorizados por lei. No caso apenas dos suplementares, a autorização pode estar já na própria LOA.

c) Correta. É vedada a abertura de créditos suplementares e especiais sem a indicação da fonte de recursos.

d) É a incorreta. Não há tal determinação na Lei 4320/1964. As normas específicas autorizativas para os créditos suplementares estão na LDO e na LOA e podem variar de ano para ano.

e) Correta. O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial pode ser fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, desde que se refira ao exercício anterior.

Resposta: Letra D

8)

A LOA **pode** conter em seu texto a autorização para abertura de créditos **suplementares**.

Resposta: Errada

9)

Questão que mistura diversos temas da matéria:

a) Errada. É **permitida** a edição de medida provisória para créditos **extraordinários**.

b) Errada. É permitida a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes, **como** em caso guerra, comoção interna ou calamidade pública. **O rol é exemplificativo**.

c) Errada. **São permitidas** emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual desde que indiquem a fonte de recursos por meio de anulação de despesas, com as ressalvas constitucionais.

d) Errada. Leis de iniciativa do **Poder Executivo** estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

e) Correta. Os projetos de leis dos planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos são de iniciativa do Poder Executivo. Não há delegação.

Resposta: Letra E

10)

Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, **mediante créditos especiais ou suplementares**, com prévia e específica **autorização legislativa** (art. 166, § 8º, da CF/1988).

Resposta: Errada

11)

Entende-se por **excesso de arrecadação**, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício (art. 43, § 3º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

12)

Os **créditos especiais** são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Logo, se na LOA não havia dotação orçamentária específica para a aquisição dos itens mencionados, a aquisição deve ocorrer mediante **a abertura de créditos adicionais especiais**.

Resposta: Letra E

13)

Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados,

conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa (art. 166, § 8º, da CF/1988).

Entretanto, o que predomina no caso em tela é a urgência, a situação de estado de calamidade pública. O Poder Executivo deve abrir créditos extraordinários por decreto (nesse caso deve-se supor não haver Medida Provisória no Município) e, posteriormente, submeter ao poder legislativo, sem a necessidade de especificar a fonte de recursos.

Resposta: Letra D

14)

Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, **mediante créditos especiais ou suplementares**, com prévia e específica **autorização legislativa** (art. 166, § 8º, da CF/1988).

Logo, o Congresso Nacional, na apreciação de um veto à lei orçamentária anual, **não** poderá destinar os recursos que ficarem sem despesas correspondentes à suplementação de dotações que não tenham sido objeto de veto. Ou seja, não se pode vetar a despesa “A” e transferir diretamente para a despesa “B” que não foi vetada. Em caso de veto, os recursos poderão ser utilizados, conforme o caso, **mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.**

Suplementação de dotação é diferente de crédito suplementar. Suplementação de dotação é um **acréscimo** na dotação, que pode até mesmo ocorrer por crédito suplementar, mas não é a mesma coisa. Já crédito suplementar é uma das espécies de créditos adicionais.

Resposta: Errada

15)

Os créditos suplementares são os destinados a reforço de dotação orçamentária e terão vigência limitada ao exercício em que forem autorizados. Logo, se o crédito foi concedido 25 de setembro de 2009, sua vigência será **até o encerramento do exercício financeiro de 2009.**

Resposta: Letra A

16)

Segundo o STF, a **lei de conversão não convalida os vícios existentes na medida provisória**. Isso significa que uma Medida Provisória que nasceu com um vício insanável, não se torna válida com a aprovação pelo Poder Legislativo e a consequente conversão em Lei.

Resposta: Errada

17)

Os **créditos especiais** são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, devendo ser autorizados por lei.

Resposta: Letra D

18)

Entende-se por **superávit financeiro** a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas (art. 43, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

19)

Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado **nos últimos quatro meses daquele exercício**, casos em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente.

Resposta: Letra A

20)

O crédito orçamentário é constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela lei orçamentária, a fim de que sejam executados os programas de trabalho do governo, enquanto a dotação é o montante de recursos financeiros com que conta o crédito orçamentário.

Resposta: Certa

21)

Os créditos adicionais **extraordinários** são os destinados ao atendimento de despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerras, comoção interna ou calamidade pública.

Resposta: Letra C

22)

Ao receber a solicitação de crédito adicional, a SOF elabora o pleito de créditos e, por meio de uma análise criteriosa da solicitação, decide por atendê-la ou não. Os Analistas de Planejamento e Orçamento da SOF verificam se a solicitação está em conformidade com a metodologia utilizada e se atende aos parâmetros legais vigentes, fazem os ajustes necessários e avaliam a viabilidade de atendimento da solicitação. Caso seja aprovado o pedido de crédito adicional, serão preparados os atos legais necessários à formalização da alteração no orçamento. Por exemplo, caso se trate de um crédito suplementar dependente de autorização legislativa, caberá à SOF a elaboração do projeto de lei correspondente.

Resposta: Certa

23)

Os créditos extraordinários são os destinados a **despesas urgentes e imprevisíveis**, tais como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Resposta: Letra D

24)

Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas (ar. 43, § 2º, da Lei 4320/1964).

Superávit Financeiro = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro

Superávit Financeiro = R\$ 1000,00 - R\$ 800,00

Superávit Financeiro = R\$ 200,00

As demais informações da questão são irrelevantes.

Resposta: Letra C

25)

Os créditos suplementares terão vigência limitada ao exercício em que forem autorizados. Logo, os saldos não empenhados até o final do exercício financeiro serão extintos.

Resposta: Certa

26)

A abertura de créditos adicionais ocorre em virtude da necessidade de cobrir despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual. A questão pede a opção **incorreta** sobre o assunto:

a) Correta. Tanto para a abertura de créditos suplementares como para a de créditos especiais é obrigatória a indicação dos recursos disponíveis utilizados. Ela deve, ainda, ser precedida de exposição justificada.

b) Correta. Consoante dispõe a CF/1988, a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

c) É a incorreta. A vigência dos créditos especiais é limitada ao exercício em que forem abertos, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, casos em que, reabertos nos limites dos seus saldos, **poderão vigorar até o término do exercício financeiro subsequente.**

d) Correta. Se abertos nos primeiros 8 meses do ano, a vigência limite para os créditos extraordinários será até o final do exercício financeiro. Se o ato de autorização fosse promulgado nos últimos quatro meses do ano poderiam vigorar até o término do exercício financeiro subsequente.

e) Correta. Uma das possibilidades de fontes de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais é o excesso de arrecadação, que é o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

Resposta: Letra C

27)

O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível (art. 46 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Certa

28)

Os **créditos suplementares** são os destinados a reforço de dotação orçamentária.

Resposta: Letra D

29)

Os créditos **especiais** destinam-se a atender programas de trabalho novos, que não estariam inicialmente previstos no orçamento.

Resposta: Errada

30)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Errada. O PPA é instituído por **lei ordinária**.

b) Errada. A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos **Poderes da União**, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

c) Correta. De acordo com o § 2º do art. 167 da CF/1988, os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

d) Errada. É **vedada** a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos. **Não** há previsão de 20% em caráter de exceção.

e) Errada. É **vedado** o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual. **Não** há previsão de exceções.

Resposta: Letra C

31)

Os Presidentes de Tribunais **não** tem legitimidade para propor abertura de créditos adicionais especiais, ou seja, para atender a despesas que ainda não tenham dotação orçamentária específica.

Resposta: Errada

32)

Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes **poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa** (art. 166, § 8º, da CF/1988).

Resposta: Letra A

33)

Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício (art. 43, § 4º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Certa

34)

Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício (art. 43, § 4º, da Lei 4320/1964).

R\$ 20.000,00 - R\$ 6.000,00 = **R\$ 14.000,00**

Resposta: Letra B

35)

Os créditos adicionais classificam-se em:

- **Suplementares:** são os créditos destinados a reforço de dotação orçamentária.
- **Especiais:** são os créditos destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- **Extraordinários:** são os créditos destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Resposta: Letra B

36)

O aumento ocorre quando as fontes são excesso de arrecadação, superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício anterior e operações de créditos autorizadas para esse

fim. Quando o crédito advier das fontes **anulação total ou parcial de dotação**, reserva de contingência ou recursos sem despesas correspondentes, o montante final de receitas e despesas não será alterado, logo o valor global da LOA permanecerá o mesmo.

Resposta: Letra B

37)

Caso a nova despesa seja também urgente e imprevisível, poderá ser utilizado o crédito **extraordinário**.

Resposta: Errada

38)

São créditos adicionais, **as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento** (art. 40 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra B

39)

Os créditos **especiais** são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Resposta: Errada

40)

A questão pede o que não é fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, ou seja, quer a **incorreta**:

a) Incorreta. **Não** pode ser considerado como recurso financeiro para abertura de crédito adicional a receita proveniente de empréstimo compulsório mediante emissão de títulos da dívida pública especialmente para este fim.

b) Incorreta também. **Não** pode ser considerado como recurso financeiro para abertura de crédito adicional o superávit financeiro apurado em balanço financeiro do exercício anterior. Seria fonte se fosse o superávit financeiro apurado em balanço **patrimonial** do exercício anterior.

c) d) e) Corretas. São todas fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais.

Resposta: Anulada (as alternativas "A" e "B" respondem a questão)

41)

O **crédito orçamentário** é constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela lei orçamentária, a fim de que sejam executados os programas de trabalho do governo, enquanto a **dotação** é o montante de recursos financeiros com que conta o crédito orçamentário.

Resposta: Errada

42)

a) Errada. Os créditos adicionais terão vigência no exercício financeiro em que forem abertos, salvo se o ato de abertura ocorrer nos últimos quatro meses do exercício, no que tange apenas aos **créditos especiais e extraordinários**.

b) Correta. Os créditos especiais são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, ou seja, cria novo item de despesa para atender a um objetivo não previsto na lei orçamentária anual.

c) Errada. O crédito **extraordinário** tem por finalidade atender a despesas imprevisíveis e exige tramitação diversa da aplicada aos demais créditos adicionais, já que é o único aberto por Medida Provisória.

d) Errada. É vedada a abertura de créditos adicionais **suplementares e especiais** sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

e) Errada. O crédito extraordinário destina-se a despesas **urgentes e imprevisíveis**, independe da existência de recursos disponíveis e é aberto por medida provisória do Poder Executivo.

Resposta: Letra B

43)

Um crédito especial, se autorizado, **pode** ser incorporado ao orçamento do exercício financeiro subsequente, **desde que** o ato de autorização tenha sido promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, casos em que poderão ser reabertos nos limites dos seus saldos.

Resposta: Errada

44)

Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, **salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício**, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente (art. 167, § 2º, da CF/1988).

Resposta: Letra B

45)

Os créditos **suplementares** são aqueles destinados ao reforço da dotação orçamentária.

Resposta: Errada

46)

I) Errado. Os créditos **especiais e extraordinários** terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente (art. 167, § 2º, da CF/1988).

II) Correto. Uma das fontes para a abertura de créditos adicionais são os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes. Poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

III) Errado. O crédito **extraordinário** é aquele destinado a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública

IV) Correto. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para atender à despesa. Uma das possíveis fontes é o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Logo, somente as afirmativas II e IV estão corretas.

Resposta: Letra D

47)

Os créditos **suplementares** são os destinados a reforço de dotação orçamentária.

Resposta: Letra A

48)

Como regra geral, a autorização dos créditos suplementares e especiais que necessitam de autorização do Poder Legislativo para serem abertos ocorre por meio de lei e são abertos por decreto executivo.

Resposta: Letra D

49)

A LOA **pode** autorizar a abertura de créditos suplementares durante o exercício financeiro de execução do respectivo orçamento até determinada importância ou percentual, sem a necessidade de submissão do crédito ao Poder Legislativo.

Resposta: Errada

50)

Os **créditos especiais** são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Resposta: Letra A

51)

Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, **com prévia e específica autorização legislativa** (art. 166, § 8º, da CF/1988).

Resposta: Errada

52)

O superávit financeiro apurado em **balanço patrimonial** do exercício anterior é uma das fontes de recursos que podem ser utilizadas para abertura de créditos adicionais à Lei Orçamentária Anual.

Resposta: Letra C

53)

Abrir créditos extraordinários por **medida provisória** compete ao Poder **Executivo**, que deles dará imediato conhecimento ao Poder **Legislativo**.

Resposta: Errada

54)

Como regra geral, a autorização dos créditos suplementares e especiais que necessitam de autorização do Poder Legislativo para serem abertos ocorre por meio **de lei e são abertos por decreto executivo.**

Resposta: Letra A

55)

Os créditos extraordinários são os destinados a despesas **urgentes e imprevisíveis**, tais como em caso de guerra ou calamidade pública, conforme o art. 167 da CF/1988.

Resposta: Letra C

56)

I) Errado. As operações de crédito realizadas no mercado financeiro **são apenas uma das fontes de receita** para a autorização de créditos adicionais.

II) Errado. A autorização de créditos extraordinários, destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como guerra ou calamidade pública, **independe** da existência de excesso de arrecadação ou de qualquer outra fonte de recursos.

III) Correto. Como regra geral, os créditos suplementares são autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo. Os extraordinários são abertos por decreto do Executivo, no caso de entes que não possuem medida provisória.

IV) Correto. É a definição de créditos adicionais: autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento.

V) Correto. Os créditos suplementares são destinados a reforçar a dotação orçamentária. O acréscimo nas despesas com pessoal, acima do previsto, em virtude do aumento dos vencimentos, pode ser dado como exemplo.

Logo, está correto o que se afirma somente em III, IV e V.

Resposta: Letra D

57)

A questão supõe que, em decorrência de uma crise cambial, uma série de obrigações do governo federal contratadas em moeda estrangeira ultrapassou em 10% os **valores originalmente aprovados no orçamento para essa finalidade**. Ou seja, a dotação já existia na LOA, **não** é uma despesa nova. Nessa situação, para honrar tais compromissos, somente a abertura de crédito **suplementar** poderá suprir a dotação orçamentária do montante necessário, já que é este o crédito adicional adequado para reforçar dotação orçamentária já existente.

Resposta: Errada

58)

A LOA é organizada na forma de créditos orçamentários, aos quais estão consignadas dotações. O crédito orçamentário é constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela lei orçamentária, a fim de que sejam executados os programas de trabalho do governo, enquanto a dotação é o montante de recursos financeiros com que conta o crédito orçamentário.

Resposta: Letra C

59)

Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, **conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa** (art. 166, § 8º, da CF/1988).

Resposta: Errada

60)

Os créditos extraordinários são os destinados a despesas **urgentes e imprevisíveis, tais como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública**, conforme rol exemplificativo apresentado pelo art. 167 da CF/1988. Os créditos extraordinários não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, casos em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente.

Resposta: Letra C

61)

Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, **com prévia e específica autorização legislativa** (art. 166, § 8º, da CF/1988).

Resposta: Errada

62)

Poderia haver dúvida entre as alternativas cujas respostas são medida provisória e decreto executivo, pois a questão é genérica, não fala que se trata do governo federal. Mas veja a sutileza da questão: a abertura de crédito extraordinário será realizada, **especialmente**, mediante medida provisória. Este “especialmente” tem sentido de “preferencialmente”. Os créditos extraordinários devem ser **abertos por Medida Provisória, no caso federal e de entes que possuem previsão deste instrumento; e por decreto do Poder Executivo, para os demais entes que não possuem medida provisória.**

Logo, a questão se refere à **medida provisória.**

Resposta: Letra C

63)

Os créditos extraordinários serão abertos por Medida Provisória, no caso federal e de entes que possuem tal instrumento, e por decreto do Poder Executivo para os demais entes, dando imediato conhecimento deles ao Poder Legislativo. Ou seja, a autorização legislativa é **posterior** a abertura do crédito extraordinário.

Resposta: Errada

64)

Entende-se por **superávit financeiro** a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas (art. 43, § 2º, da Lei 4320/1964).

Superávit Financeiro = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro

Superávit Financeiro = R\$ 600,00 - R\$ 500,00

Superávit Financeiro = R\$ 100,00

Resposta: Letra E

65)

São créditos adicionais, as autorizações de despesa **não** computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento (art. 40 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Errada

66)

Vamos à análise:

- **Excesso de arrecadação = + R\$ 250 mil.**
- **Anulação parcial de dotação = + R\$ 180 mil.**
- **Reabertura de créditos adicionais (utiliza suas fontes) = - R\$ 120 mil**
- **Superávit financeiro do exercício anterior = + R\$ 55 mil.**
- **Total = R\$ 250 mil + R\$ 180 mil - R\$ 120 mil + R\$ 55 mil = R\$ 365 mil**

Logo, será possível abrir um crédito suplementar de **até R\$ 365 mil.**

Resposta: Letra B

67)

Os créditos **especiais** destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Resposta: Errada

68)

I) Errado. A abertura de crédito extraordinário **independe** de autorização legislativa prévia e de indicação de recursos correspondentes.

II) Errado. A abertura de crédito suplementar tem por finalidade o **reforço** de dotação orçamentária já prevista na LOA.

III) Correto. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo ou por medida provisória no caso dos entes que têm a previsão deste instrumento. A seguir,

qualquer que seja o instrumento utilizado, o decreto ou a medida provisória, será dado conhecimento imediato ao Poder Legislativo.

IV) Correto. Como regra geral, os créditos suplementares e especiais são autorizados por lei e abertos por decreto executivo. No caso dos créditos suplementares, esta autorização pode se dar na própria LOA.

Logo, estão corretos os itens III e IV.

Resposta: Letra E

69)

São três as condições para a reabertura que devemos considerar na resolução da questão:

- _ Serem créditos especiais ou extraordinários;
- _ Abertos nos últimos quatro meses do exercício;
- _ Existir saldo.

Assim, podem ser reabertos:

Tipo	Abertura	Autorizado	Utilizado	Saldo
Extraordinário	10/12	80	75	5
Extraordinário	30/09	35	30	5
Especial	31/10	130	120	10
Especial	30/11	10	5	5
Total	-	255	230	25

Logo, pode-se afirmar que o valor máximo admitido para uma possível reabertura do saldo remanescente dos créditos adicionais no orçamento do exercício de 2012 será de **R\$ 25.000,00.**

Resposta: Letra C

70)

Na União, os créditos especiais são considerados autorizados e abertos com a sanção e publicação da respectiva lei. Logo, no âmbito da União, tais créditos prescindem de decreto do Poder Executivo

Resposta: Certa

71)

Os **créditos especiais** são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Resposta: Letra A

72)

Vamos à análise:

- Excesso de arrecadação = + R\$ 4.500.000,00
- O item despesas contingenciadas não é fonte de recursos. Elas se referem às despesas que tiveram limitação de empenho e movimentação financeira após ser verificado que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO. **Não** se confunde com a reserva de contingência, a qual seria uma fonte. **Zero**
- O **superávit** financeiro do balanço patrimonial do exercício anterior é fonte de recurso, porém o valor do déficit financeiro não deve ser abatido das outras fontes. **Zero**

Dos três valores apresentados na questão, apenas o **excesso de arrecadação** é fonte para abertura de créditos adicionais. Assim, é possível propor a abertura de crédito especial de **até R\$ 4.500.000,00** da fonte excesso de arrecadação (e **não até** R\$ 3.400.000,00).

Resposta: Errada

73)

Os créditos extraordinários são os destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, tais como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Resposta: Letra C

74)

Consoante a Corte Suprema, compete ao STF verificar a imprevisibilidade ou não de um crédito orçamentário para o fim de julgar a possibilidade ou não de ele constar como crédito extraordinário em medida provisória, dado que essa espécie normativa não pode veicular nenhum outro tipo de crédito orçamentário. Além dos requisitos de relevância e urgência, a Constituição exige que a abertura do crédito extraordinário seja feita apenas para atender a despesas imprevisíveis e urgentes. Ao contrário do que ocorre em relação aos requisitos de relevância e urgência, que se submetem a uma ampla margem de discricionariedade por parte do Presidente da República, os requisitos de imprevisibilidade e urgência recebem densificação normativa da Constituição.

No caso em tela, trata-se de crédito suplementar ou especial e não de extraordinário e, por isso, será necessária prévia autorização legislativa para sua abertura, de modo a fazer face às despesas de execução de investimentos.

Resposta: Certa

75)

Os **créditos especiais** são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. É a espécie que se destina a atender programas de trabalhos novos, que não estavam inicialmente previstos no orçamento, como, por exemplo, a criação de um novo órgão.

Resposta: Letra D

76)

a) Correta. Os créditos suplementares só terão vigência no exercício em que forem abertos, independentemente do mês em que essa autorização ocorra.

b) Errada. A abertura de créditos extraordinários **independe** de prévia autorização legislativa.

c) Errada. Os créditos especiais são aqueles destinados a despesas para as quais **não** haja dotação orçamentária específica.

d) Errada. A indicação da origem dos recursos é **obrigatória** para os créditos especiais.

e) Errada. Alternativa enrolada. Veja só: a afirmativa que o “superávit financeiro apurado em balanço patrimonial **do exercício não** pode constituir fonte de recursos para o financiamento da abertura de **créditos suplementares**” está errada. O superávit

financeiro **deste exercício** poderá sim ser fonte de crédito suplementar, desde que para o **exercício seguinte!** A afirmativa estaria correta se fosse a seguinte: “superávit financeiro apurado em balanço patrimonial **do exercício não** pode constituir fonte de recursos para o financiamento da abertura de **créditos suplementares do mesmo exercício**”.

Resposta: Letra A

77)

O produto das operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las, constitui fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais. No entanto, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são receitas extraorçamentárias destinadas a atender insuficiência de caixa e **não** podem ser utilizadas para fins de abertura de créditos adicionais.

Resposta: Errada

78)

A LOA é organizada na forma de créditos orçamentários, aos quais estão consignadas dotações. O **crédito orçamentário** é constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela lei orçamentária, a fim de que sejam executados os programas de trabalho do governo, enquanto a dotação é o montante de recursos financeiros com que conta o crédito orçamentário.

Resposta: Letra B

79)

Os créditos suplementares têm como objetivo reforçar a dotação orçamentária existente e sua vigência **sempre** será de sua abertura ao término do exercício financeiro.

No que tange aos **créditos especiais e extraordinários**, se a abertura se der nos últimos quatro meses daquele exercício, esses créditos poderão ser reabertos no limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício subsequente.

Resposta: Errada

80)

- a) Errada. A abertura de créditos extraordinários **independe** de prévia autorização legislativa.
- b) Errada. Prescindir é dispensar. Para a abertura de créditos especiais **é obrigatória** a existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
- c) Errada. Uma das fontes para abertura de créditos adicionais **é** o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.
- d) Errada. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos **créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional**, na forma do regimento comum.
- e) Correta. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível (art. 46 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

81)

Os créditos suplementares são autorizados por Lei (podendo ser a própria LOA ou outra Lei especial). Em ambos os casos, **há requisitos a serem seguidos, como a exigência da indicação da fonte de recursos.**

Resposta: Errada

82)

São **créditos adicionais** as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento (art. 40 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra D

83)

Vamos à análise:

- **Excesso de arrecadação = + R\$ 500 mil.**
- **Créditos extraordinários:** como não foi dito que os créditos extraordinários usaram alguma fonte específica, deve-se abater o valor aberto do excesso de arrecadação = - R\$ 50 mil.
- **Economia de despesa:** não é fonte de recursos. **Zero**
- **Anulação parcial de dotação = + R\$ 200 mil.**

Total = R\$ 500 mil - R\$ 50 mil + 200 mil = R\$ 650 mil.

Logo, os recursos disponíveis para a abertura de um crédito especial correspondem a **R\$ 650 mil.**

Resposta: Errada

84)

Vamos à análise:

- **Excesso de arrecadação:** tem-se a estimativa de R\$ 3,2 bilhões que supera o que foi orçado de R\$ 3 bilhões = **+ R\$ 200 milhões.**
- **Anulação parcial de dotação:** o orçado foi R\$ 3 bilhões, liquidado (e, portanto, também empenhado) de R\$ 2,6 bilhões e será empenhado ainda mais R\$ 250 milhões. Assim, o resultado de R\$ 3 bilhões (orçado) - R\$ 2,6 bilhões (empenhado e liquidado) - R\$ 250 milhões (empenhado) poderá constituir anulação parcial de dotação. = **+ R\$ 150 milhões.**
- **Superávit financeiro do exercício anterior = + R\$ 80 milhões.**
- **Total = R\$ 200 mi + R\$ 150 mi + R\$ 80 mi = R\$ 430 milhões.**

Logo, será possível abrir um crédito suplementar de **até R\$ 430 milhões.**

Resposta: Errada

85)

Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, **mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa** (art. 166, § 8º, da CF/1988)

Resposta: Letra A

86)

Os créditos extraordinários podem reforçar dotações orçamentárias (como os suplementares) **ou criar novas dotações (como os especiais)**, pois o que os define é a imprevisibilidade e urgência. Além disso, a indicação da fonte de recursos é **facultativa**, logo **não** dependerá de cancelamento de dotação preexistente.

Resposta: Errada

87)

Para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais é obrigatória a **indicação dos recursos correspondentes**.

Resposta: Letra D

88)

a) Errada. A iniciativa da lei orçamentária anual é sempre do Poder **Executivo**.

b) Correta. Consoante a Corte Suprema, compete ao STF verificar a imprevisibilidade ou não de um crédito orçamentário para o fim de julgar a possibilidade ou não de ele constar como crédito extraordinário em medida provisória, dado que essa espécie normativa não pode veicular nenhum outro tipo de crédito orçamentário.

c) Errada. As emendas serão apresentadas na Comissão Mista que emitirá seu parecer, e apreciadas, na forma regimental, **pelo Plenário das duas casas do Congresso Nacional**. A apreciação ocorrerá em sessão **bicameral e conjunta**, e não em sessões separadas como afirma a questão.

d) Errada. O Presidente da República **poderá** enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

e) Errada. O **princípio da não vinculação** dispõe que é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, com as devidas ressalvas da Constituição Federal. Como o ICMS para pagamento de salários não está entre as ressalvas, tal vinculação não pode ser prevista em lei estadual.

Resposta: Letra B

89)

Analisando a questão, apenas o excesso de arrecadação é fonte de recursos. Tem-se a receita arrecada de R\$ 570 mil que supera o que foi orçado de R\$ 500 mil = **+ R\$ 70 mil**
Logo, os recursos disponíveis para a abertura de um crédito especial correspondem a **R\$ 70.000,00**.

Resposta: Errada

90)

a) Errada. Os créditos suplementares têm como propósito aumentar (reforçar) dotações já existentes, motivo pelo qual, como regra geral, são abertos por decreto e sempre **dependem** de autorização legislativa.

b) Errada. Os créditos especiais podem ser abertos mediante decreto, precisando, para tanto, de autorização legislativa **específica**, ou seja, necessita de lei específica autorizando a abertura de créditos especiais.

c) Correta. Consoante a Corte Suprema, compete ao STF verificar a imprevisibilidade ou não de um crédito orçamentário para o fim de julgar a possibilidade ou não de ele constar como crédito extraordinário em medida provisória, dado que essa espécie normativa não pode veicular nenhum outro tipo de crédito orçamentário. Além dos requisitos de relevância e urgência, a Constituição exige que a abertura do crédito extraordinário seja feita apenas para atender a despesas imprevisíveis e urgentes. Ao contrário do que ocorre em relação aos requisitos de relevância e de urgência, que se submetem a uma ampla margem de discricionariedade por parte do Presidente da República, os requisitos de imprevisibilidade e de urgência recebem densificação normativa da Constituição. Os conteúdos semânticos das expressões guerra, comoção interna e calamidade pública constituem vetores para a interpretação/aplicação do art. 167, § 3º, c/c o art. 62, § 1º, I, d, da Constituição. Guerra, comoção interna e calamidade pública são conceitos que representam realidades ou situações fáticas de extrema gravidade e de consequências imprevisíveis para a ordem pública e a paz social, e que, dessa forma, requerem, com a devida urgência, a adoção de medidas singulares e extraordinárias.

d) Errada. É **vedada** a concessão de créditos ilimitados. Não há exceções.

e) Errada. Os créditos especiais **não** podem ser abertos mediante medida provisória. Tal instrumento é reservado aos créditos extraordinários.

Resposta: Letra C

91)

a) Errada. **Não** existe a determinação de que a legislação relativa às alterações tributárias deva estar aprovada até a aprovação da LDO.

b) Errada. As empresas estatais que não dependem de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social **precisam** submeter a aprovação de suas aplicações ao Congresso Nacional, pois compõe o orçamento de investimento das estatais que também integra a LOA.

c) Errada. Em consonância com o princípio da exclusividade, a lei orçamentária poderá autorizar operações de crédito por antecipação de receita. Para tais operações, **não** há regra vedando vencimento posterior ao de aprovação da LDO.

d) Correta. A abertura de crédito especial com qualquer fonte depende de prévia autorização legislativa.

e) Errada. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, **mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.**

Resposta: Letra D

92)

I) Enchente inesperada, causando danos e prejuízos ao município e à sua população: **extraordinário**, despesa urgente e imprevisível.

II) Necessidade de pavimentação de vias de circulação local, para as quais já existia prévia, porém insuficiente, dotação orçamentária: **suplementar**, dotação orçamentária insuficiente.

III) Necessidade de realização de obra para ampliação da prefeitura, para a qual inexistia prévia dotação orçamentária: **especial**, inexistência de dotação orçamentária.

Logo, os créditos adicionais a serem abertos para autorização das despesas decorrentes desses eventos são, respectivamente, **extraordinários, suplementares e especiais.**

Resposta: Letra D

93)

O produto das operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las, constitui fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais. No entanto, as operações de crédito por antecipação de receita são receitas extraorçamentárias destinadas a atender insuficiência de caixa e **não** podem ser utilizadas para fins de abertura de créditos adicionais.

Resposta: Errada

94)

Os créditos especiais são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, como no caso em tela.

Os créditos especiais não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, **salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício**, casos em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigorar até o término do exercício financeiro subsequente.

Como o crédito seria aberto em **março**, não se enquadra na exceção dos últimos quatro meses do exercício. Assim, poderão vigorar **até o final do exercício em que forem abertos**.

Resposta: Letra E

95)

Veja o que determina o art. 167 da CF/1988:

*§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas **imprevisíveis e urgentes**, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.*

Assim, **a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para despesas imprevisíveis**, ou seja, aquelas que realmente não poderiam ter sido previstas porque surgiram em virtude de uma circunstância nova, por exemplo, uma calamidade pública. A questão afirma o contrário, que o constituinte optou pela abertura de crédito extraordinário para despesas imprevistas, que são aquelas em que houve erro de previsão. O termo "imprevistas" é ainda usado na Lei 4320/1964 (Inciso III do art. 41).

Resposta: Errada

96)

Os créditos extraordinários são os destinados a **despesas urgentes e imprevisíveis, tais como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública**, conforme rol exemplificativo apresentado pelo art. 167 da CF/1988.

Resposta: Letra E

97)

Consoante a Lei 4320/1964, que prevê a regra geral, serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo os **créditos suplementares e especiais**.

Resposta: Letra E

98)

Compete ao STF verificar a imprevisibilidade ou não de um crédito orçamentário para o fim de julgar a possibilidade ou não de ele constar como crédito extraordinário em medida provisória, dado que essa espécie normativa não pode veicular nenhum outro tipo de crédito orçamentário. Além dos requisitos de relevância e urgência, a Constituição exige que a abertura do crédito extraordinário seja feita apenas para atender a despesas imprevisíveis e urgentes. Ao contrário do que ocorre em relação aos requisitos de relevância e urgência, que se submetem a uma ampla margem de discricionariedade por parte do Presidente da República, os requisitos de imprevisibilidade e urgência recebem densificação normativa da Constituição.

No caso em tela, **deveriam ser abertos créditos suplementares ou especiais, conforme a situação**.

Resposta: Errada

99)

a) É a incorreta. Não constitui fonte de recursos para créditos adicionais o **superávit da execução orçamentária** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior. O correto seria o **superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

b) Correta. Constitui fonte de recursos o excesso de arrecadação, o qual é o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

c) Correta. Constitui fonte de recursos o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

d) Correta. Constituem fontes de recursos os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

e) Correta. Constitui fonte de recursos para créditos adicionais o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, que corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Resposta: Letra A

100)

Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas (art. 43, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

Adicione o professor no facebook: <https://www.facebook.com/profsergiomendes>.

Fique por dentro das novidades na matéria.

Capítulo V

1)

O **princípio da proibição do estorno** veda a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

Assim, se determinado Prefeito Municipal fez a transposição de recursos dotados da educação para a saúde, sem autorização legislativa, feriu o princípio da proibição do estorno.

Resposta: Letra D

2)

I) Errado. A inclusão de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa na lei orçamentária anual fere o princípio da **exclusividade**.

II) Errado. O princípio do **equilíbrio** estabelece que o montante da despesa não deve ultrapassar a receita prevista para o período.

III) Correto. O princípio da não afetação das receitas veda a apropriação de receitas de impostos a despesas específicas, salvo as exceções constitucionais.

IV) Correto. O princípio da publicidade também é orçamentário, pois as decisões sobre orçamento só têm validade após a sua publicação em órgão da imprensa oficial. É condição de eficácia do ato a divulgação em veículos oficiais de comunicação para conhecimento público, de forma a garantir a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Logo, estão corretos os itens III e IV.

Resposta: Letra D

3)

a) Correta. O princípio da programação decorre da necessidade da estruturação do orçamento em programas, dispondo que o orçamento deva ter o conteúdo e a forma de programação. O orçamento deve expressar as realizações e objetivos de forma programada, planejada.

b) Correta. De acordo com o princípio da anualidade, o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período de um ano, consoante nossa Constituição

c) Correta. Segundo o princípio da unidade, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da federação em cada exercício financeiro.

d) Correta. O princípio da universalidade ou globalização dispõe que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

e) É a incorreta. **Não** existe princípio orçamentário da previsão ativa.

Resposta: Letra E

4)

O princípio da **exclusividade** determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Resposta: Letra E

5)

(4) Princípio da não afetação de receita: a receita não deve ser comprometida para atender a certas e determinadas despesas.

(5) Princípio do equilíbrio: para cada exercício financeiro, o montante fixado para a despesa orçamentária não deve ser maior que o da receita prevista.

(1) Princípio da unidade: cada unidade governamental deve possuir apenas um orçamento.

(3) Princípio da exclusividade: A lei orçamentária não deve conter dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação das despesas.

(2) Princípio da universalidade: O orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado.

Logo, a correlação correta é 4 – 5 – 1 – 3 – 2.

Resposta: Letra B

6)

O princípio da **exclusividade** determina que a lei orçamentária não poderá conter matéria

estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO).

Resposta: Letra C

7)

Segundo o princípio da unidade, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um **para cada ente da Federação** em cada exercício financeiro.

Assim, **não** existe um orçamento nacional unificado.

Resposta: Errada

8)

Questão que mistura diversos temas da matéria.

a) Errada. De acordo com o princípio da exclusividade, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos **suplementares** e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

b) Correta. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (art. 165, § 6º, da CF/1988).

c) Errada. Consoante o princípio da proibição do estorno, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, **não** poderá ser realizada sem prévia autorização legislativa.

d) Errada. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de **anulação de despesa**.

e) Errada. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados,

conforme o caso, mediante **créditos especiais ou suplementares**, com prévia e específica autorização legislativa (art. 166, § 8º, da CF/1988).

Resposta: Letra B

9)

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de **unidade, universalidade e anualidade** (art. 2º da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra B

10)

O princípio da **discriminação ou especificação** está amparado pela legislação infraconstitucional, como na Lei 4.320/1964, que em seu art. 5º dispõe:

“Art. 5º A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único.”

Resposta: Letra C

11)

A ausência de discriminação da dotação global na reserva de contingência é uma **exceção** ao princípio da discriminação. **Não** contraria nenhum princípio.

Resposta: Errada

12)

a) Correta. O princípio da proibição do estorno tem previsão constitucional.

b) Errada. De acordo com o princípio da discriminação, a lei de orçamento **não** consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

c) Errada. São princípios orçamentários: exclusividade, transparência (alguns autores consideram que compõe o princípio da publicidade), legalidade e anualidade. **Anterioridade é princípio tributário.**

d) Errada. Tal alternativa é estudada apenas em “Estágios da Despesa”. A liquidação é a verificação do implemento de condição, ou seja, verificação objetiva do cumprimento

contratual. O pagamento é a emissão do cheque ou ordem bancária em favor do credor.

e) Errada. A determinação de que os orçamentos sejam aprovados por lei formal se pauta no princípio da **legalidade**.

Resposta: Letra A

13)

Segundo o princípio da **unidade**, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um **para cada ente da federação** em cada exercício financeiro. Objetiva eliminar a existência de orçamentos paralelos, como o citado na questão.

Logo, o procedimento adotado no ente em questão contraria, diretamente, o princípio orçamentário da **unidade**.

Resposta: Letra B

14)

De acordo com o princípio da **universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

O princípio do **orçamento bruto** determina que todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções. Assim, proíbe que as despesas ou receitas sejam incluídas no orçamento ou em qualquer dos tipos de créditos adicionais nos seus montantes líquidos.

Logo, a questão trata de **universalidade e orçamento bruto**.

Resposta: Letra B

15)

O princípio da publicidade determina que o conteúdo orçamentário seja divulgado para o conhecimento de **todas as pessoas**. Assim, tem-se a garantia de acesso para qualquer interessado às informações necessárias ao exercício da fiscalização sobre a utilização dos recursos arrecadados dos contribuintes.

Resposta: Errada

16)

O princípio da **exclusividade** determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Resposta: Letra C

17)

O fato de uma entidade publicar demonstrações contábeis de forma condensada **não** fere o princípio do orçamento bruto, pois não haverá deduções de receitas ou despesas. O princípio violado seria o da **especificação**, pois a concisão das informações acarretaria em diminuição da discriminação de receitas e despesas.

Resposta: Errada

18)

Questão que mistura diversos temas da matéria.

a) Correta. A iniciativa da elaboração da proposta dos instrumentos de planejamento e orçamento é sempre do Poder Executivo, a qual deve ser encaminhada ao Poder Legislativo para a discussão e aprovação.

b) É a incorreta. O Poder Legislativo discute, vota e aprova a proposta orçamentária, **com** a possibilidade de fazer alterações por meio de emendas.

c) Correta. Integram a LOA o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.

d) Correta. De acordo com o princípio do orçamento bruto, todas as receitas e despesas serão discriminadas na lei orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

e) Correta. Segundo o princípio da exclusividade, a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito.

Resposta: Letra B

19)

O § 5º do art. 165 da CF/1988 se refere à **universalidade**, quando o constituinte determina a abrangência da LOA:

“§ 5º A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.”

Resposta: Letra B

20)

Não importa se o saldo líquido será **positivo ou negativo**, o princípio do orçamento bruto impede a inclusão apenas dos montantes líquidos e determina a inclusão de receitas e despesas pelos seus totais.

Resposta: Letra E

21)

O **princípio da exclusividade** determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Resposta: Letra E

22)

Questão difícil e confusa:

I) Correta. A Constituição trouxe um modelo que, em linhas gerais, segue o princípio da totalidade, pois a composição do orçamento anual passou a ser a seguinte: orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimentos das estatais. Tal tripartição orçamentária é apenas de cunho instrumental, não violando o mencionado princípio.

II) Correta. A Banca considerou o item correto, mas é muito controverso. Sob este ponto de vista, a LOA também teria sua “validade” entendida quando da reabertura de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior.

III) Errada. O item mistura diversos conceitos **sem sentido algum**.

IV) Errada. O PPA tem vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente. Logo, as metas físicas devem ser gradativamente alcançadas ao longo de todo esse período, **extrapolando o período do mandato**.

V) Correta. O PPA detalha as despesas relativas aos programas de duração continuada, contribuindo para a maior integração entre planejamento e orçamento.

Logo, está correto o que se afirma apenas em I, II e V.

Resposta: Letra C

23)

O orçamento deve expressar as realizações e objetivos de forma programada, planejada. O **princípio da programação** decorre da necessidade da estruturação do orçamento em programas, dispondo que o orçamento deva ter o conteúdo e a forma de programação.

Resposta: Letra D

24)

a) Errada. O princípio do equilíbrio compara as receitas estimadas com as despesas fixadas na LOA.

b) Errada. No princípio do equilíbrio são incluídas também as **receitas de capital**.

c) d) Erradas. O princípio do equilíbrio compara as receitas estimadas com as despesas fixadas na LOA.

e) Correta. O princípio do equilíbrio visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas.

Resposta: Letra E

25)

Na alternativa “D”, o remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa, caracteriza o **princípio da proibição do estorno**.

As demais alternativas trazem corretamente as exceções ao princípio da não vinculação.

Resposta: Letra D

26)

O princípio da especificação determina que as receitas e despesas devam ser discriminadas, demonstrando a origem e a aplicação dos recursos.

Resposta: Certa

27)

O princípio da **exclusividade** determina que a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO). Por exemplo, o orçamento não pode conceder aumento de remuneração aos servidores públicos. Naturalmente, como o orçamento trata de receita e despesa pública, o aumento refletirá na LOA, porém ele deve ser concedido em uma Lei anterior.

Resposta: Letra B

28)

De acordo com o princípio da **especificação**, a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado os programas especiais de trabalho.

Resposta: Letra E

29)

O gabarito oficial da questão é Letra A, no entanto facilmente podemos extrair do texto também o princípio da Legalidade, pois o enunciado fala em **lei**. Também extraímos um princípio que não está nas opções, que é o princípio do orçamento bruto, pois **as receitas e despesas estão pelos seus totais, sem quaisquer deduções**. Além disso, não deixa claro que o objetivo é identificar os princípios na ordem em que aparecem, até porque essa separação é confusa no texto da questão. Logo, qualquer alternativa que englobe Legalidade, Universalidade, Unidade e Anualidade deveria estar correta.

Logo, a questão deveria ter sido anulada, pois as letras A, D e E estão corretas.

Resposta da FGV: Letra A

30)

O princípio do **orçamento bruto veda** que as despesas ou receitas sejam incluídas no orçamento nos seus montantes líquidos.

Resposta: Errada

31)

De acordo com o princípio da **universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Resposta: Letra E

32)

Segundo o princípio da especialização, o detalhamento da programação orçamentária deve permitir a discriminação até onde seja necessário para o controle operacional e contábil, facilitando a função de acompanhamento e controle do gasto público. Da mesma forma, deve ser suficientemente agregativo para facilitar a formulação e a análise das políticas públicas.

Resposta: Certa

33)

São exceções ao princípio orçamentário da universalidade apenas a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita orçamentária. A indicação de recursos para a cobertura de deficit **não é exceção** ao princípio da exclusividade.

Resposta: Errada

34)

O princípio da **exclusividade** determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por

antecipação de receita orçamentária (ARO). Por exemplo, o orçamento não pode criar cargos ou conceder aumentos. Assim, tal projeto fere o princípio da exclusividade.

A LOA vai refletir o aumento da despesa (pois toda despesa deve estar na LOA), mas esse aumento tem que ser criado por um instrumento legal prévio. No caso, seria uma lei anterior autorizando o aumento e a criação de novos cargos públicos.

Resposta: Letra C

35)

O princípio da **exclusividade** surgiu para evitar que o orçamento fosse utilizado para aprovação de matérias sem nenhuma pertinência com o conteúdo orçamentário, em virtude da celeridade do seu processo. Determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Resposta: Letra D

36)

O Princípio do Equilíbrio estabelece que os valores autorizados para a realização das despesas no exercício deverão ser compatíveis com os valores previstos para a arrecadação das receitas.

O Princípio do Orçamento Bruto prega que todas as receitas e despesas devem constar da lei orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

Os Princípios Orçamentários são fundamentos que norteiam a prática orçamentária. Para evitar que "matérias estranhas" à fixação da despesa e previsão da receita fossem adicionadas ao corpo da lei orçamentária, foi estabelecido o Princípio da Exclusividade.

Resposta: Letra B

37)

A autorização para abertura de créditos adicionais **suplementares** na LOA é uma exceção ao princípio da exclusividade. Ou seja, a exceção não se aplica a todos os créditos adicionais.

Resposta: Errada

38)

Questão que mistura diversos temas da matéria.

a) É a incorreta. A Banca considerou que o princípio da unidade não está expresso na CF/1988.

b) Correta. O respaldo ao princípio da legalidade orçamentária também está na Constituição:

*Art. 165. **Leis** de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

*Art. 166. **Os projetos de lei** relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais **serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional**, na forma do regimento comum.*

c) Correta. O princípio da proibição do estorno determina que o administrador público não pode transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

d) Correta. O princípio da não-vinculação de receitas veda, com as devidas ressalvas constitucionais, a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

e) Correto. Trata-se do princípio da exclusividade, o qual determina que a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO).

Resposta: Letra A

39)

O princípio constitucional da **anterioridade** é princípio tributário e não orçamentário.

Resposta: Letra C

40)

O princípio da **exclusividade** determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para

as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO).

De acordo com o princípio da **universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

Logo, a questão trata de **exclusividade e universalidade**.

Resposta: Letra B

41)

O princípio da especificação determina que as receitas e despesas devam ser discriminadas, demonstrando a origem e a aplicação dos recursos.

É o **princípio da uniformidade ou consistência, de Lino Martins da Silva**, que dispõe que o orçamento deva manter uma mínima padronização ou uniformidade na apresentação de seus dados, de forma a permitir que os usuários realizem comparações entre os diversos períodos.

Resposta: Errada

42)

a) Errada. O princípio da **exclusividade** da matéria orçamentária estabelece que somente deve constar no orçamento matéria pertinente à fixação da despesa e à previsão da receita. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

b) Correta. O princípio da programação decorre da necessidade da estruturação do orçamento em programas, dispondo que o orçamento deva ter o conteúdo e a forma de programação. Tal princípio vincula as normas orçamentárias à consecução e à finalidade do Plano Plurianual e aos programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

c) Errada. O princípio da **proibição do estorno** preconiza que não pode haver transferência, transposição ou remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.

d) Errada. O princípio do **orçamento bruto** estabelece que todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

e) Errada. O princípio da **exclusividade** estabelece que a lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Resposta: Letra B

43)

O princípio da **publicidade** também é orçamentário, pois as decisões sobre orçamento só têm validade após a sua publicação em órgão da imprensa oficial. É condição de eficácia do ato a divulgação em veículos oficiais de comunicação para conhecimento público, de forma a garantir a transparência na elaboração e execução do orçamento. Assim, tem-se a garantia de acesso para qualquer interessado às informações necessárias ao exercício da fiscalização sobre a utilização dos recursos arrecadados dos contribuintes.

Resposta: Letra C

44)

Como vimos, a Constituição Federal prevê várias hipóteses que constituem exceções ao princípio orçamentário da não afetação das receitas.

Resposta: Certa

45)

A questão trata do princípio da não vinculação de receitas. Afirma que a vinculação de receitas de **impostos** é defesa, ou seja, é proibida, com exceção de um **tributo**. Para a resolução dessa questão, bastaria saber que IPTU, ISS, IOF e II são impostos, logo não podem ser vinculados, a não ser pela Constituição. CIDE é Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, logo, por ser contribuição, não se enquadra na proibição de vinculação.

Resposta: Letra E

46)

Dos mencionados na questão, são princípios orçamentários: exclusividade, especificação, equilíbrio, não-afetação das receitas e universalidade.

Logo, apenas a alternativa "B" traz dois princípios orçamentários.

Resposta: Letra B

47)

O **princípio da não vinculação (ou não afetação)** de receitas dispõe que nenhuma receita de impostos poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos, salvo as ressalvas constitucionais.

Resposta: Letra E

48)

A CF/1988 não veda a vinculação de impostos na prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita. Neste caso, trata-se da receita do IPTU de um município dado com garantia de dívida em uma operação de crédito por antecipação de receita.

Resposta: Certa

49)

O princípio da **discriminação (ou especialização ou especificação)** determina que as receitas e despesas devam ser especificadas, demonstrando a origem e a aplicação dos recursos. Tem o objetivo de facilitar a função de acompanhamento e controle do gasto público. Já o princípio do **orçamento bruto** impede a inclusão apenas dos montantes líquidos e determina a inclusão de receitas e despesas pelos seus totais, **não importando se o saldo líquido será positivo ou negativo**. Assim, a apuração e a divulgação dos dados da arrecadação líquida, sem a indicação das deduções previamente efetuadas a título de restituições, fere o princípio do **orçamento bruto**.

Resposta: Errada

50)

A) Correta. É exatamente o que o princípio da especificação determina: discriminação de receitas e despesas.

B) Errada. Define o **princípio do orçamento bruto**, pois veda deduções entre devedores e credores.

C) Errada. Trata do princípio da **exclusividade**, o qual determina que a Lei Orçamentária trate apenas de questões atinentes ao tema, ressaltando as exceções constitucionais.

D) Errada. Possui definição vaga, mistura princípio da unidade e da universalidade.

E) Errada. Trata do princípio da não vinculação de receitas e ainda de forma equivocada. Tal princípio se refere apenas aos impostos. Além disso, a assistência social não se inclui entre suas exceções.

Resposta: Letra A

51)

O princípio da **exclusividade** orçamentária determina que o orçamento somente está autorizado a veicular matéria de natureza financeira, excluindo conteúdos que não versem expressamente sobre despesas ou receitas públicas.

Resposta: Errada

52)

O **princípio da anterioridade** não é orçamentário e sim tributário. Os outros quatro são orçamentários.

Resposta: Letra E

53)

De acordo com o princípio da **universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, sendo que esse princípio está consagrado na legislação brasileira por meio da Constituição Federal e da Lei n.º 4.320/1964.

Resposta: Errada

54)

Segundo Lino Martins da Silva, os princípios materiais ou substanciais são os relacionados à essência do processo orçamentário. São eles: equilíbrio, exclusividade, universalidade, unidade, anualidade.

Resposta: Letra A

55)

De acordo com o princípio da **universalidade**, na Lei 4.320/1964:

Art. 3.º A Lei de Orçamentos compreenderá **todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.**

Art. 4.º A Lei de Orçamento compreenderá **todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada (...)**

Resposta: Letra A

56)

O princípio da exclusividade tem o objetivo de limitar o conteúdo da lei orçamentária, impedindo que nela se inclua normas pertencentes a outros campos jurídicos, como forma de se tirar proveito de um processo legislativo mais rápido. A LOA deve conter apenas receitas e despesas, ressalvadas às exceções constitucionais. Logo, o enunciado atende ao princípio da exclusividade.

Resposta: Letra B

57)

a) Errada. Pelo princípio da **anualidade**, a autorização legislativa para a execução orçamentária deve ser renovada a cada exercício financeiro.

b) Errada. Pelo princípio da **exclusividade**, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

c) Correta. Pelo princípio da não afetação da receita, a lei veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções previstas na própria Constituição Federal.

d) Errada. Pelo princípio da **quantificação dos créditos orçamentários**, é vedada a concessão ou utilização de créditos ilimitados, **sem exceções**.

e) Errada. Pelo princípio da **especificação**, a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

Resposta: Letra C

58)

O princípio da universalidade determina que a LOA compreenda todas as receitas e todas as despesas próprias dos órgãos do governo ou da administração centralizada ou que por intermédio deles se devam realizar.

Resposta: Letra A

59)

O princípio da exclusividade determina que a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. **Exceção** se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO).

Resposta: Errada

60)

Consoante o art. 7º da Lei 4320/64, a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43;

II - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

A questão exigia a interpretação **apenas segundo a Lei 4320/1964**. No entanto, como regra geral, o inciso II do art. 7º foi parcialmente prejudicado e deve ter sua leitura combinada com o art. 38 da LRF, por ser mais restritivo.

Resposta: Letra A

61)

a) Correta. O princípio da especificação determina que as receitas e despesas devam ser discriminadas, demonstrando a origem e a aplicação dos recursos. A LOA não pode consignar dotações globais para atender indiferentemente despesas de diferentes naturezas, ressalvadas as exceções previstas na Lei 4320/1964.

b) Errada. O princípio da não afetação das receitas **veda** a vinculação de impostos a órgãos, fundos ou despesas, admitindo ressalvas constitucionais.

c) Errada. O princípio da programação decorre da necessidade da **estruturação do**

orçamento em programas, dispondo que o orçamento deva ter o conteúdo e a forma de programação.

d) Errada. O princípio da anualidade implica que o orçamento deve ter a vigência de um ano, que no nosso país coincide com o calendário civil, e **admite** exceções, como nos casos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro.

e) Errada. O princípio da exclusividade implica que o orçamento do Governo Federal somente inclua matérias atinentes a receitas e despesas, com **exceção** da autorização prévia de créditos suplementares e operações de crédito.

Resposta: Letra A

62)

O princípio do equilíbrio visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas. Outras áreas, como as relacionadas às finanças públicas, aplicam o princípio do equilíbrio, como o art. 42 da LRF, o qual veda ao titular de Poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Resposta: Letra A

63)

Na alternativa "A", segundo o Princípio da **Universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra A

64)

Segundo o princípio da **universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas.

Resposta: Errada

65)

I) Errado. É vedada a vinculação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa, porém ressalvados os casos previstos na **Constituição** e não em lei complementar.

II) Correto. As exceções ao princípio da não vinculação são as destinações de recursos para repartição constitucional dos impostos; ações e serviços públicos de saúde; desenvolvimento do ensino; realização de atividades da administração tributária; prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita; e garantia, contragarantia à União e pagamento de débitos para com esta.

III) Errado. **Não** é vedada a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, tampouco a vinculação para garantia, contragarantia e pagamentos de débitos, pois estão entre as exceções constitucionais.

Logo, apenas o item II está correto.

Resposta: Letra D

66)

O **princípio da exclusividade** determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.

Assim, o princípio da exclusividade tem o objetivo de limitar o conteúdo da Lei Orçamentária, impedindo que nela se inclua normas pertencentes a outros campos jurídicos, como forma de se tirar proveito de um processo legislativo mais rápido. Tais normas que compunham a LOA sem nenhuma pertinência com seu conteúdo eram denominadas “caudas orçamentárias” ou “orçamentos rabilongos”. Por outro lado, as exceções ao princípio possibilitam uma pequena margem de flexibilidade ao Poder Executivo para a realização de alterações orçamentárias.

Resposta: Letra C

67)

As letras “A”, “B” e “C” não têm nenhuma relação com as exceções, todas erradas.

A letra “E” poderia gerar alguma dúvida. No entanto, justamente as únicas operações de crédito que podem ser vinculadas são as por antecipação de receita orçamentária (ARO). Logo, a alternativa está errada.

A resposta correta é a letra “D”, pois a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária são ressalvas ao princípio da não vinculação.

Resposta: Letra D

68)

As receitas e despesas seguem o princípio da universalidade, pois o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Resposta: Certa

69)

O erro da questão é dizer que o princípio orçamentário da unidade é um dos mais antigos no Brasil no que se refere à aplicação PRÁTICA. Apesar de estar previsto desde a Lei n.º 4.320/1964, **somente com a CF/1988 foi efetivamente colocado em prática**. Antes disso, havia diversas peças orçamentárias não consolidadas, como o orçamento monetário, que sequer passava pela aprovação legislativa.

Resposta: Errada

70)

O princípio apenas tributário é o da anterioridade. Os outros quatro também são princípios orçamentários (e financeiros também, numa visão mais ampla).

Resposta: Letra A

71)

O princípio da unidade determina que **cada entidade de direito público deve possuir apenas um orçamento**. Ou seja, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da Federação em cada exercício financeiro.

Resposta: Letra B

72)

a) Correta. Consoante a CF/1988, caberá à Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I – **examinar e emitir parecer sobre os projetos relativos ao PPA, LDO, LOA**, créditos adicionais e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas criadas de acordo com a CF/1988.

b) É a incorreta. Todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e mais o Ministério Público) elaboram suas propostas orçamentárias parciais e **encaminham para o Poder Executivo, o qual é o responsável constitucionalmente pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.**

c) Correta. Em obediência ao princípio orçamentário da exclusividade, a regra é que a LOA não poderá conter matéria estranha ao orçamento. Ressalto que há exceção para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO).

d) Correta. A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

e) Correta. O projeto de lei orçamentária anual, será acompanhado do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como

das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 5º, II, da LRF).

Resposta: Letra B

73)

De acordo com o princípio da unidade, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa, a Lei Orçamentária Anual - LOA. O orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da federação em cada exercício financeiro.

Resposta: Letra A

74)

Em atendimento ao princípio da **exclusividade**, a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa

Resposta: Errada

75)

a) Errada. O princípio da racionalidade é um dos princípios doutrinários do processo de planejamento, assim como a aderência e a previsão. Foge ao escopo de nosso conteúdo e dos editais, mas a título de conhecimento, o **princípio da racionalidade trata da busca de alternativas compatíveis com os recursos disponíveis.**

b) Errada. As fundações públicas dependentes ou não do Estado **integram** o orçamento, seguindo o princípio da universalidade.

c) Errada. As dotações globais **estão em desacordo** com o princípio da especificação, o qual exige detalhamento da despesa pública.

d) Errada. Vincular impostos à despesa **contraria** o princípio da não-vinculação.

e) Correta. A autorização para abertura de créditos suplementares é uma das exceções ao princípio da exclusividade. A outra é a autorização para operações de crédito, ainda que por antecipação de receita orçamentária.

Resposta: Letra E

76)

O **princípio do equilíbrio** visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas.

Resposta: Letra B

77)

Segundo o princípio da unidade, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da federação em cada exercício financeiro. Em outras palavras, cada entidade de direito público deve possuir apenas um orçamento, fundamentado em uma única política orçamentária e estruturado uniformemente, estabelecendo-se o orçamento da União, o de cada Estado, o do Distrito Federal e o de cada Município.

Resposta: Letra B

78)

Eficiência e eficácia **não** são princípios orçamentários.

Resposta: Letra E

79)

De acordo com o princípio da **universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Logo, caso o ente elaborasse um projeto de Lei Orçamentária Anual sem considerar as despesas de um dado setor, estaria ferindo o princípio da **universalidade**.

Resposta: Letra E

80)

O princípio fundamentalmente violado foi o do **equilíbrio**, pois a proposta orçamentária foi elaborada com o valor das despesas superior ao das receitas.

Resposta: Errada

81)

O princípio do orçamento bruto **veda** que as despesas ou receitas sejam incluídas no orçamento ou em qualquer dos tipos de créditos adicionais nos seus montantes líquidos.

Logo, no caso em tela, a dedução de receitas sem a discriminação dos valores originais **fere** o princípio do orçamento bruto.

Resposta: Errada

82)

O **princípio da não vinculação (ou não afetação) de receitas** dispõe que nenhuma receita de impostos poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos, salvo as ressalvas constitucionais.

Resposta: Letra C

83)

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de **unidade, universalidade e anualidade** (art. 2º da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra C

84)

O **princípio do orçamento bruto** dispõe que todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

Resposta: Letra B

85)

a) Errada. A LOA, em cumprimento ao princípio da **universalidade**, deve conter todas as receitas e despesas referentes a todos os Poderes do Estado e órgãos da administração direta e indireta.

B) Errada. Pelo princípio da **publicidade** o conteúdo da Lei Orçamentária Anual deve ser divulgado por veículo de informação oficial do Estado.

c) Errada. **Obedece-se** ao princípio da unidade na técnica orçamentária brasileira. A Constituição trouxe um modelo que, em linhas gerais, segue o princípio da totalidade (ou unidade), pois a composição do orçamento anual passou a ser a seguinte: orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimentos das estatais. Tal tripartição orçamentária é apenas de cunho instrumental, não implica dissonância e, portanto, **não** viola o princípio em estudo.

d) Correta. De acordo com o princípio da especificação, a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

e) Errada. De acordo com o princípio da **exclusividade**, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, excetuando a autorização para a abertura de créditos suplementares e a autorização para contratação de operações de crédito, ainda que se trate de antecipação da receita orçamentária.

Resposta: Letra D

86)

Segundo o princípio da **unidade**, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da Federação em cada exercício financeiro. Objetiva eliminar a existência de orçamentos paralelos, como seria o caso de um orçamento separado apenas para a Fundação mencionada.

Resposta: Letra A

87)

O princípio da não vinculação de receitas dispõe que nenhuma receita de impostos poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos, salvo as ressalvas constitucionais, como as garantias às operações de crédito.

Resposta: Certa

88)

I) Correto. As exceções ao princípio da exclusividade são autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, mesmo que por antecipação de receita.

II) Errado. **A não consignação** de dotações globais para indiferentes despesas não contraria nenhum princípio. **A consignação** de dotações globais para indiferentes despesas contraria o princípio da **especificação**.

III) Errado. A Constituição Federal brasileira, ao estabelecer que os créditos especiais e extraordinários possam ter vigência no exercício financeiro seguinte, no caso de o ato da autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício corrente, apresenta **exceções** ao princípio orçamentário da anualidade.

IV) Errado. O princípio da não vinculação das receitas **possui diversas ressalvas** constitucionais.

Logo, apenas o item I está correto.

Resposta: Letra A

89)

O princípio da exclusividade determina que a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO).

Resposta: Certa

90)

O princípio da **unidade** preconiza que cada esfera de governo deve possuir apenas um orçamento, fundamentado em uma única política orçamentária e estruturado uniformemente.

Resposta: Letra D

91)

a) Errada. Como decorrência do princípio da unidade, a lei orçamentária se divide em três partes: **fiscal, seguridade social e investimento das estatais**.

b) Errada. A anualidade **tributária** determinava que deveria haver autorização para a arrecadação de receitas previstas na Lei Orçamentária Anual. Assim, as leis tributárias deveriam estar incluídas na LOA, não se admitindo alterações tributárias após os prazos constitucionais do orçamento anual. Tal princípio tributário **não foi recepcionado pela atual CF/1988** e foi substituído pelo princípio tributário da anterioridade.

c) Correta. O princípio da exclusividade determina que a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas. Exceção se dá para as autorizações de créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO).

d) Errada. É vedada a vinculação de receitas de **impostos** a qualquer despesa, observadas as **exceções** constitucionais, conforme o princípio da não afetação.

e) Errada. O princípio da **especificação veda** que as despesas sejam previstas de forma genérica e universal.

Resposta: Letra C

92)

Trata-se do enunciado do princípio da especialização, previsto na Lei 4320/1964:

*Art. 5.º A Lei de Orçamento **não consignará dotações globais** destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único.*

Resposta: Letra D

93)

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade (art. 2º da Lei 4320/1964).

Resposta: Certa

94)

a) Errada. **Não** há sobreposição dos princípios. Todos devem ser respeitados.

b) Errada. Segundo o princípio da anualidade, o orçamento **deve ser elaborado e autorizado para um período de um ano.**

c) Errada. O Princípio da Unidade determina que **exista um orçamento único para cada ente**, unificando o orçamento de cada um dos poderes.

d) Errada. Ainda que contribuam para o controle, os princípios orçamentários **não** têm como foco principal o seu controle pelo Poder Judiciário.

e) Correta. De acordo com o princípio da universalidade, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Resposta: Letra E

95)

O princípio da **universalidade** destaca que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas da União, de qualquer natureza, procedência ou destino, inclusive a dos fundos, dos empréstimos e dos subsídios.

Resposta: Errada

96)

O princípio do **equilíbrio** orçamentário visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas. Já o princípio da **unidade** determina que o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada ente da federação em cada exercício financeiro.

Resposta: Letra E

97)

Questão que mistura diversos temas da matéria.

a) Correta. Texto bem confuso, truncado, mas é isso mesmo. Em outras palavras, o PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal, de iniciativa do Poder Executivo, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Nenhum investimento cuja execução **ultrapasse um exercício financeiro** (ou seja, que exceda o orçamento anual em que foram iniciadas) poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

b) Errada. O princípio da anualidade exige que o orçamento seja executado em um período financeiro determinado, que segundo a **Lei 4320/1964** deve coincidir com o ano civil.

c) Errada. Com base no art. 134, §§ 2º e 3º, da CF/1988, às Defensorias Públicas da União, Estaduais e do Distrito Federal são asseguradas as autonomias funcional e administrativa e **a iniciativa de sua proposta orçamentária** dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d) Errada. **É permitida** aos parlamentares a apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias, desde que obedecidas as regras constitucionais. O princípio da

programação decorre da necessidade da estruturação do orçamento em programas, dispondo que o orçamento deva ter o conteúdo e a forma de programação.

e) Errada. Segundo a Constituição Federal a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; e autorização **específica na lei de diretrizes orçamentárias**, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Resposta: Letra A

98)

De acordo com o princípio da **universalidade**, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Resposta: Letra B

99)

Trata-se do enunciado do princípio da exclusividade, do art. 165 da CF/1988:

§ 8.º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Resposta: Letra E

100)

Questão que mistura diversos temas da nossa matéria.

a) Errada. A LOA poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, **inclusive** as efetuadas por antecipação de receita. É uma das exceções ao princípio da exclusividade.

b) Errada. Integrará o projeto de **lei de diretrizes orçamentárias** o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes,

relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.

c) Errada. A **LDO** deverá conter normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

d) Correta. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (art. 165, § 6º, da CF/1988).

e) Errada. A LOA deverá discriminar também as despesas de capital para o exercício a **que se refere**, desde que em consonância com a lei das diretrizes orçamentárias.

Resposta: Letra D

Você está estudando pelo livro de Administração Financeira e Orçamentária/Orçamento Público mais completo do mercado e adotado pelas principais bancas examinadoras. Agora é com você para se dar bem nessas matérias!

Capítulo VI

1)

a) Errada. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e **sem indicação dos recursos correspondentes**.

b) Errada. É vedada a concessão ou utilização de **créditos ilimitados**.

c) Correta. É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa. É o princípio da proibição do estorno.

d) Errada. É vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas **que excedam os créditos orçamentários ou adicionais**.

e) Errada. É vedado o início de programas ou projetos **não incluídos na lei orçamentária anual**.

Resposta: Letra C

2)

É **vedado** o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual (art. 167, I, da CF/1988).

Resposta: Errada

3)

É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual (art. 167, I, da CF/1988).

Resposta: Certa

4)

Os créditos **especiais e extraordinários** terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício (por exemplo, em setembro), caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Resposta: Errada

5)

De acordo com o inciso IX do art. 167 da CF/1988, é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, **sem** prévia autorização legislativa. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por **lei** se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Logo, no caso em tela, o fundo especial da pobreza **não** pode ser instituído por decreto do governador.

Resposta: Errada

6)

Quanto aos investimentos, determina o art. 167 da CF/1988:

“§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade”.

Logo, um projeto de construção de barragens para prevenir desastres naturais (que é um investimento) não incluído no plano plurianual **poderá** ser executado, **desde** que sua execução restrinja-se a um exercício financeiro.

Resposta: Errada

7)

Segundo o princípio da não afetação das receitas, **é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa**, ressalvadas as exceções constitucionais.

Resposta: Letra A

8)

Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Resposta: Certa

9)

É vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais (art. 167, II, da CF/1988).

Logo, é vedado ao administrador público exceder os créditos orçamentários ou adicionais, e tal vedação envolve não apenas a realização de despesas, mas, também, a assunção de obrigações diretas.

Resposta: Certa

10)

Questão que mistura diversos temas da matéria.

a) Errada. É **vedada** a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

b) Errada. A autorização legislativa é **anterior** à abertura do crédito especial e deve ser realizada por Lei específica (**não** pode ser na LOA). A indicação da origem dos recursos é **obrigatória**.

c) Errada. **Apenas** a abertura de créditos **extraordinários** será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

d) Correta. A possibilidade de ultrapassar o exercício financeiro só existe para os créditos especiais e para os créditos extraordinários.

e) Errada. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo **Congresso Nacional**, na forma do regimento comum.

Resposta: Letra D

11)

É **vedada** a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais (art. 167, II, da CF/1988).

Resposta: Errada

12)

É **vedada** a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais (art. 167, II, da CF/1988).

Logo, ao mencionar os créditos adicionais, inclui os suplementares, especiais e **extraordinários**.

Resposta: Errada

13)

Segundo o **princípio da não afetação das receitas**, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções constitucionais.

Resposta: Letra C

14)

O princípio orçamentário da não vinculação de receitas dispõe que nenhuma receita de impostos poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos, salvo as ressalvas constitucionais. Logo, não se aplica às contribuições sociais, que têm sido muito utilizadas no âmbito da União como forma de aumentar o montante e a sua participação nos recursos tributários nacionais.

Resposta: Certa

15)

A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais **far-se-á** através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Resposta: Errada

16)

Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no **plano plurianual**, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1º, da CF/1988).

Resposta: Letra A

17)

A regra geral é que a vigência de todo crédito adicional está restrita ao exercício em que foi autorizado. Os créditos especiais e extraordinários também não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, casos em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente.

Resposta: Certa

18)

O princípio orçamentário da não vinculação de receitas dispõe que nenhuma receita de impostos poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos, salvo as ressalvas constitucionais, que incluem a realização de atividades da administração tributária. Logo, as vedações constitucionais em matéria orçamentária não incluem a vinculação de receita de impostos para a realização de atividades da administração tributária.

Resposta: Certa

19)

a) Errada. É **vedada** a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

b) Correta. É permitida a abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa. O que é vedado é a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa.

c) Errado. É **vedado** o início de programas ou projetos não incluídos na LOA.

d) Errada. É **vedada** a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

e) Errada. Segundo o princípio da não afetação de receitas, é vedada a vinculação de impostos por legislação infraconstitucional. Logo, afirmar que é permitida a vinculação de receita tributária, **a qualquer título**, por algum dispositivo infraconstitucional está errado.

Resposta: Letra B

20)

Quando o ato de autorização dos créditos adicionais **especiais ou extraordinários** ao orçamento for promulgado nos últimos 4 meses do exercício financeiro, estes poderão ser reabertos nos limites de seus saldos. Logo, não se aplica a todos os créditos adicionais, pois não inclui os créditos adicionais suplementares.

Resposta: Errada

21)

A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, **sem** de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Resposta: Errada

22)

a) Errada. É vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, **com as ressalvas constitucionais** (art. 167, IV, da CF/1988).

b) Correta. É vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais (art. 167, II, da CF/1988).

c) Errada. É vedada a concessão ou utilização de créditos **ilimitados** (art. 167, VII, da CF/1988).

d) Errada. É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem autorização **legislativa** (art. 167, VI, da CF/1988).

e) Errada. É vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia **autorização legislativa** (art. 167, IX, da CF/1988).

Resposta: Letra B

23)

A vedação constitucional do início de programas ou projetos que não foram incluídos na LOA e a proibição de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no PPA vai **ao** encontro do princípio da anualidade orçamentária, ou seja, são **coerentes** com o princípio da anualidade.

Resposta: Errada

24)

A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Resposta: Certa

25)

No que diz respeito aos orçamentos, é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, **sem** prévia autorização legislativa (art. 167, IX, da CF/1988). Logo, **não** é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza **com** prévia autorização legislativa.

As demais alternativas trazem vedações constitucionais em matéria orçamentária.

Resposta: Letra A

26)

Não são permitidas iniciativas de despesas não previstas na LOA, bem como há limites para aquelas previstas. O teto para a realização de despesas, ainda que se trate apenas de assunção de obrigações diretas, está restrito ao valor do crédito previsto na LOA ou ao crédito adicional já aprovado. **Não** pode existir despesa realizada maior que a fixada.

Caso seja necessário exceder o teto orçamentário, **antes** da realização da despesa deve se recorrer à abertura de créditos adicionais suplementares.

Resposta: Errada

27)

a) Errada. É vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, **sem prévia autorização legislativa** (art. 167, IX, da CF/1988).

b) Errada. É vedada a concessão ou utilização de créditos **ilimitados** (art. 167, VII, da CF/1988).

c) Correta. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF/1988).

d) Errada. A abertura de crédito **extraordinário** somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública (art. 167, § 3º, da CF/1988).

e) Errada. É vedado o de início de programas ou projetos **não** incluídos na LOA (art. 167, I, da CF/1988).

Resposta: Letra C

28)

É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF/1988).

Resposta: Errada

29)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

- a) Correta. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- b) Correta. A lei orçamentária anual não pode conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, sendo liberadas, em caráter de exceção, as autorizações para créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária. Trata-se do princípio da exclusividade.
- c) É a incorreta. É **vedada** a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 167, X, da CF/1988).
- d) Correta. É o princípio da proibição do estorno. São vedados a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (art. 167, VI, da CF/1988).
- e) Correta. É vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que extrapolem os créditos orçamentários ou adicionais (art. 167, II, da CF/1988).

Resposta: Letra C

30)

É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, **sem prévia autorização legislativa** (art. 167, VI, da CF/1988). É o princípio da proibição do estorno. Logo, **não** é possível o remanejamento apenas por ato do chefe do Poder Executivo.

Resposta: Errada

31)

É vedada a abertura de crédito suplementar ou **especial** sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF/1988). É

permitida a abertura de créditos **extraordinários** sem a indicação de recursos correspondentes.

Resposta: Errada

32)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Errada. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, **compreendidos** os créditos suplementares e especiais, destinados a órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma estabelecida em lei **complementar**.

b) Errada. A contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração somente poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente e autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, **excetuadas, neste último caso**, as empresas públicas e sociedades de economia mista.

c) Errada. A abertura de créditos **extraordinários** somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de comoção interna ou calamidade pública, mediante medida provisória (nos entes que possuem tal instrumento).

d) Correta. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1º, da CF/1988).

e) Errada. **Depende** de autorização legislativa específica a utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.

Resposta: Letra D

33)

O saldo positivo do fundo especial apurado em balanço **será transferido** para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, salvo determinação em contrário da lei que o instituiu.

Resposta: Errada

34)

É vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, **sem** prévia autorização legislativa

(art. 167, IX, da CF/1988). Logo, pode ser permitida, desde que com prévia autorização legislativa.

Resposta: Errada

35)

a) Correta. É **vedada** a utilização, **sem** autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos (art. 167, VIII, da CF/1988). Logo, é **permitida mediante** autorização legislativa específica.

b) Errada. É **vedada** a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF/1988).

c) Errada. É **vedada** a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (art. 167, VI, da CF/1988). **Não** há exceção caso se trate de recursos de um mesmo órgão.

d) Errada. É **vedada** a utilização dos recursos provenientes de contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social (art. 167, XI, da CF/1988).

e) Errada. É **vedada** a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 167, X, da CF/1988).

Resposta: Letra A

36)

É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na **lei orçamentária anual** (art. 167, I, da CF/1988).

Resposta: Errada

37)

É **vedada** a concessão ou utilização de créditos ilimitados (art. 167, VII, da CF/1988). É o princípio orçamentário da quantificação dos créditos orçamentários.

Resposta: Errada

38)

a) Correta. É o princípio da proibição do estorno. É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (art. 167, VI, da CF/1988).

b) Errada. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial **sem** prévia autorização legislativa e **sem** a indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF/1988).

c) Errada. É vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que **excedam** os créditos orçamentários ou adicionais (art. 167, II, da CF/1988).

d) Errada. É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, **ressalvadas** as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta (art. 167, III, da CF/1988). É a regra de ouro.

e) Errada. É vedada a concessão ou a utilização de créditos adicionais **ilimitados** (art. 167, VII, da CF/1988).

Resposta: Letra A

39)

É vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa (art. 167, IX, da CF/1988). Entretanto, tal vedação **não** tem relação com o princípio da não vinculação ou não afetação da receita, o qual veda a vinculação de impostos a despesas, com as ressalvas constitucionais.

Resposta: Errada

40)

Uma das vedações constitucionais em matéria orçamentária é o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual (art. 167, I, da CF/1988).

Resposta: Letra D

41)

É **vedada** a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 167, X, da CF/1988). Assim, o governo federal **não** poderá conceder empréstimos para pagamento de despesas com pessoal dos estados, do DF e dos municípios.

Resposta: Errada

42)

a) Errada. É **vedado** o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual (art. 167, I, da CF/1988).

b) Correta. Pelo motivo da alternativa anterior, está correta: é vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual (art. 167, I, da CF/1988).

c) Errada. É **vedada** a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF/1988).

d) Errada. É **vedada** a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (art. 167, VI, da CF/1988).

e) Errada. É **vedada** a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (art. 167, XI, da CF/1988).

Resposta: Letra B

43)

A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, **sem** de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente (art. 74 da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

44)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

- a) Errada. É **vedado** o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual. Também é **vedada** a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- b) Errada. Item sobre LDO e despesas com pessoal. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Para o cumprimento dos limites a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **adotarão** a seguinte providência, entre outras: redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.
- c) Errada. Item sobre LOA. O orçamento anual compreende, entre outros, o orçamento da seguridade social, as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- d) Correta. A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. É o princípio orçamentário da exclusividade.
- e) Errada. Item sobre Ciclo Orçamentário. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, **na forma do regimento comum**.

Resposta: Letra D

45)

É vedada a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos. Logo, admite-se a utilização, mediante autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.

Resposta: Certa

46)

É vedada a abertura de crédito adicional **suplementar ou especial** sem prévia autorização legislativa e sem indicação da origem dos recursos correspondentes.

Tal vedação **não** se aplica aos créditos extraordinários, o que invalidou a assertiva.

Resposta: Errada

47)

É vedada a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 167, X, da CF/1988).

Resposta: Certa

48)

No Decreto 93.872/1986:

*Art . 71. **Constitui Fundo Especial de natureza contábil ou financeira**, para fins deste decreto, a modalidade de gestão de parcela de recursos do Tesouro Nacional, vinculados por lei à realização de determinados objetivos de política econômica, social ou administrativa do Governo.*

§ 1º São Fundos Especiais de natureza contábil, os constituídos por disponibilidades financeiras evidenciadas em registros contábeis, destinados a atender a saques a serem efetuados diretamente contra a caixa do Tesouro Nacional.

§ 2º São Fundos Especiais de natureza financeira, os constituídos mediante movimentação de recursos de caixa do Tesouro Nacional para depósitos em estabelecimentos oficiais de crédito, segundo cronograma aprovado, destinados a atender aos saques previstos em programação específica.

A aplicação de receitas vinculadas a fundos especiais (**ou seja, de natureza contábil ou financeira**) far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em crédito adicional (art. 72).

Resposta: Errada

49)

É vedada a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais (art. 167, II, da CF/1988).

O teto para a realização de despesas, ainda que se trate apenas de assunção de obrigações diretas, está restrito ao valor do **crédito fixado na LOA ou ao crédito adicional já aprovado**. Caso seja necessário exceder o teto orçamentário, deve se recorrer à abertura de créditos adicionais suplementares.

Resposta: Letra E

50)

É **vedada** a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º (art. 167, VIII). Logo, o **Presidente da República** não pode dispor sobre o tema mediante decreto, sem autorização legislativa.

Resposta: Errada

Adicione o professor no twitter: @sergiomendesafo. Fique por dentro das novidades na matéria.

Capítulo VII

1)

I) Correto. Por meio do orçamento-programa, tem-se o estabelecimento de objetivos e a quantificação de metas, com a conseqüente formalização de programas visando ao atingimento das metas e alcance dos objetivos. Com esse modelo, passa a existir um elo entre o planejamento e as funções executivas da organização, além da manutenção do aspecto legal, porém não sendo considerado como prioridade.

II) Errado. O controle do orçamento **tradicional** visa avaliar a honestidade dos agentes governamentais e a legalidade do seu cumprimento. No orçamento-programa, o controle visa a **eficiência, eficácia e efetividade**.

III) Correta. No orçamento-programa, as decisões orçamentárias são tomadas considerando-se as avaliações e análises das alternativas disponíveis e todos os custos.

Logo, está correto o que consta apenas em I e III.

Resposta: Letra B

2)

No orçamento de base zero são confrontados os novos programas pretendidos com os programas em execução, sua continuidade e suas alterações. Isso faz com que os gerentes de todos os níveis avaliem melhor as prioridades, confrontando-se incrementos pela ponderação de custos e benefícios, a fim de que ocorra uma aplicação eficiente das dotações em suas atividades.

Assim, **não** há como prescindir (dispensar) da análise do custo-benefício de todos os projetos, processos e atividades.

Resposta: Errada

3)

Os aspectos listados acima caracterizam o **orçamento-programa**: instrumento para a execução dos planos; previsão de receitas e fixação das despesas para alcançar necessidades coletivas; e instrumento de aferição e controle de responsabilidades e resultados.

Resposta: Letra B

4)

Em situações de crise econômica, a maior preocupação dos formuladores de políticas públicas deveria ser com a função **estabilizadora** dos governos. O campo de atuação dessa função é principalmente a manutenção de elevado nível de emprego e a estabilidade nos níveis de preços. Destaca-se ainda a busca do equilíbrio no balanço de pagamentos e de razoável taxa de crescimento econômico.

Resposta: Errada

5)

Segundo o art. 9º do Decreto 2829/1998, para orientar a formulação e a seleção dos Programas que deverão integrar o Plano Plurianual e estimular a busca de parcerias e fontes alternativas de recursos, serão estabelecidos previamente, para o período do Plano, os **objetivos estratégicos e a previsão de recursos**.

Resposta: Letra D

6)

I) Correto. É a função alocativa.

II) Correto. Também trata da função alocativa.

III) Errado. A manutenção de elevado nível de emprego e a estabilidade nos níveis de preços configuram o campo de ação da função **estabilizadora**.

IV) Correto. É a função distributiva.

Logo, os itens I, II e IV estão corretos.

Resposta: Letra B

7)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Errada. O orçamento público deve constituir uma única peça, indicando as receitas e os programas de trabalho a serem desenvolvidos pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, segundo o princípio da **unidade**.

b) Errada. O orçamento público é uma lei de iniciativa do Poder **Executivo** que fixa as despesas e estima as receitas para o exercício seguinte.

c) Correta. O princípio do equilíbrio visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas.

d) Errada. O modelo orçamentário adotado no Brasil é do tipo misto, ou seja, a elaboração e a execução são de competência do Executivo, cabendo ao Legislativo a votação e o controle. Já a execução é **autorizativa**, pois não existe obrigatoriedade de execução das despesas consignadas no orçamento público, já que o Poder Público tem a discricionariedade para avaliar a conveniência e a oportunidade do que deve ou não ser executado.

e) Errada. Na **há** prorrogação da lei orçamentária do ano vigente. O caso do Legislativo não devolver o PLOA para a sanção é tratado apenas nas leis de diretrizes orçamentárias, que estabelecem regras para a realização de despesas essenciais até que ele seja devolvido ao Executivo.

Resposta: Letra C

8)

O orçamento tradicional é uma peça meramente contábil financeira, sem nenhuma espécie de planejamento das ações do Governo, onde prevalece o aspecto jurídico do orçamento em detrimento do aspecto econômico, o qual possui função secundária. Almeja-se a neutralidade e a busca pelo equilíbrio financeiro. As funções de alocação, distribuição e estabilização ficam em segundo plano. Portanto, o orçamento tradicional é somente um documento de previsão de receita e de autorização de despesas.

Resposta: Certa

9)

Na alternativa “E”, é o **orçamento tradicional** que considera apenas as necessidades financeiras das unidades organizacionais.

As demais alternativas apresentam características do orçamento-programa.

Resposta: Letra E

10)

Consoante o art. 2º do Decreto 2829/1998, cada programa deverá conter:

a) Errada. O valor global e prazo de **conclusão**.

b) Errada. O valor **global** e o indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar.

c) Errada. As metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo e o **órgão** responsável.

d) Correta. O prazo de conclusão e a regionalização das metas por estados.

e) Errada. A fonte de financiamento e a regionalização das metas por **estados**.

Resposta: Letra D

11)

a) Correta. O orçamento tradicional é o processo orçamentário em que é explicitado apenas o objeto de gasto. Não há preocupação com a realização dos programas de trabalho do Governo, importando-se apenas com as necessidades dos órgãos públicos para realização das suas tarefas, sem questionamentos sobre objetivos e metas

b) Errada. No orçamento por desempenho, focam-se **duas** dimensões: objeto do gasto (secundário) e um programa de trabalho contendo as ações desenvolvidas.

c) Errada. O orçamento **tradicional** tem por base a avaliação da série histórica dos gastos para projeção dos orçamentos futuros.

d) Errada. O orçamento de **base zero** justifica-se pela necessidade de informações novas a cada ciclo orçamentário. Os órgãos governamentais deverão justificar anualmente, na fase de elaboração da sua proposta orçamentária, a totalidade de seus gastos, **sem** utilizar o ano anterior como valor inicial mínimo.

e) Errada. No orçamento **participativo**, consideram-se os diversos canais de participação da sociedade, por meio de lideranças ou audiências públicas. No orçamento de texto fixo utiliza-se o critério de alocação de recursos que consiste em estabelecer um quantitativo financeiro fixo, geralmente obtido mediante a aplicação de percentual único sobre as despesas realizadas em determinado período, com base no qual os órgãos/unidades deverão elaborar suas propostas orçamentárias parciais.

Resposta: Letra A

12)

A principal característica do orçamento-programa é a ênfase no objetivo do gasto. Em alguns casos, a definição do objeto do gasto é suficiente para se identificar, ainda que indiretamente, o objetivo dos dispêndios realizados pela unidade responsável, como por exemplo, nas ações ligadas ao funcionamento de um órgão com estrutura mais simples.

Resposta: Certa

13)

O **Orçamento Base Zero** requer que todas as atividades e operações sejam identificadas e classificadas em ordem de importância por meio de uma análise sistemática para que os pacotes de decisão sejam preparados. São confrontados os novos programas pretendidos com os programas em execução, sua continuidade e suas alterações. Isso faz com que os gerentes de todos os níveis avaliem melhor as prioridades, confrontando-se incrementos pela ponderação de custos e benefícios, a fim de que ocorra uma aplicação eficiente das dotações em suas atividades

Resposta: Letra A

14)

O orçamento de desempenho ou por realizações enfatiza o resultado dos gastos e não apenas o gasto em si. A ênfase reside no desempenho organizacional. **Caracteriza-se pela apresentação de dois quesitos: o objeto de gasto (secundário) e um programa de trabalho contendo as ações desenvolvidas.**

Nessa espécie de orçamento, o gestor começa a se preocupar com os benefícios dos diversos gastos e não apenas com seu objeto. Apesar da evolução em relação ao orçamento clássico (tradicional), o orçamento de desempenho ainda se encontra desvinculado de um planejamento central das ações do governo, ou seja, nesse modelo orçamentário inexistente um instrumento central de planejamento das ações do governo vinculado à peça orçamentária. Apresenta, assim, uma deficiência, que é a **desvinculação entre planejamento e orçamento.**

Resposta: Letra C

15)

O orçamento-programa se diferencia do orçamento incremental pelo fato de que o **primeiro** pressupõe uma revisão contínua da estrutura básica dos programas, com aumento ou diminuição dos respectivos valores.

Resposta: Errada

16)

É produto final de um programa da área de saúde **a redução da mortalidade infantil**. É a visada efetividade, a transformação de uma realidade existente. Todos os outros itens são fundamentais para se chegar a um resultado efetivo e devem também ser mensurados como produtos intermediários, porém o único que pode ser considerado como uma transformação de uma realidade é a redução da mortalidade infantil. Basta verificar que o número de vacinados, de postos de saúde, de medicamentos e de consultas por si só não definem um produto final. Por exemplo, não adianta apenas vacinar 100% das crianças se elas continuam morrendo de outras causas; não adianta apenas aumentar o número de consultas se as crianças mais necessitadas não tem acesso a elas, etc.

Resposta: Letra A

17)

Na abordagem do orçamento de base-zero, na fase de elaboração da proposta orçamentária, haverá um questionamento acerca das reais necessidades de cada área, não havendo compromisso com qualquer montante inicial de dotação. São confrontados os novos programas pretendidos com os programas em execução, sua continuidade e suas alterações. Isso faz com que os gerentes de todos os níveis avaliem melhor a aplicação eficiente das dotações em suas atividades.

Resposta: Certa

18)

A organização das ações do Governo sob a forma de programas visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na Administração Pública e ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade, bem como elevar a transparência na aplicação dos recursos públicos. O orçamento-programa equivale a um plano de trabalho expresso por um conjunto de ações a realizar e pela identificação dos recursos necessários à sua execução.

Resposta: Letra B

19)

No orçamento de base zero são confrontados os novos programas pretendidos com os programas em execução, sua continuidade e suas alterações. Isso faz com que os gerentes de todos os níveis avaliem melhor as prioridades, confrontando-se incrementos

pela ponderação de custos e benefícios, a fim de que ocorra uma aplicação eficiente das dotações em suas atividades. Por isso, incluem-se entre as desvantagens a dificuldade, **a lentidão e o alto o custo da elaboração do orçamento.**

Resposta: Errada

20)

I) Correto. As necessidades financeiras das unidades organizacionais são critérios para a decisão da alocação dos recursos, no orçamento tradicional.

II) Errado. O orçamento-programa **não tem como principal objetivo** o controle de receitas e despesas, ainda que seja uma atividade importante. O controle visa a **eficiência, eficácia e efetividade.**

III) Errado. No orçamento base zero, os gestores das unidades orçamentárias precisam justificar **todos os gastos.**

IV) Correto. O orçamento-programa visa a objetivos e metas e a ênfase é dada nos aspectos administrativos e de planejamento.

É correto o que se afirma apenas em I e IV.

Resposta: Letra B

21)

O orçamento de base zero requer que todas as atividades e operações sejam identificadas e classificadas em ordem de importância por meio de uma análise sistemática para que os pacotes de decisão sejam preparados. Em regra, a alta gerência, por meio do planejamento estratégico, fixa previamente os critérios do orçamento de base zero, de acordo com cada situação.

Resposta: Certa

22)

Por meio do orçamento-programa, tem-se o estabelecimento de objetivos e a quantificação de metas, com a conseqüente formalização de programas visando ao atingimento das metas e alcance dos objetivos. Com esse modelo, passa a existir um elo entre o planejamento e as funções executivas da organização, além da manutenção do aspecto legal, porém não sendo considerado como prioridade.

Resposta: Letra D

23)

A **função alocativa** visa à promoção de ajustamentos na alocação de recursos. É o Estado oferecendo determinados bens e serviços necessários e desejados pela sociedade, porém que não são providos pela iniciativa privada. O setor público pode atuar produzindo diretamente os produtos e serviços ou via mecanismos que propiciem condições para que sejam viabilizados pelo setor privado.

Assim, a **função alocativa** deriva da incapacidade do mercado de suprir a sociedade de bens e serviços de consumo coletivo. Como esses bens e serviços são indispensáveis para a sociedade, cabe ao Estado destinar recursos de seu orçamento para produzi-los e satisfazer sua demanda.

Resposta: Errada

24)

O gasto público no orçamento programa deve estar vinculado a uma finalidade. O orçamento-programa é um instrumento de planejamento da ação do governo, por meio da identificação dos seus programas de trabalho, projetos e atividades, com estabelecimento de objetivos e metas a serem implementados e previsão dos custos relacionados.

Resposta: Certa

25)

No orçamento base zero os órgãos governamentais deverão justificar anualmente, na fase de elaboração da sua proposta orçamentária, a totalidade de seus gastos, sem utilizar o ano anterior como valor inicial mínimo.

Resposta: Certa

26)

O orçamento-programa reflete a concepção moderna do orçamento público e se caracteriza pela **utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados.**

As demais alternativas são características do orçamento tradicional: dar ênfase aos aspectos contábeis de gestão; usar como principais critérios de classificação das despesas unidades administrativas e elementos; estar dissociado dos processos de

planejamento e programação das ações públicas; a alocação de recursos visar à aquisição de meios e às necessidades das unidades organizacionais.

Resposta: Letra A

27)

A iniciativa dos projetos dos instrumentos de planejamento e orçamento é sempre do Poder Executivo. No orçamento participativo, a comunidade é considerada **parceira do Executivo** no processo orçamentário.

Resposta: Errada

28)

A função alocativa estabelece incentivos para resolver problemas de ineficiência em determinados mercados microeconômicos (X-III).

A função distributiva deve contrabalançar os princípios da equidade e eficiência de forma a não criar incentivos perversos para os recipientes ou financiadores de políticas sociais (Y-II).

A função estabilizadora utiliza os instrumentos macroeconômicos para manter adequado o nível de utilização dos recursos produtivos, sem criar problemas inflacionários (Z-I).

Logo, a combinação é X-III, Y-II e Z-I.

Resposta: Letra B

29)

O orçamento de base zero requer que todas as atividades e operações sejam identificadas e classificadas em ordem de importância por meio de uma análise sistemática para que os pacotes de decisão sejam preparados. Os gerentes de todos os níveis devem avaliar melhor as prioridades, confrontando-se incrementos pela ponderação de custos e benefícios, a fim de que ocorra uma aplicação eficiente das dotações em suas atividades.

Resposta: Certa

30)

a) Errada. O dispêndio do recurso muitas vezes se sobrepõe ao cumprimento das metas. Deve haver flexibilidade para a programação financeira a fim de que seja possível efetuar

pequenos realinhamentos, porém, devido principalmente a superestimativas de receitas, o “Decreto de Contingenciamento” não se presta apenas a ajustes pontuais e acaba por contingenciar parte considerável das despesas discricionárias aprovadas na LOA, o que prejudica as metas.

b) Errada. A falta de rigor nos prazos **compromete** a integração entre PPA e LOA.

c) Errada. O **não** cumprimento dos prazos de aprovação das matérias orçamentárias tem **prejudicado** sua execução de forma sistemática e coordenada.

d) Correta. Os contingenciamentos têm sido decretados com frequência, e como a liberação depende da conveniência da Administração, estimula a negociação política entre o Poder Executivo e os parlamentares que querem ver suas bases eleitorais atendidas na execução orçamentária e financeira.

e) Errada. O orçamento brasileiro sofre **grandes** alterações ao longo do exercício, com frequentes aberturas de créditos adicionais.

Resposta: Letra D

31)

O orçamento clássico é o **tradicional** e é esta espécie de orçamento que adota o incrementalismo, baseando-se no orçamento anterior acrescido da inflação projetada.

Resposta: Errada

32)

No **orçamento-programa**, a organização das ações do Governo sob a forma de programas visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na Administração Pública e ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade, bem como elevar a transparência na aplicação dos recursos públicos. Isso torna o orçamento mais preciso e evita desperdício de recursos, como no caso de duplicação de funções.

Resposta: Letra C

33)

Deve haver **flexibilidade** para a programação financeira a fim de que seja possível efetuar pequenos realinhamentos.

Resposta: Errada

34)

O orçamento base zero exige que, a cada novo exercício, o administrador **justifique detalhadamente os recursos solicitados**. Deve-se justificar seu orçamento proposto em detalhe e cada quantia a ser gasta, aumentando a participação dos gerentes de todos os níveis no planejamento das atividades e na elaboração dos orçamentos.

Resposta: Letra A

35)

Em ocasiões em que o desemprego prevalece, a atuação do governo no sentido de aumentar o nível de demanda no mercado com a recolocação da produção no pleno emprego é um exemplo de aplicação da função **estabilizadora** do Estado.

Resposta: Errada

36)

A principal característica do Orçamento de Base Zero é **conter a justificativa para a totalidade dos gastos de cada unidade orçamentária, independentemente do gasto realizado no exercício anterior**. Nesse tipo de abordagem, na fase de elaboração da proposta orçamentária, haverá um questionamento acerca das reais necessidades de cada área, não havendo compromisso com qualquer montante inicial de dotação.

Resposta: Letra B

37)

Em regra, a alta gerência, por meio do planejamento estratégico, fixa previamente os critérios do orçamento de base zero, **de acordo com cada situação**.

Resposta: Errada

38)

Busca-se **evitar** a utilização da linearidade, por ser esta **incompatível** com o estabelecimento de metas e prioridades para a Administração Pública, como aconteceria caso houvesse cortes indiscriminados de gastos, com base em um percentual único e predeterminado.

Resposta: Errada

39)

I) Errado. No orçamento de tipo tradicional há uma **despreocupação** do gestor público com o atendimento das necessidades da população, pois considera apenas as necessidades financeiras das unidades organizacionais.

II) Correto. O orçamento base-zero exige a reavaliação de todos os programas cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário e não apenas as das solicitações que ultrapassam o nível de gasto já existente. Sua principal característica é conter a justificativa para a totalidade dos gastos de cada unidade orçamentária, independentemente do gasto realizado no exercício anterior.

III) Correto. O orçamento-programa visa a objetivos e metas.

IV) Errado. O orçamento de desempenho não pode ser considerado um orçamento-programa, pois há **desvinculação entre planejamento e orçamento**.

V) Errado. No orçamento-programa as decisões orçamentárias são tomadas com base em **avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis**. O incrementalismo, que é a alocação dos recursos para unidades orçamentárias com base na proporção dos recursos gastos em exercícios anteriores, é característico do **orçamento tradicional**.

Está correto o que se afirma somente em II e III.

Resposta: Letra E

40)

Uma das características típicas do orçamento em nosso País é a rigidez da estrutura. Apesar de a vedação à vinculação de receitas abranger apenas os impostos, os demais tributos são vinculados pela sua própria natureza. Mesmo em relação aos impostos, há várias exceções constitucionais que acarretam em mais vinculações. Há, ainda, as despesas obrigatórias, que também acabam por vincular o orçamento, porque não se pode deixar de executá-las, como acontece com o pagamento de pessoal, por exemplo. Isso tudo diminui a capacidade de discricionariedade do gestor público, engessando o orçamento.

Resposta: Certa

41)

O orçamento **não** perdeu a sua forma de programa de operação e apresentação dos meios de financiamento desse programa, bem como **não** assumiu características

contábeis formais, determinadas por lei. Essas são características fundamentais do orçamento **clássico** e não de uma evolução.

Resposta: Errada

42)

A ação do governo por meio da política fiscal abrange as funções alocativa, distributiva e **estabilizadora**.

Resposta: Errada

43)

a) Errada. Sob a inspiração do Estado liberal, a principal função do orçamento era possibilitar o controle político do Poder **Legislativo** sobre o Poder **Executivo**.

b) Errada. No orçamento tradicional, o aspecto **controle** tinha grande importância, tendo em vista o caráter de neutralidade atribuído às finanças públicas.

c) Errada. No orçamento de desempenho o gestor começa a se preocupar com os benefícios dos diversos gastos e não apenas com seu objeto, porém se encontra desvinculado de um planejamento central das ações do Governo.

d) Errada. Nas fases de expansão da economia, a preocupação com o controle do orçamento **diminui**. Nas fases de contração, a preocupação com o controle aumenta.

e) Correta. O orçamento de desempenho ou por realizações enfatiza o resultado dos gastos (por exemplo econômicos e sociais) e não apenas o gasto em si. O objeto de gasto (produto) existe, porém é secundário, menos relevante.

Resposta: Letra E

44)

Os tributos transferem recursos da iniciativa privada para o setor público. No entanto, as transferências são mecanismos utilizados pelos governos para promoverem ajustes na distribuição de renda de uma população, com o objetivo de **transferirem recursos do setor público para os mais necessitados do setor privado**.

Resposta: Errada

45)

I) Errado. O Orçamento Público é uma lei formal, isto é, ela **não** obriga o Poder Público a realizar uma despesa autorizada pelo Legislativo. A LOA apenas **autoriza** os gastos.

II) Errado. O Orçamento Público é uma lei temporária, pois tem vigência limitada a **um ano**.

III) Correto. A falta de planejamento da ação governamental é uma das principais características do orçamento tradicional.

IV) Correto. O Orçamento Público é uma lei especial que possui processo legislativo diferenciado e trata de matéria específica: previsão de receitas e fixação de despesas.

V) Correto. O orçamento-programa é um instrumento de planejamento da ação do Governo, por meio da identificação dos seus programas de trabalho, projetos e atividades, com estabelecimento de objetivos e metas a serem implementados e previsão dos custos relacionados.

Logo, estão corretas somente as afirmativas III, IV e V.

Resposta: Letra C

46)

O mecanismo básico da estabilização é a atuação sobre a demanda agregada, que representa a quantidade de bens ou serviços que a totalidade dos consumidores deseja e está disposta a adquirir por determinado preço e em determinado período. A função estabilizadora age na demanda agregada de forma a aumentá-la ou diminuí-la.

Resposta: Certa

47)

O orçamento público tradicional é uma peça meramente contábil – financeira, sem nenhuma espécie de planejamento das ações do governo, onde **prevalece o aspecto jurídico do orçamento em detrimento do aspecto econômico, o qual possui função secundária**.

Resposta: Errada

48)

A classificação da despesa pública por elementos é um critério embasado no objeto do dispêndio, característico do orçamento tradicional, que enfatizava os meios. A partir do

orçamento-programa, a ênfase é nos fins, priorizando-se a classificação funcional e a estrutura programática.

Resposta: Certa

49)

I) Errado. Na técnica de orçamento **tradicional**, a análise de eficácia das ações de governo tem como principais critérios classificatórios as unidades administrativas e os elementos de despesas.

II) Correto. O orçamento base zero requer que todas as atividades e operações sejam identificadas e classificadas em ordem de importância por meio de uma análise sistemática para que os pacotes de decisão sejam preparados.

III) Errado. No orçamento-**programa**, a alocação de recursos visa à consecução de objetivos e metas, pois a ênfase desse modelo é a avaliação dos resultados.

Logo, apenas a afirmativa II está correta.

Resposta: Letra A

50)

Nesse caso, o orçamento **tradicional** visaria à construção de novos postos de saúde, pois a ênfase é nos meios, no objeto do gasto. Já o orçamento-programa teria como foco os fins, o objetivo do gasto, por exemplo, o maior número de pacientes atendidos e a possibilidade de eles serem tratados nas comunidades em que já residem.

Resposta: Errada

51)

O orçamento tradicional ou clássico demonstra uma despreocupação do gestor público com o atendimento das necessidades da população, **pois considera apenas as necessidades financeiras ou o poder político das unidades organizacionais**.

As demais alternativas se referem ao orçamento programa.

Resposta: Letra E

52)

A função alocativa visa à promoção de ajustamentos na alocação de recursos. É o Estado oferecendo determinados bens e serviços necessários e desejados pela sociedade,

porém que não são providos pela iniciativa privada. É o caso do fornecimento de iluminação pública.

Resposta: Letra B

53)

Uma das diferenças: o orçamento tradicional visa à aquisição de meios, enquanto o orçamento programa visa a objetivos e metas.

Resposta: Certa

54)

a) Errada. A função distributiva beneficia principalmente a população carente. Entretanto, faz parte da função **alocativa** do Estado a produção de bens e serviços de infraestrutura.

b) Correta. A função estabilizadora age na demanda agregada de forma a aumentá-la ou diminuí-la. O Estado desempenha sua função estabilizadora na economia ao diminuir impostos quando a economia está em depressão, visando aumentar o consumo.

c) Errada. O programa bolsa-família é um exemplo da função **distributiva** do Estado, já que o Estado minimiza a pobreza ao alocar recursos para os mais pobres.

d) Errada. Produzir bens públicos é um exemplo da função **alocativa** desempenhada pelo Estado.

e) Errada. O Estado desempenha bem sua função distributiva quando cobra impostos progressivos sobre a renda e efetua gastos que beneficiam as pessoas de **menor** nível de renda.

Resposta: Letra B

55)

O orçamento de base zero consiste basicamente em uma análise crítica de todos os recursos solicitados pelos órgãos governamentais. Nesse tipo de abordagem, na fase de elaboração da proposta orçamentária, haverá um questionamento acerca das reais necessidades de cada área, não havendo compromisso com qualquer montante inicial de dotação.

Os órgãos governamentais deverão justificar anualmente, na fase de elaboração da sua proposta orçamentária, a totalidade de seus gastos, sem utilizar o ano anterior como valor inicial mínimo.

Resposta: Letra B

56)

O orçamento-programa é um instrumento de planejamento da ação do Governo, por meio da identificação dos seus programas de trabalho, projetos e atividades, com estabelecimento de objetivos e metas a serem implementados e previsão dos custos relacionados.

O orçamento **programa** enfatiza os fins em detrimento dos meios, cuja base fundamental é o planejamento, em vez de ser um instrumento contábil de controle apenas, como é o orçamento clássico.

Resposta: Letra D

57)

A ênfase no objeto do gasto, na classificação institucional e por elemento de despesa é característica do orçamento **clássico**.

Resposta: Errada

58)

A alternativa "C" traz características do orçamento **tradicional**. No orçamento-programa, a ênfase é no **objetivo** do gasto e os principais critérios de classificação são **o funcional e o programático**.

As demais alternativas se referem ao orçamento-programa.

Resposta: Letra C

59)

A falta de planejamento da ação governamental é uma das principais características do orçamento **tradicional**. Constitui-se num mero instrumento contábil e baseia-se no orçamento do exercício anterior, ou seja, enfatiza atos passados. Demonstra uma despreocupação do gestor público com o atendimento das necessidades da população, pois considera apenas as necessidades financeiras das unidades organizacionais. Assim, nesta espécie de orçamento não há preocupação com a realização dos programas de trabalho do Governo, importando-se apenas com as necessidades dos órgãos públicos

para realização das suas tarefas, sem questionamentos sobre objetivos e metas. Predomina o incrementalismo.

Resposta: Letra A

60)

Alguns autores consideram que o orçamento de base zero é uma técnica do Orçamento-Programa. Logo, se isso é possível, **não** há incompatibilidade ente o Orçamento Base Zero e o Orçamento Programa.

Resposta: Errada

Adquira seu exemplar! Estude a teoria completa e acompanhe a resolução com o enunciado de todas as questões!

Capítulo VIII

1)

As receitas orçamentárias são entradas de recursos que o Estado utiliza para financiar seus gastos, transitando pelo patrimônio do Poder Público. Segundo o art. 57 da Lei 4.320/1964, serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento.

Resposta: Certa

2)

a) Errada. Depósito de terceiros são receitas extraorçamentárias, porém alienação de bens são receitas **orçamentárias**.

b) Correta. Configuram receitas extraorçamentárias cauções e consignações.

c) Errada. Operações de créditos por antecipação de receita orçamentária - ARO são receitas extraorçamentárias, porém os impostos, como o ICMS, são receitas **orçamentárias**.

d) Errada. Cauções são receitas extraorçamentárias, porém ganhos com aplicação financeira são receitas **orçamentárias**.

e) Errada. Imposto de renda retido na fonte e convênios recebidos são receitas **orçamentárias**.

Resposta: Letra B

3)

Na alternativa "C", operações de crédito, alienações de bens e amortizações de empréstimos são receitas de capital, porém a cobrança de multas e juros de mora são receitas **correntes**.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra C

4)

O art. 5º do CTN define que as espécies de tributos são **impostos, taxas e contribuições de melhorias**.

Resposta: Letra E

5)

A receita **patrimonial** é uma receita corrente orçamentária. As demais são extraorçamentárias.

Resposta: Letra D

6)

Quanto à afetação (ou repercussão) patrimonial, as receitas **efetivas** são aquelas que contribuem para o aumento do patrimônio líquido, sem correspondência no passivo.

Resposta: Letra C

7)

O **recebimento da dívida ativa** é uma receita não efetiva. É exceção às receitas correntes, que em geral são efetivas.

As demais receitas são efetivas.

Resposta: Letra C

8)

a) Errada. São receitas de capital as alienações de bens provenientes de componentes do ativo **imobilizado ou intangível**. Exemplo: privatizações, venda de um prédio público, etc.

b) Errada. As receitas de contribuições são **correntes**.

c) Errada. As receitas agropecuárias correspondem aos ingressos provenientes da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal. Incluem-se nessa classificação as receitas advindas da exploração da agricultura (cultivo do solo), da pecuária (criação, recriação ou engorda de gado e de animais de pequeno porte) e das atividades de beneficiamento ou transformação de produtos agropecuários em instalações existentes nos próprios estabelecimentos. As receitas que se originam da tributação de produtos agrícolas são **receitas tributárias**.

d) Correta. As receitas intraorçamentárias são aquelas oriundas de operações realizadas **entre** órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social de uma mesma esfera de governo. Têm a finalidade de

discriminar as receitas referentes às operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social. A Banca considerou a alternativa correta, mas na verdade o termo “por” no lugar de “entre” a tornaria incorreta. Assim, a questão deveria ter sido anulada.

e) Errada. Não há restrições desse tipo. Em geral, as restrições são para aplicação de receitas de **capital** em despesas **correntes**, como ocorre na regra de ouro, que proíbe a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Resposta: Letra D

9)

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Receita tributária R\$ 100,00 Receita patrimonial R\$ 39,00 Receita Industrial R\$ 15,00	Operação de crédito R\$ 315,00 Alienação de bens R\$ 21,00 Amortização R\$ 43,00
Total = R\$ 154,00	Total = R\$ 379,00

Resposta: Letra B

10)

A contribuição para o salário-educação é uma contribuição social, logo é classificada na origem receita de **contribuições**.

Resposta: Letra E

11)

As alienações de bens são receitas **de capital**.

Resposta: Errada

12)

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (art. 3º do CTN).

Resposta: Letra B

13)

De acordo com o art. 35 da Lei 4320/1964:

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.”

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Outras (Dívida Ativa) R\$ 15.000,00 Tributária (IPTU) R\$ 28.000,00	Transferência de capital R\$ 8.000,00 Amortização de empréstimos R\$ 25.000,00 Alienação de bens R\$ 15.000,00
Total = R\$ 43.000,00	Total = R\$ 48.000,00

Resposta: Letra D

14)

a) Errada. Restituições são “**outras receitas correntes**”.

b) Errada. Impostos são “**receitas tributárias**”.

c) Errada. Prestação de serviços são “**receitas de serviços**”.

d) Correta. Os dividendos são “receitas patrimoniais”.

e) Errada. Serviços são “**receitas de serviços**”.

Resposta: Letra D

15)

Estes são os níveis que formam o código identificador da natureza de receita:

_ 1.º Nível: Categoria Econômica

_ 2.º Nível: Origem

_ 3.º Nível: Espécie

_ 4.º Nível: Rubrica

_ 5.º Nível: Alínea

_ 6.º Nível: Subalínea

Resposta: Letra E

16)

a) Errada. A construção de uma ponte é uma **despesa** não efetiva, pois **não altera** o Patrimônio Público.

b) Correta. A arrecadação de taxas é uma receita efetiva, pois causa um aumento efetivo no Patrimônio Público.

c) Errada. Empréstimos são receitas não efetivas, pois **não alteram** o Patrimônio Público.

d) Errada. Cancelamento de dívida ativa equivale a um cancelamento de um direito a receber, causando **decréscimo** no Patrimônio Público.

e) Errada. Manutenção de ruas e praças são despesas efetivas, pois causam um **decréscimo** efetivo no Patrimônio Público

Resposta: Letra B

17)

As **receitas públicas** em sentido amplo (*lato sensu*) são todas as entradas ou ingressos de bens ou direitos a qualquer título, em certo período de tempo, que o Estado utiliza para financiar seus gastos, podendo ou não se incorporar ao seu patrimônio e independente de haver contrapartida no passivo. Exemplos: receitas tributárias, operações de crédito, operações de crédito por antecipação de receita, cauções etc.

É a mesma definição da questão, só que com outras palavras: Todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado mediante numerários ou outros bens representativos de valores, que o governo tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivem direitos a favor do Estado, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencem. Tal conceito caracteriza a **receita pública** em sentido amplo (*lato sensu*).

Resposta: Letra D

18)

A origem “Operações de Crédito” corresponde aos ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos internos ou externos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.

Resposta: Letra E

19)

São **Receitas Correntes** as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

20)

Considera-se receita de capital a amortização de um empréstimo anteriormente concedido.

Resposta: Letra D

21)

De fato a alienação de bem da administração pública não é classificada como receita efetiva. É classificada como não efetiva (ou por mutação patrimonial), pois nada acrescentam ao patrimônio público, já que se referem às entradas ou alterações compensatórias nos elementos que o compõem.

Resposta: Certa

22)

_ Impostos são receitas tributárias = R\$ 15.000,00

_ Multas e juros de mora são “outras receitas correntes” = 7.500,00 + 907,50 = R\$ 8.407,50

Sendo assim, houve a arrecadação de receita tributária no valor de R\$ 15.000,00 e de outras receitas correntes no valor de R\$ 8.407,50

Resposta: Letra A

23)

As **operações de crédito** são receitas orçamentárias, porém as **operações de crédito por antecipação de receita** são receitas extraorçamentárias.

Resposta: Errada

24)

A origem “Amortização de Empréstimos” corresponde ao ingresso referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.

Resposta: Letra B

25)

O ingresso decorrente de dívida ativa pertence à origem “outras receitas correntes”, integrante da categoria econômica das **receitas correntes**.

Resposta: Letra D

26)

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Impostos 6.000 Indenizações e Restituições 100 Receita da Dívida Ativa não Tributária 300 Receita de Contrato de Permissão de Uso 700 Receita de Serviços de Comunicação 300 Receita de Valores Mobiliários 150 Receitas Imobiliárias 400 Taxas 1000 Transferências da União para cobrir despesas correntes 6000 Transferências do Estado para cobrir despesas correntes 5000	Alienação de Títulos Mobiliários 60 Amortização de Financiamentos 20 Operações de Crédito Internas 500 Transferências de Instituições Privadas para cobrir despesas de capital 1000
Total = 19.950,00	Total = R\$ 1.580,00

Resposta: Letra D

27)

A receita **patrimonial** corresponde ao ingresso proveniente de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes. Por exemplo, temos as receitas de arrendamentos, como o que acontece quando se arrenda os terrenos da União, em que o Poder Público concede à outra parte o gozo temporário de um terreno mediante retribuição. Tal retribuição se torna receita patrimonial.

Resposta: Letra B

28)

As **taxas** cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Resposta: Letra D

29)

São **Receitas Correntes** as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra D

30)

As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

No caso em tela, **trata-se de taxa em razão do exercício do poder de polícia do Estado.**

Resposta: Letra D

31)

O superávit do orçamento corrente é receita de capital, porém não é receita orçamentária. Segundo a Lei 4.320/1964, o superávit do Orçamento Corrente resulta do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, porém não constituirá item de receita orçamentária. Isso ocorre para evitar a dupla contagem, porque ela já foi considerada no orçamento corrente. Na nossa questão, a diferença entre as receitas correntes arrecadadas, no valor de R\$ 6,5 bilhões, e as despesas correntes realizadas, de R\$ 6,0 bilhões, é considerada superávit do orçamento corrente e receita de capital.

Resposta: Certa

32)

Quanto à periodicidade ou regularidade, as receitas públicas se classificam em **ordinárias e extraordinárias**.

Resposta: Letra C

33)

a) Correta. A banca seguiu o conceito de receita pública em sentido amplo (*lato sensu*) ou ingresso público. Nessa abordagem, receita pública são todas as entradas ou ingressos de bens ou direitos a qualquer título, em certo período de tempo, que o Estado utiliza para financiar seus gastos, podendo ou não se incorporar ao seu patrimônio e independente de haver contrapartida no passivo.

b) Correta. São as categorias econômicas da receita: corrente e de capital.

c) Correta. As operações de crédito são uma das origens das receitas de capital.

d) Correta. A receita tributária é uma das origens das receitas correntes.

e) É a incorreta. O superávit do orçamento **corrente** constitui receita de **capital**.

Resposta: Letra E

34)

A receita tributária pertence à categoria econômica das **receitas correntes**.

Resposta: Letra D

35)

As receitas extraorçamentárias não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Isso ocorre porque possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público. Se não se incorporam ao patrimônio público, não há **variação do saldo patrimonial**.

Resposta: Letra E

36)

Na alternativa “D”, são Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros **oriundos de constituição de dívidas**; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 2º, da Lei 4320/1964).

As demais receitas são correntes: agropecuárias, industriais, patrimoniais e de serviços.

Resposta: Letra D

37)

As **contribuições sociais** são receitas correntes orçamentárias. As demais são extraorçamentárias.

Resposta: Letra D

38)

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Taxas 50,00 Receitas da Dívida Ativa 300,00 Receitas Imobiliárias 100,00	Alienação de Bens Imóveis 400,00 Amortização de Empréstimos 150,00
Total = 450,00	Total = 550,00

Resposta: Letra C

39)

I) Errado. São exemplos de receitas **correntes**: receitas patrimonial e de contribuições.

II) Correto. Receitas tributárias, de contribuições e patrimonial são origens das receitas correntes.

III e IV) Corretos. As receitas de capital são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o Superávit do Orçamento Corrente.

IV) Correto. São exemplos de receitas de capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

V) Errado. São exemplos de receitas **correntes**: receitas tributária e de contribuições.

Logo, estão corretos três itens: II, III e IV.

Resposta: Letra C

40)

São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando **destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes** (art. 11, § 1º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

41)

As receitas **derivadas** correspondem àquelas obtidas pelo Estado mediante sua autoridade coercitiva. No nosso ordenamento jurídico se caracterizam pela exigência do Estado para que o particular entregue de forma compulsória uma determinada quantia na forma de tributos, de contribuições ou de multas.

Resposta: Letra B

42)

O **bônus de assinatura de contrato de concessão** é uma receita orçamentária. É classificada como receita corrente patrimonial.

Resposta: Letra E

43)

Estrutura completa da natureza da receita: 1112.04.10

1 – Categoria Econômica: Receitas Correntes

1 – Origem: Receitas Tributárias

1 – Espécie: Impostos

2 – Rubrica: Impostos sobre o Patrimônio e a Renda

04 – Alínea: Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

10 – Subalínea: Pessoas Físicas

Detalhamento de código: não há.

Resposta: Letra A

44)

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Cobrança de impostos inscritos na dívida ativa 400	Alienação de Bens Imóveis 800
Rendimentos de aplicações financeiras 200	Operações de Crédito de LP 400
Receita da Concessão de Serviço 300	Transferência de valores da União destinados à Construção do Hospital Infantil Estadual 500
IPVA 700	
ICMS 600	
Total = 2.200,00	Total = 1.700,00

Resposta: Letra A

45)

RECEITAS CORRENTES
Patrimoniais Rendimentos de aplicações financeiras 200

Receita da Concessão de Serviço 300
Total = 500,00
Tributárias IPVA 700 ICMS 600
Total = 1.300,00

Resposta: Letra D

46)

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Cobrança de impostos inscritos na dívida ativa 400	Alienação de Bens Imóveis 800
Rendimentos de aplicações financeiras 200	Operações de Crédito de LP 400
Receita da Concessão de Serviço 300	Transferência de valores da União destinados à Construção do Hospital Infantil Estadual 500
IPVA 700	
ICMS 600	
Total = 2.200,00	Total = 1.700,00

47)

Classificam-se como receita originária e derivada, respectivamente, tarifa e taxa.

Resposta: Letra A

48)

Receita efetivas:

Impostos sobre serviços..... 28.500
 Aluguéis de imóveis cedidos..... 12.000
 Dividendos recebidos de empresa controlada..... 7.500

Tarifa de pedágios..... 6.000

Total = R\$ 54.000,00

Receitas não efetivas:

Alienação de bens móveis..... 7.500

Operações de crédito internas..... 45.000

Alienação de bens móveis (aparece duas vezes)..... 7.500

Dívida ativa tributária..... 8.000

Alienação de títulos mobiliários..... 7.000

Total = R\$ 75.000,00

Logo, com os dados acima, o montante referente à arrecadação de receitas efetivas foi igual a R\$ 54.000,00.

Resposta: Letra B

49)

Tributo é toda prestação pecuniária **compulsória**, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que **não** constitua sanção de ato **ilícito**, instituída em **lei** e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (art. 3º do CTN).

Resposta: Letra C

50)

RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS
Operação de crédito por ARO R\$ 2.000,00
Cauções R\$ 2.000,00
Consignações em folha R\$ 3.000,00
Inscrição em Restos a Pagar R\$ 2.000,00
Depósito de terceiros R\$ 2.000,00
Inscrição do Serviço da Dívida a pagar R\$ 2.000,00
Total = R\$ 13.000,00

Resposta: Letra A

51)

CATEGORIAS DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Imposto de Renda R\$ 20.000,00 CSLL R\$ 5.000,00 Compensações financeiras R\$ 3.000,00 Salário-educação R\$ 2.000,00 Aplicações financeiras R\$ 1.000,00 Aluguel de imóveis R\$ 2.000,00 Emolumentos e custas R\$ 2.000,00 Concessões e permissões R\$ 3.000,00 Recebimento da dívida ativa R\$ 3.000,00	Amortização de empréstimos R\$ 6.000,00 Operações de crédito R\$ 2.000,00 Alienações de bens R\$ 2.000,00
Total = R\$ 41.000,00	Total = R\$ 10.000,00
Total das receitas orçamentárias = R\$ 51.000,00	

Resposta: Letra C

52)

Como vimos no quadro anterior, as receitas correntes somam **R\$ 41.000,00**.

Resposta: Letra C

53)

As receitas de **operações de crédito** são receitas financeiras. As demais são primárias.

Resposta: Letra B

54)

I) Correta. A classificação por categoria econômica é utilizada para receitas e despesas.

II) Errada. A classificação por segmentos de despesas e receitas **não** faz parte das classificações das receitas.

III) Errada. A classificação em investimentos e em despesas de custeio são utilizadas para as **despesas**.

IV) Correta. A classificação segundo as fontes de recursos é utilizada tanto para a receita quanto para as despesas.

Logo, há **dois** itens certos: I e IV.

Resposta: Letra C

55)

As receitas tributárias (como as oriundas de impostos) e as receitas de contribuições pertencem à categoria econômica da receitas **correntes**.

Resposta: Letra D

56)

A dívida ativa corresponde aos créditos da Fazenda Pública de natureza **tributária** (proveniente da obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais, atualizações monetárias, encargos e multas tributárias) **ou não tributária** (demais créditos da Fazenda Pública) exigíveis em virtude do transcurso do prazo para pagamento.

Resposta: Letra B

57)

As receitas tributárias (como as oriundas de impostos) e as receitas de contribuições pertencem à categoria econômica da receitas **correntes**.

Resposta: Letra D

58)

As **taxas** cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Resposta: Letra B

59)

O recebimento de imposto inscrito em dívida Ativa é receita corrente. A Alienação de Bens Imóveis é receita de capital.

Resposta: Letra D

60)

As **receitas públicas efetivas** contribuem para o aumento do patrimônio líquido, sem correspondência no passivo, ou seja, não representa obrigação do ente público.

Resposta: Letra D

61)

Estes são os níveis que formam o código identificador da natureza de receita:

_ 1.º Nível (X): Categoria Econômica

_ 2.º Nível (Y): Origem

_ **3.º Nível (Z): Espécie**

_ 4.º Nível (W): Rubrica

_ 5.º Nível (AB): Alínea

_ 6.º Nível (CD): Subalínea

Resposta: Letra C

62)

a) Errada. **Taxa** presta-se a remunerar o custeio dos serviços que se destinam a atender a exigências específicas da coletividade em caráter compulsório, independentemente de solicitação dos usuários.

b) Errada. O conceito de taxa é **diferente** do conceito de preço público.

c) Correta. São competências do Poder Executivo a fixação e a alteração de tarifas, as quais podem ser efetivadas a qualquer data com cobrança no mesmo exercício financeiro. No entanto, tal ato está vinculado às leis e regulamentos que disciplinam o serviço. Ainda, a isenção de tarifa só pode ser estabelecida em lei da entidade estatal que realiza ou delega o serviço.

d) Errada. A taxa está submetida tanto ao **princípio tributário da anterioridade quanto ao da legalidade**, previstos na Constituição Federal.

e) Errada. **Tarifa** é adequada a remunerar os serviços que visam dar comodidade aos usuários ou a satisfazê-los em suas necessidades pessoais, facultativamente onerando aqueles que efetivamente os utilizem.

Resposta: Letra C

63)

Caso a União tenha recebido recursos oriundos das receitas correntes e deseje transferir parcela do montante recebido para determinado município construir um posto de saúde, ou seja, para a realização de uma despesa de capital, essa operação deve ser classificada, na contabilidade da União, como transferência de capital. Repare que o enunciado trata de receitas correntes para confundir com as transferências correntes. No entanto, nesse caso, o que interessa é a **aplicação da receita e não sua procedência**. Se for aplicada em despesas de capital, é transferência de capital; se for aplicada em despesas correntes, é transferência corrente.

Resposta: Certa

64)

A transferência para a realização de uma despesa de capital, como para a aquisição de equipamentos hospitalares, é considerada uma transferência de capital. Portanto, pertence à categoria econômica das receitas de capital.

Resposta: Letra E

65)

A **contribuição de melhoria** cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Resposta: Letra C

66)

É receita de **capital** aquela proveniente de operação de crédito. As demais são receitas correntes.

Resposta: Letra A

67)

Operações de crédito são **receitas orçamentárias**.

Resposta: Letra D

68)

a) Correta. A Dívida Ativa inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, e tem equivalência de prova pré-constituída contra o devedor. O ato da inscrição confere legalidade ao crédito como dívida passível de cobrança, facultando ao Ente Público, representado pelos respectivos órgãos competentes, a iniciativa do processo judicial de execução.

b) e) Erradas. Como regra geral, no caso da União, a **Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN** é responsável pela apuração da liquidez e certeza dos créditos da União, **tributários ou não**, a serem inscritos em Dívida Ativa, e pela representação legal da União. A Lei Complementar nº 73/1993 dá aos órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas a mesma competência para o tratamento da Dívida Ativa respectiva. De forma análoga, para os Estados e Municípios, a competência para inscrição em Dívida Ativa é atribuída, por intermédio de normativos de mesma espécie, aos representantes legais de cada esfera de governo.

c) Errada. A dívida ativa corresponde aos créditos da Fazenda Pública de natureza **tributária** (proveniente da obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais, atualizações monetárias, encargos e multas tributárias) **ou não tributária** (demais créditos da fazenda pública) exigíveis em virtude do transcurso do prazo para pagamento. As receitas decorrentes de dívida ativa tributária ou não tributária devem ser classificadas como “**outras receitas correntes**”.

d) Errada. A presunção de certeza e liquidez é **relativa**, pois pode ser derogada por prova inequívoca, cuja apresentação cabe ao sujeito passivo.

Resposta: Letra A

69)

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL

Dívida Ativa 80 Impostos 3.000 Indenizações e Restituições 50 Receita de Serviços Recreativos e Culturais 100 Receitas Imobiliárias 200 Taxas 500 Transferências da União para cobrir despesas correntes 5.000 Transferências do Estado para cobrir despesas correntes 3.000	Alienação de Bens Imóveis 30 Amortização de Financiamentos 10 Operações de Crédito Internas 100
Total = 11.930,00	Total = 140,00

Resposta: Letra E

70)

Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

A questão traz, corretamente, outra forma de definir o imposto.

Resposta: Letra C

71)

As receitas patrimoniais são aquelas provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes. Exemplos: receitas imobiliárias e de valores mobiliários. As receitas patrimoniais são receitas correntes.

Resposta: Certa

72)

Depósitos e cauções são receitas extraorçamentárias. As demais são orçamentárias.

Resposta: Letra B

73)

A contribuição de **melhoria** é receita **tributária** e as demais contribuições (sociais, de intervenção no domínio econômico e para o custeio de serviço de iluminação pública) são receitas de **contribuições**.

Resposta: Errada

74)

A receita decorrente da **alienação de bens** é de capital. As demais são receitas correntes.

Resposta: Letra E

75)

É receita de capital a proveniente de **operações de crédito**. As demais são receitas correntes

Resposta: Letra B

76)

São consideradas receitas originárias os preços públicos e as tarifas.

Resposta: Letra C

77)

Estes são os níveis que formam o código identificador da natureza de receita:

_ 1.º Nível: Categoria Econômica

_ 2.º Nível: Origem

_ **3.º Nível: Espécie**

_ 4.º Nível: Rubrica

_ 5.º Nível: Alínea

_ 6.º Nível: Subalínea

Resposta: Letra E

78)

O valor cobrado por serviço público não essencial sob o regime de concessão é considerado **tarifa ou preço público**.

Resposta: Errada

79)

I) Correto. A taxa está submetida tanto ao princípio tributário da anterioridade quanto ao da legalidade, previstos na Constituição Federal.

II) Errado. As **taxas** remuneram serviços públicos previstos constitucionalmente e os **preços públicos** remuneram os serviços prestados sob regime de direito privado.

III) Correto. As taxas são tributos vinculados à atuação estatal, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Os preços públicos são receitas expressivas de serviços prestados por entidades governamentais ou concessionários de serviço, proveniente da intervenção do Estado na atividade econômica.

IV) Errado. **Tanto a taxa como o preço público remuneram serviços públicos.** A taxa é uma receita pública derivada, pois se integra em definitivo ao patrimônio do Estado após ser retirada de forma coercitiva do patrimônio dos particulares. Já o preço público é uma contraprestação de serviços de natureza comercial ou industrial, cujo pagamento deve ocorrer somente se existir a utilização do serviço.

Logo, está correto o que se afirma somente em I e III.

Resposta: Letra A

80)

a) Errada. A receita tributária pertence à categoria econômica das receitas **correntes**.

b) Correta. As receitas tributárias e de contribuições pertencem à categoria econômica das receitas correntes.

c) Errada. São exemplos de receitas de **capital** a conversão, em espécie, de bens e direitos.

d) Errada. **Não** constitui item de receita orçamentária o superávit do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes.

e) Errada. As receitas oriundas de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes, são classificadas como receitas **correntes**.

Resposta: Letra B

81)

Ao final de um dado exercício financeiro, em determinado ente, a diferença entre as receitas correntes arrecadadas, no valor de R\$ 11,6 bilhões, e as despesas correntes realizadas, de R\$ 10,0 bilhões, é considerada superávit do orçamento corrente e receita de capital.

O superávit do orçamento corrente resulta do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, porém não constituirá item de receita orçamentária.

Resposta: Certa

82)

As receitas orçamentárias são entradas de recursos que o Estado utiliza para financiar seus gastos, transitando pelo Patrimônio do Poder Público. Segundo o art. 57 da Lei 4.320/1964, serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.

Na questão, apenas os recebimentos da dívida ativa são receitas orçamentárias, classificadas na origem "outras receitas correntes".

Resposta: Letra D

83)

Os ingressos intraorçamentários têm a finalidade de discriminar as receitas referentes às operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social.

Resposta: Certa

84)

A identificação de origem e destinação é encontrada na classificação da receita **por fontes**. As fontes de recursos constituem-se de determinados agrupamentos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, e servem para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias. É a individualização dos recursos de modo a evidenciar sua aplicação segundo a determinação legal, sendo, ao mesmo tempo, uma classificação da receita e da despesa.

Resposta: Letra B

85)

O ingresso proveniente de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente é receita patrimonial, portanto, classificada na categoria econômica de receitas correntes.

Resposta: Certa

86)

Trata-se de receita derivada e de receita originária, respectivamente, o tributo e a tarifa.

Resposta: Letra D

87)

Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais **não** corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado (art. 12, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

88)

a) Errada. O princípio do equilíbrio visa assegurar que as **despesas** não serão superiores à previsão das **receitas**. E ainda, são incluídas as despesas/receitas correntes e de **capital**.

b) Errada. Receitas patrimoniais e agropecuárias são receitas correntes.

c) Errada. As receitas tributárias são compostas por impostos, taxas e **contribuições de melhoria**.

d) Correta. As receitas provenientes de aplicações de disponibilidades em operações de mercado são patrimoniais.

e) Errada. As receitas da dívida ativa são os créditos da Fazenda Pública de natureza **tributária** (proveniente da obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais, atualizações monetárias, encargos e multas tributárias) ou **não tributária** (demais créditos da fazenda pública) exigíveis em virtude do transcurso do prazo para pagamento.

Resposta: Letra D

89)

São **Receitas de Capital** as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

90)

A questão quer saber apenas a variação da dívida em **2007**. Não quer saber o que aconteceu nos anos anteriores.

Dívida ativa inscrita em 2007 = + **R\$ 30.000,00**

Dívida ativa recebida em 2007 = - **R\$ 50.000,00** (metade do inscrito em 2006, que foi de R\$ 100.000,00)

Variação da dívida ativa em 2007 = + R\$ 30.000,00 (inscrito) - R\$ 50.000,00 (recebido) = - **R\$ 20.000,00**

Logo, pode-se afirmar que em 2007 o estoque da dívida ativa apresentou **redução de R\$ 20.000,00**.

Resposta: Letra D

91)

As receitas **extraorçamentárias** não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Isso ocorre porque possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público. São chamadas de ingressos extraorçamentários. São exemplos de receitas extraorçamentárias: depósito em caução, antecipação de receitas orçamentárias – ARO, consignações diversas, cancelamento de restos a pagar, emissão de moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Resposta: Letra B

92)

O preço público ou tarifa é uma receita originária empresarial, pois é proveniente da intervenção do Estado na atividade econômica. Por meio de empresas associadas

concessionárias ou permissionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais, as tarifas são cobradas para permitir o melhoramento e a expansão dos serviços, a justa remuneração do capital e assegurar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Resposta: Certa

93)

A dívida ativa consiste nos créditos da Fazenda Pública de natureza tributária (proveniente da obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais, atualizações monetárias, encargos e multas tributárias) ou não tributária (demais créditos da Fazenda Pública) **exigíveis em virtude do transcurso do prazo para pagamento**. No caso em tela, o contribuinte deixou de recolher determinado tributo e foi autuado, estipulando-se um **prazo** de vinte dias para que o contribuinte realize o pagamento ou impugne a cobrança. Durante esse prazo, **não se trata de dívida ativa tributária em função de não se ter esgotado o prazo para pagamento, o que impossibilita sua inscrição**.

Resposta: Letra A

94)

As **receitas tributárias** são receitas correntes.

As demais se enquadram no conceito de receitas de capital: são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente.

Resposta: Letra B

95)

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Receita tributária R\$ 201.070,00 Receita patrimonial R\$ 43.917,20 Receita industrial R\$ 513,00 Receitas de serviços R\$ 25.941,50	Operação de crédito R\$ 810.832,10 Alienação de bens R\$ 2.405,50
Total = R\$ 271.441,70	Total = R\$ 813.237,60

Resposta: Letra D

96)

A origem “**Operações de Crédito**” integra a categoria econômica das receitas de capital.
As demais são origens das receitas correntes.

Resposta: Letra E

97)

A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital (art. 11, *caput*, da Lei 4320/1964).

Resposta: Certa

98)

a) Correta. Os créditos de natureza tributária, regularmente inscritos em Dívida Ativa, não estão submetidos a sigilo fiscal. Segundo o § 3º do art. 198 do CTN, **não** é vedada a divulgação de informações relativas a:

I – representações fiscais para fins penais;

II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;

III – parcelamento ou moratória.

b) Errada. No caso dos acórdãos do TCU, a inscrição em dívida ativa **não** se dá com o objetivo de criação de um título executivo, mas sim para a utilização de um rito de execução privilegiado, bem como um acompanhamento mais apurado acerca dos créditos da Fazenda Pública.

c) Errada. Como regra geral, as competências são distribuídas do seguinte modo:

- **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN:** é responsável pela apuração da liquidez e certeza dos créditos da União, tributários ou não, a serem inscritos em Dívida Ativa, e pela representação legal da União.
- **Procuradoria-Geral Federal – PGF:** é competente para apurar a certeza e liquidez dos créditos das autarquias e fundações públicas federais, inscrevê-los em dívida ativa e proceder à cobrança amigável e judicial, bem como pela representação

judicial e extrajudicial dessas entidades. Excetuam-se a essa regra as contribuições sociais previdenciárias e a representação do Banco Central do Brasil.

d) e) Erradas. Segundo o STJ, o INSS tem, sem sombra de dúvidas, o direito de ser ressarcido por danos materiais sofridos em razão de concessão de aposentadoria fraudulenta, devendo o beneficiário responder, solidariamente, pela reparação dos referidos danos. No entanto, o **conceito de dívida ativa não tributária, embora amplo, não autoriza a Fazenda Pública a tornar-se credora de todo e qualquer débito** (contrariando também a alternativa E). Os fatos devem ser devidamente apurados em **processo judicial próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.**

Resposta: Letra A

99)

São não efetivas ou **por mutação patrimonial** as receitas que nada acrescentam ao patrimônio público, pois se referem às entradas ou alterações compensatórias nos elementos que o compõem. São não efetivas todas as receitas de capital (como a decorrente de amortização de empréstimos), com exceção do recebimento de transferências de capital, que causa acréscimo patrimonial e, assim, é efetiva.

Resposta: Letra A

100)

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
IPVA = R\$ 230.773,00 ICMS = R\$ 500.323,00 Juros = R\$ 47.888,00 Aluguéis = R\$ 20.000,00 Receita industrial = R\$ 900,00	Operação de crédito = R\$ 710.543,10 Alienação de bens = R\$ 4.222,00 Amortização = R\$ 18.555,00
Total = R\$ 799.884,00	Total = R\$ 733.320,10

Resposta: Letra D

Para cursos em PDF e/ou videoaulas com o Prof. Sérgio Mendes, acesse <http://www.portaldoorcamento.com.br/p/curso.html>!

Capítulo IX

1)

São **Inversões Financeiras** as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Resposta: Letra A

2)

Consoante o Glossário do Tesouro Nacional, a **despesa pública** é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento.

Resposta: Letra D

3)

Venda de títulos públicos: receita de capital e por **mutação patrimonial**;

Compra de um veículo: despesa de capital e por **mutação patrimonial**;

Serviços de terceiros: despesa corrente e **efetiva**.

Resposta: Letra B

4)

A despesa não efetiva ou por mutação patrimonial é aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo. Exemplo: despesas de capital (**como a aquisição de bens**), exceto as transferências de capital que causam decréscimo patrimonial e, assim, são efetivas.

Resposta: Letra D

5)

O **projeto** é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo.

Resposta: Letra A

6)

A partir do programa são identificadas as ações sob a forma de **atividades, projetos ou operações especiais**, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Resposta: Letra C

7)

Classificam-se como despesas de custeio as dotações para **manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis** (art. 12, § 1º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

8)

Questão que mistura diversos pontos da matéria. As quatro primeiras alternativas são respondidas pelo art. 12 da Lei 4320/1964.

a) Errada. As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender manifestação de outras entidades de direito público ou privado, são classificadas como transferências **correntes**.

b) Errada. A aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, é classificada como **inversão financeira**.

c) Errada. As dotações destinadas à constituição de entidades ou empresas que visem objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros, classificam-se como **inversão financeira**.

d) Errada. As subvenções, para os efeitos da lei, são as transferências destinadas a cobrir **despesas de custeio** das entidades beneficiadas. Logo, consideram-se subvenções

sociais as destinadas a atender despesas de **custeio** de instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

e) Correta. Na esfera federal, a CF/1988, em seu art. 84, XXIII, determina que a iniciativa das leis orçamentárias é de competência **privativa** do Presidente da República. No entanto, importantes doutrinadores consideram tal competência **exclusiva**. A diferença que se faz é que a competência exclusiva é indelegável e a competência privativa é delegável. O problema é que a CF/88 não é rigorosamente técnica neste assunto. No caso das leis orçamentárias, seriam matérias de competência exclusiva do presidente da república, porque são atribuições indelegáveis.

Resposta: Letra E

9)

A aquisição de materiais para estoque é uma despesa corrente, porém representa fato permutativo e, assim, é não efetiva.

Resposta: Certa

10)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS
Pessoal ativo: 10.000 Encargos trabalhistas: 2.000 Aquisição de computadores: 4.000	Consignações em folha: 3000 Depósito de terceiros restituídos: 5.000
Total = 16.000	Total = 8.000

Resposta: Letra E

11)

O **projeto** é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo. Exemplos: “Implantação da rede nacional de bancos de leite humano”, “implantação de poços públicos”, “construção da interligação das rodovias BR 040/262/381 no estado de Minas Gerais”. As ações do tipo Projeto expandem a produção pública ou criam

infraestrutura para novas atividades, ou, ainda, implementam ações inéditas num prazo determinado.

Resposta: Letra E

12)

Entre os componentes da programação qualitativa do orçamento está a classificação por esfera orçamentária, que pode ser dividida em orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimento. O orçamento monetário **não** existe mais, porém ele aparece nas provas para confundir o estudante.

Resposta: Errada

13)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS
Luz e Telefone 300,00	
Locação de Imóveis 400,00	Restos a Pagar 350,00
Salário de Pessoal 600,00	Devolução de Caução 250,00
Aquisição de Veículos 800,00	
Total = 2.100,00	Total = 600,00

Resposta: Letra B

14)

A construção de uma escola pública é classificada como **investimentos**;

O pagamento dos salários de servidores é classificado como **pessoal e encargos sociais**;

O pagamento de diárias é classificado como **outras despesas correntes**.

Resposta: Letra B

15)

Inversões financeiras são despesas **de capital** destinadas à aquisição de imóveis, **ou de bens de capital já em utilização**.

Resposta: Errada

16)

São **despesas de custeio** as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis. Segundo a Lei 4320/1964 são: pessoal civil, pessoal militar, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos.

Resposta: Letra A

17)

A despesa é classificada em duas categorias econômicas:

- _ Despesas Orçamentárias Correntes: classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital;
- _ Despesas Orçamentárias de Capital: classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Resposta: Letra D

18)

Os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa poderão ser custeados por dotações globais, classificadas entre as **despesas de capital**. Trata-se de uma exceção ao princípio da discriminação.

Resposta: Letra C

19)

A aquisição de um imóvel é um investimento. Uma possibilidade de crédito adicional é o especial, caso a despesa não tenha sido prevista na LOA.

Resposta: Letra E

20)

As possíveis despesas previstas para a manutenção e o funcionamento de serviços públicos são classificadas como despesas **correntes**.

Resposta: Errada

21)

Segundo o art. 14 da Lei 4.320/1964, constitui **unidade orçamentária** o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias. As dotações orçamentárias, especificadas por categoria de programação em seu menor nível, são consignadas às unidades orçamentárias, que são as estruturas administrativas responsáveis pelas dotações e pela realização das ações.

Resposta: Letra B

22)

Os dividendos são **receitas correntes** patrimoniais e as aquisições de mobiliários são investimentos, portanto, **despesas de capital**.

Resposta: Letra C

23)

Amortização de dívida é um grupo das despesas de capital. Juros e encargos de dívida e Pessoal e encargos sociais são grupos das despesas **correntes**. Transferências à União e aplicações diretas são **modalidades de aplicação**.

Resposta: Letra B

24)

Questão difícil. A melhor forma de resolvê-la é por eliminação, tentando identificar as erradas.

a) Correta. O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, **encargos pela honra de avais, garantias, seguros e similares**, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a Administração Pública utiliza para a consecução de seus fins.

b) d) e e) Erradas. Execução orçamentária delegada a consórcios públicos; transferências às instituições privadas e execução orçamentária delegada a Estados e ao Distrito Federal são **modalidades de aplicação**.

c) Errada. A reserva de contingencia é um **grupo de natureza de despesa**.

Resposta: Letra A

25)

A aquisição de títulos representativos de capital de empresas em funcionamento é uma despesa de capital. As demais despesas são correntes.

Resposta: Letra E

26)

As dotações para atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis são consideradas despesas **correntes**.

Resposta: Errada

27)

Os ingressos provenientes da realização de recursos financeiros, oriundos da constituição de dívidas ou da conversão em espécie de bens, são **receitas de capital**. Os pagamentos de salários de servidores são **despesas correntes**.

Resposta: Letra A

28)

São despesas correntes: subvenções econômicas, serviços de terceiros, conservação e ampliação de bens imóveis e pagamento de juros da dívida pública.

São despesas de capital: aquisição de bens móveis e amortização de empréstimos concedidos.

Logo, a sequência correta é:

- (1) subvenções econômicas
- (1) serviços de terceiros
- (2) aquisição de bens móveis
- (2) amortização de empréstimos concedidos
- (1) conservação e ampliação de bens imóveis

(1) pagamento de juros da dívida pública

Resposta: Letra D

29)

A classificação **funcional**, por funções e subfunções, busca responder basicamente à indagação “em que” área de ação governamental a despesa será realizada.

A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta por um rol de funções e subfunções prefixadas, que serve como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo. A Portaria 42/1999 atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata a Lei 4.320/1964; estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais; e dá outras providências.

Trata-se de uma classificação de aplicação comum e obrigatória, no âmbito dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.

Resposta: Letra C

30)

Um órgão ou uma unidade orçamentária não corresponde necessariamente a uma estrutura administrativa, como ocorre, por exemplo, com alguns fundos especiais e com os “órgãos” “Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios”, “Encargos Financeiros da União”, “Operações Oficiais de Crédito”, “Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal” e “Reserva de Contingência”. No entanto, são um conjunto de dotações administradas por órgãos do governo que também têm suas próprias dotações. São Unidades Orçamentárias, mas não correspondem a uma estrutura administrativa, são somente fundos que geram recursos.

Resposta: Certa

31)

A despesa orçamentária **não efetiva** é aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo.

Resposta: Letra C

32)

As despesas **orçamentárias** são aquelas fixadas nas leis orçamentárias ou nas de créditos adicionais, instituídas em bases legais. Assim, dependem de autorização legislativa. Obedecem aos estágios da despesa: fixação, empenho, liquidação e pagamento. Exemplos: construção de prédios públicos, manutenção de rodovias, pagamento de servidores etc.

Resposta: Letra C

33)

As despesas com tarifas de energia elétrica pertencem a categoria econômica das despesas **correntes** e ao GND “**outras despesas correntes**”. O elemento é 39 - **Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**.

A questão também pode ser resolvida por eliminação, com base no elemento da despesa. Nas letras “B” e “C” temos GNDs e não elementos. Nas letras “D” e “E” há uma mistura de classificações. Logo, sobraria apenas a alternativa “A”.

Resposta: Letra A

34)

A classificação **funcional** pode ser usada, na prática, em diversas situações. Por exemplo, no caso em tela, se tivermos que fazer um estudo sobre os gastos com a atenção básica da macrorregião de saúde a que o município pertence, devemos consultar a respectiva subfunção.

Resposta: Letra B

35)

Classificam-se como **Despesas de Custeio** as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis (art. 12, § 1º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra B

36)

As **despesas extraorçamentárias** não são consignadas no orçamento ou nas leis de créditos adicionais. Correspondem à devolução de recursos transitórios que foram obtidos como receitas extraorçamentárias, ou seja, pertencem a terceiros e não aos órgãos públicos

Resposta: Letra E

37)

Recursos para manutenção e conservação de instalações são despesas **correntes**.

Resposta: Errada

38)

As despesas **orçamentárias** são aquelas fixadas nas leis orçamentárias ou nas de créditos adicionais, instituídas em bases legais. Assim, dependem de autorização legislativa. Obedecem aos estágios da despesa: fixação, empenho, liquidação e pagamento. Exemplos: construção de prédios públicos, manutenção de rodovias, pagamento de servidores etc.

Resposta: Letra D

39)

Classificam-se como **Inversões financeiras** as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros (art. 12, § 5º, I a III, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

40)

Um órgão ou uma unidade orçamentária **não** corresponde necessariamente a uma estrutura administrativa.

Resposta: Errada

41)

A **despesa efetiva** é aquela que, no momento da sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade. Exemplos: despesas correntes, exceto aquisição de materiais para estoque e a despesa com adiantamento, que representam fatos permutativos e, assim, são não efetivas.

Resposta: Letra E

42)

- a) Errada. Aluguel de imóveis de propriedade do ente público é receita orçamentária **corrente**.
- b) Errada. Juros incidentes sobre empréstimos efetuados pelo ente público a terceiros são receitas orçamentárias **correntes**.
- c) Errada. Taxas cobradas pelo ente público em função do poder de polícia são receitas orçamentárias **correntes**.
- d) Errada. Depósitos e cauções recebidos para garantir participação em licitações promovidas pelo ente público são receitas **extraorçamentárias**.
- e) Correta. Operações de crédito efetuadas pelo ente público são receitas orçamentárias de capital.

Resposta: Letra E

43)

RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS
Recebimento de Caução 100 Empréstimo obtido por ARO 150	Pagamento de Restos a pagar 50 Pagamento de Caução 30
Total = 250	Total = 80
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
Receita Tributária 200 Recebimento de Multas 20	Pagamento de Juros 70
Total = 220	Total = 70

Resposta: Letra B

44)

I) Errado. Os juros são despesas **correntes**.

II) Correto. Os investimentos são um grupo da categoria econômica das despesas de capital.

III) Correto. Pessoal e encargos são um grupo da categoria econômica das despesas correntes.

Logo, os itens II e III estão corretos.

Resposta: Letra D

45)

O grupo de natureza de despesa é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

Resposta: Certa

46)

Material de expediente é despesa corrente e amortização da dívida é despesa de capital.

Resposta: Letra E

47)

A **modalidade de aplicação** é uma informação gerencial que objetiva, principalmente, eliminar a dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

Resposta: Errada

48)

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES NA LEI 4320/1964
Subvenções Sociais
Subvenções Econômicas
Inativos
Pensionistas
Salário Família e Abono Familiar
Juros da Dívida Pública
Contribuições de Previdência Social
Diversas Transferências Correntes

Resposta: Letra B

49)

A função “**Encargos Especiais**” engloba as despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações, **cumprimento de sentenças judiciais** e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

Resposta: Letra D

50)

A despesa efetiva é aquela que, no momento da sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade. Exemplos: despesas correntes (como **pessoal e encargos sociais**), exceto aquisição de materiais para estoque e a despesa com adiantamento, que representam fatos permutativos e, assim, são não efetivas.

Resposta: Letra E

51)

A atual classificação funcional, por funções e subfunções, é composta por um rol de funções e subfunções prefixadas, que serve como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo. Trata-se de uma classificação de aplicação comum e obrigatória, no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.

Resposta: Certa

52)

- a) Errada. Manutenção de rodovias estaduais e policiamento das ruas são **atividades**.
- b) Errada. Consultas médicas são **atividades** e pagamento de aposentadorias **operações especiais**.
- c) Correta. Construção de hospitais e reorganização do setor de suprimentos são projetos.
- d) Errada. Limpeza de ruas e praças é **atividade** e cumprimento de sentença judicial transitada em julgado são **operações especiais**.

e) Errada. Pagamento de pensões e pagamento de juros da dívida externa são **operações especiais**.

Resposta: Letra C

53)

A receita obtida com a amortização de empréstimos é uma origem da categoria econômica das receitas de capital.

Resposta: Certa

54)

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL NA LEI 4320/1964
<u>Amortização da Dívida Pública</u> <u>Auxílios para Obras Públicas</u> <u>Auxílios para Equipamentos e Instalações</u> <u>Auxílios para Inversões Financeiras</u> Outras Contribuições.
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES NA LEI 4320/1964
Subvenções Sociais Subvenções Econômicas Inativos Pensionistas Salário Família e Abono Familiar Juros da Dívida Pública Contribuições de Previdência Social Diversas Transferências Correntes

Os pagamentos a inativos e pensionistas são transferências **correntes**.

Resposta: Letra E

55)

Os itens “Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoal Civil” e “Aquisição de Imóveis” fazem parte da classificação da despesa por **elementos**.

Resposta: Letra B

56)

Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação.

No caso em tela, como se trata de uma despesa do Ministério Educação, a função será **Educação**. A subfunção é **Formação de Recursos Humanos**, já que a ação é de capacitação de recursos humanos.

Resposta: Letra D

57)

A operação especial envolve um conjunto de operações das quais **não** resulta um produto e que **não** gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Resposta: Errada

58)

De acordo com a Lei 4320/1964, Inversões Financeiras são as dotações destinadas a **aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização (imóveis usados)**; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Resposta: Letra E

59)

A modalidade de aplicação é uma informação gerencial que objetiva, principalmente, eliminar a dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

As mencionadas na questão são:

30 transferências a estados e ao Distrito Federal

40 transferências a municípios

50 transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

90 aplicações diretas

Logo, o administrador público federal, ao elaborar o orçamento nas modalidades de aplicação 30, 40, 50 e 90, está sinalizando para a sociedade que a estratégia, na realização da despesa, será transferir os recursos a estados, municípios e entidades privadas, bem como aplicar, ela mesma, parte destes (aplicação direta).

Resposta: Letra C

60)

A despesa efetiva é aquela que, no momento da sua realização, **reduz a situação líquida patrimonial da entidade (redução patrimonial)**. Exemplos: despesas correntes, exceto aquisição de materiais para estoque e a despesa com adiantamento, que representam fatos permutativos e, assim, são não efetivas.

Resposta: Letra C

61)

A **aquisição de imóveis usados** é uma inversão financeira, pertencente à categoria econômica das despesas de capital. As demais despesas são correntes.

Resposta: Letra D

62)

São categorias econômicas **despesas correntes e despesas de capital**.

Resposta: Letra C

63)

A forma de execução de determinado programa condiciona a classificação da despesa por cada uma das categorias econômicas: despesas correntes e de capital.

É dado como exemplo um programa de alfabetização e duas situações. Na primeira, o ente público oferece diretamente o programa de alfabetização, logo haverá predominância de despesas correntes, no grupo “pessoal e encargos”, com elementos de despesas relacionados a gastos diretos, como remuneração e vantagens fixas. Na segunda, os serviços necessários aos programas são terceirizados, logo haverá também predominância de despesas correntes, só que com elementos de despesa relacionados a serviços de terceiros.

Resposta: Certa

64)

Classificam-se como **Transferências Correntes** as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado (art. 12, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra D

65)

Investimentos são classificados como despesas de **capital**.

As demais alternativas estão corretas, inclusive a alternativa “A” , cujo tema “Estágios da Despesa” ainda não foi objeto de estudo.

Resposta: Letra C

66)

O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins. Resposta: Certa

67)

Os **restos a pagar** são despesas extraorçamentárias. As demais são orçamentárias.

Resposta: Letra B

68)

Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a **dois** anos.

Resposta: Letra E

69)

O grupo de natureza de despesa é um agregador de **elementos** de despesa que possuem as mesmas características quanto ao **objeto** do gasto.

Resposta: Errada

70)

De acordo com o art. 12 da Lei 4320/1964, as **despesas de custeio** correspondem às dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

Resposta: Letra A

71)

Os gastos com a aquisição de imóveis já em utilização são **despesas com inversões financeiras**.

Os ingressos financeiros provenientes dos depósitos em garantia efetuados por fornecedores, visando à participação num procedimento licitatório, são classificados como **receitas extraorçamentárias**.

Resposta: Letra C

72)

Na estrutura programática, a ação é detalhada em subtítulos, utilizados especialmente para especificar a localização física da ação. Por isso, os subtítulos são denominados também de localizadores do gasto.

Resposta: Certa

73)

A questão cita a classificação funcional, mas na verdade se refere à estrutura programática:

a) Errada. As **atividades** estão relacionadas às ações que se realizam de modo contínuo e permanente, voltadas à operação normal da máquina pública.

B) Correta. Os projetos estão relacionados às operações limitadas no tempo, que resultam em produto voltado à expansão ou ao aperfeiçoamento da ação de governo.

c) Errada. Tal alternativa não faz sentido algum com a matéria em estudo.

d) Errada. As **operações especiais** estão relacionadas às despesas que não contribuem para a manutenção do aparato estatal tampouco para a geração de um novo produto governamental.

e) Errada. Na classificação funcional, a **função** corresponde ao maior nível de agregação das diversas áreas de atuação governamental.

Resposta: Letra B

74)

O **projeto** envolve um conjunto de operações limitadas no tempo. A atividade envolve um conjunto de operações que se realizam de **modo contínuo e permanente**.

Resposta: Errada

75)

I) Correto. São despesas correntes, de acordo com o art. 12 da Lei 4320/1964: despesas de custeio e transferências correntes.

II) Errado. São exemplos de despesas **de capital**: investimentos e inversões financeiras.

III) Correto. De acordo com o art. 12 da Lei 4320/1964, as despesas de custeio são classificadas como despesas correntes, e inversões financeiras são classificadas como despesas de capital.

IV) Correto. Consoante o art. 12 da Lei 4320/1964, são despesas de capital: investimentos, inversões financeiras, transferências de capital.

V) Errado. São exemplos de despesas correntes as transferências correntes. Entretanto, as inversões financeiras são despesas de capital.

Logo, **três** itens estão corretos: I, III e IV.

Resposta: Letra C

76)

a) Correta. São transferências correntes as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.

b) Errada. São **inversões financeiras** despesas que se destinam à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importar aumento do capital.

c) Errada. São **inversões financeiras** dotações para aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.

d) Errada. São **subvenções sociais** as despesas que se destinam a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

e) Errada. São **subvenções econômicas** as despesas que se destinam a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

Resposta: Letra A

77)

Na instalação de um órgão público recentemente criado, para que haja contribuição do setor público para a formação do Produto Interno Bruto, deve-se optar pela construção de um prédio (investimento), em vez de, simplesmente, adquirir um imóvel já construído (inversão financeira).

Resposta: Certa

78)

A estrutura da programação orçamentária da despesa é dividida em qualitativa e quantitativa. No que tange à **programação qualitativa**, o Programa de Trabalho define qualitativamente a programação orçamentária e deve responder, de maneira clara e objetiva, às perguntas clássicas que caracterizam o ato de orçar, sendo, do ponto de vista operacional, composto dos seguintes blocos de informação: **Classificação por Esfera, Classificação Institucional, Classificação Funcional e Estrutura Programática.**

Resposta: Letra C

79)

As despesas orçamentárias são aquelas fixadas nas leis orçamentárias ou nas de créditos adicionais, instituídas em bases legais. O único exemplo dentre as alternativas é o gasto com premiação de trabalhos.

Resposta: Letra E

80)

CATEGORIAS DAS DESPESAS

DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
Pessoal e encargos sociais R\$ 12,00 Juros e encargos da dívida R\$ 16,00	Investimentos R\$ 2,00 Inversões financeiras R\$ 3,00 Amortização da dívida R\$ 73,00
Total = R\$ 28,00	Total = R\$ 78,00

Resposta: Letra D

81)

As despesas extraorçamentárias não são consignadas no orçamento ou nas leis de créditos adicionais. Correspondem à devolução de recursos **transitórios que foram obtidos como receitas extraorçamentárias**, ou seja, pertencem a terceiros e não aos órgãos públicos.

Resposta: Letra E

82)

Segundo o art. 12 da Lei 4320/1964:

§ 5º Classificam-se como **Inversões Financeiras** as dotações destinadas a:

I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;

II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;

III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

A questão é uma transcrição do referido dispositivo, logo essas dotações classificam-se como **inversões financeiras**.

Resposta: Letra B

83)

De acordo com o art. 12 da Lei 4320/1964, as despesas **de capital** englobam os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital.

Resposta: Errada

84)

A despesa não efetiva ou **por mutação patrimonial** é aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo. Exemplo: despesas de capital, exceto as transferências de capital que causam decréscimo patrimonial e, assim, são efetivas.

Resposta: Letra D

85)

a) Errada. A manutenção de rodovias federais é **atividade** e construção de pontes é **projeto**.

b) Errada. Consultas médicas e distribuição de medicamentos são **atividades**.

c) Errada. Construção de hospitais e reorganização do setor de suprimentos são **projetos**.

d) Errada. Limpeza de ruas e praças é **atividade** e pagamento de encargos da dívida pública são **operações especiais**.

e) Correta. Pagamento de aposentadorias e pagamento de sentenças judiciais são operações especiais.

Resposta: Letra E

86)

a) Errada. Os gastos pertinentes à amortização deverão ser classificados na categoria econômica de despesas de capital. Entretanto, os gastos com juros e encargos da dívida deverão ser classificados na categoria econômica de despesas **correntes**.

b) Errada. As despesas orçamentárias **não** efetivas, assim como os dispêndios extraorçamentários, são pertinentes à ocorrência de fatos permutativos

c) Errada. As despesas realizadas nas aquisições de imóveis necessários à execução de obras e aquelas destinadas ao aumento de capital de empresas que não sejam comerciais ou financeiras são classificadas como **investimentos**.

d) Errada. Os gastos relativos a serviços em regime de programação especial são apropriados como despesas **de capital**.

e) Correta. Classificam-se como despesas correntes todas as despesas que não

contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, como é o caso de despesas efetuadas a atender a obras de conservação e ampliação de bens imóveis e a subvenções econômicas.

Resposta: Letra E

87)

I) Correta. A despesa orçamentária pode ter as seguintes classificações: institucional, funcional, por programas, segundo a natureza.

II) Errada. A origem é classificação da **receita**.

III) Correta. Existe a classificação por identificadores de uso e a por resultado primário.

IV) Errada. Uma das **vantagens** da Classificação Institucional da Despesa (Norma Geral) é a de que **é possível** a identificação do agente público responsável pelas dotações autorizadas pelo Poder Legislativo, em relação a um determinado programa.

Logo, apenas dois itens estão corretos: I e III.

Resposta: Letra C

88)

Consoante a natureza da despesa, o grupo “**amortização da dívida**” deverá ser classificado na categoria econômica de despesas de **capital**. No entanto, o grupo “**juros e encargos da dívida**” deverá ser classificado na categoria econômica de despesas **correntes**.

Resposta: Letra E

89)

Quanto à afetação patrimonial, a despesa por ser efetiva ou não efetiva (**por mutação patrimonial**). A despesa não efetiva ou por mutação patrimonial é aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo. Exemplo: despesas de capital, exceto as transferências de capital que causam decréscimo patrimonial e, assim, são efetivas.

Resposta: Letra A

90)

Constitui unidade orçamentária o **agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias** (art. 14 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra B

91)

Consoante a natureza da despesa, o grupo “**amortização da dívida**” deverá ser classificado na categoria econômica de despesas de **capital**. No entanto, o grupo “**juros e encargos da dívida**” deverá ser classificado na categoria econômica de despesas **correntes**.

Resposta: Letra C

92)

As inversões financeiras contemplam as dotações destinadas à aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização. Já as dotações para obras públicas são **investimentos**.

Resposta: Errada

93)

A estrutura programática é composta por programas e ações. As ações podem ser classificadas em projetos, atividades e operações especiais.

Resposta: Letra E

94)

Na alternativa “D”, a aquisição de imóveis já em utilização é inversão financeira, portanto, despesa de capital.

As demais alternativas trazem despesas correntes.

Resposta: Letra D

95)

A estrutura da programação orçamentária da despesa é dividida em qualitativa e quantitativa. No que tange à **programação qualitativa**, o Programa de Trabalho define qualitativamente a programação orçamentária e deve responder, de maneira clara e objetiva, às perguntas clássicas que caracterizam o ato de orçar, sendo, do ponto de vista

operacional, composto dos seguintes blocos de informação: **Classificação por Esfera, Classificação Institucional, Classificação Funcional e Estrutura Programática.**

Resposta: Letra E

96)

Na alternativa “E”, a função “**Encargos Especiais**” engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra E

97)

São elementos do grupo Pessoal e Encargos Sociais:

Obrigações Patronais	15.000,00
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....	6.000,00
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar.....	2.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	31.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar.....	7.000,00
Total	61.000,00

Resposta: Letra D

98)

CATEGORIAS DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
Serviços de limpeza R\$ 3.000,00	
Juros R\$ 2.000,00	
Diárias R\$ 2.000,00	
Obrigações patronais R\$ 4.000,00	Aquisição de computadores R\$ 3.000,00
Merenda R\$ 2.000,00	Viaduto R\$ 5.000,00
Pessoal e encargos R\$ 10.000,00	Habitações R\$ 5.000,00
Passagens aéreas R\$ 3.000,00	Amortização R\$ 4.000,00
Aposentadoria R\$ 5.000,00	Creches R\$ 5.000,00
Horas extras R\$ 2.000,00	Equipamentos hospitalares R\$ 3.000,00
Férias R\$ 3.000,00	Veículos R\$ 5.000,00
Subsídios R\$ 4.000,00	

Total = R\$ 40.000,00	Total = R\$ 30.000,00
Total das despesas orçamentárias = R\$ 70.000,00	

Resposta: Letra A

99)

DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS
Contribuição dos servidores à previdência R\$ 2.000,00
Pagamento de restos a pagar R\$ 1.000,00
Devolução de depósitos de terceiros R\$ 3.000,00
Devolução de cauções R\$ 2.000,00
Pagamento de operações de crédito por ARO R\$ 2.000,00
Pagamento do inscrito em serviço da dívida a pagar R\$ 2.000,00
Total = R\$ 12.000,00

Resposta: Letra D

100)

O renomado autor de Finanças Públicas, Fábio Giambiagi, apresenta a “rubrica” conhecida como outras despesas de custeio e capital (OCC), representada pelo gasto da União que exclui os itens de pagamento de:

- (i) pessoal;
- (ii) benefícios previdenciários;
- (iii) vinculações legais e
- (iv) *juros da dívida pública.*

O OCC corresponde, portanto, à parcela do gasto mais propensa à discricionariedade das autoridades, pelo fato de não ter o grau de rigidez dos quatro itens acima mencionados. **Não** se trata de uma nova classificação, e sim de um “retrato” diferente, porém importante, para a análise das Contas Públicas.

Vale ressaltar que também são excluídas da OCC, além das vinculações legais, as vinculações **constitucionais**.

Logo, a amortização da dívida interna **não** integra as OCC.

Resposta: Letra C

Divulgue o livro mais completo de AFO e o único livro teórico com acesso a mais de 1100 questões comentadas! Valorize o trabalho do autor para que sirva de exemplo!

Capítulo X

1)

a) Errada. A fixação da despesa é a **dotação inicial da LOA** que, segundo o princípio do equilíbrio, visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas.

b) Correta. As modalidades de empenho da despesa são: ordinário, global, ou por estimativa.

c) Errada. A liquidação tem por objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, **bem como a importância exata.**

d) Errada. A liquidação **antecede** o pagamento. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

e) Errada. O pagamento tem como base os estágios anteriores. Ele é um dos estágios, não pode ser confundido com a realização da despesa. Na despesa, tanto no enfoque orçamentário quanto no patrimonial, adota-se o regime de **competência**. Se fosse adotado o regime de caixa, o pagamento seria a realização da despesa.

Resposta: Letra B

2)

A **arrecadação** é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente.

Resposta: Letra E

3)

Essa questão foi elaborada antes da separação atual entre regime contábil e regime orçamentário. Atualmente, a interpretação é que o art. 35 da Lei 4320/1964 se refere ao regime orçamentário.

De acordo com a Lei 4.320/1964:

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

*II – as despesas nele legalmente **empenhadas.**”*

Resposta: Letra C

4)

a) Correta. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4320/1964). Essa verificação tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação (art. 63, § 1º, da Lei 4320/1964).

b) Errada. É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60, *caput*, da Lei 4320/1964). Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da **nota de empenho** (art. 60, § 1º, da Lei 4320/1964).

c) Errada. **Empenho** da despesa é o ato emanado de autoridade competente que criou para o Estado obrigação de pagamento pendente **ou não** de implemento de condição.

d) Errada. **Recolhimento** da receita consiste no ato pelo qual os agentes arrecadadores entregam diariamente ao tesouro público o produto da arrecadação.

e) Errada. Ato praticado pela Fazenda Pública que identifica o contribuinte, o valor devido e efetua a inscrição fiscal do devedor é denominado **lançamento** da receita pública.

Resposta: Letra A

5)

O recolhimento ao Tesouro é realizado pelos próprios agentes ou bancos arrecadadores. Essa ordem é bastante nítida, pois os agentes arrecadadores podem ser bancos ou caixas avançados do próprio ente. A **arrecadação** consiste na entrega do recurso ao agente ou banco arrecadador pelo contribuinte ou devedor. Já o **recolhimento** consiste no depósito em conta do Tesouro, aberta especificamente para esse fim, pelos caixas ou bancos arrecadadores.

Resposta: Errada

6)

O art. 53 da Lei 4.320/1964 define o **lançamento** da receita como o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

Resposta: Letra A

7)

- a) Correta. O pagamento de juros e encargos da dívida é classificado como despesa corrente, enquanto a amortização da dívida é despesa de capital
- b) Errada. O pré-empenho antecede os estágios da despesa e **tem como finalidade assegurar o crédito até o término do processo licitatório.**
- c) Errada. Os estágios de execução da despesa orçamentária são: empenho, **liquidação** e pagamento.
- d) Errada. Os investimentos são classificados como despesas **de capital.**
- e) Errada. As modalidades de empenho são: **ordinário**, por estimativa e global.

Resposta: Letra A

8)

- I) Errado. O **empenho** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Já a nota de empenho é o documento que materializa o empenho.
- II) Errado. É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho. Quando não se pode determinar o montante exato da despesa, procede-se ao **empenho por estimativa.**
- III) Correto. Segundo o art. 28 do Decreto 93.872/86, a redução ou cancelamento no exercício financeiro, de compromisso que caracterizou o empenho, implicará sua anulação parcial ou total, revertendo a importância correspondente à respectiva dotação, pela qual ficará automaticamente desonerado o limite de saques da unidade gestora.
- IV) Correto. Conforme o § 3º do art. 60 da Lei 4320/64, é permitido o empenho global de despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento.
- V) Correto. É o art. 27 do Decreto 93.872/86: "*as despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual, serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada*".

Logo, estão corretos os itens III, IV e V.

Resposta: Letra E

9)

Do ponto de vista **orçamentário**, o reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da **arrecadação (regime de caixa)** e da despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão de empenho.

Resposta: Letra E

10)

Questão totalmente baseada na Lei 4320/1964:

- a) Correta. Segundo o art. 63, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- b) Correta. Conforme o art. 58, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- c) É a incorreta. Segundo o § 1º do art. 12, classificam-se como Despesas de **Custeio** as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- d) Correta. Consoante o art. 62, o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
- e) Correta. De acordo com o art. 60, é vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Resposta: Letra C

11)

A característica da modalidade de **empenho por estimativa** é a existência de despesa cujo montante não se possa determinar. Em geral, são gastos que ocorrem regularmente, porém que possuem base não homogênea, ou seja, o valor sempre varia. São exemplos as contas de água, **energia elétrica** e telefone, passagens, diárias, gratificações, fretes etc.

Resposta: Letra C

12)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

- I) Errado. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil. **Não** há nenhum acréscimo.
- II) Errado. O estágio da receita denominado **recolhimento** consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando o Princípio da Unidade de

Caixa (ou de Tesouraria), representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente.

III) Correto. A elaboração do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e a do orçamento anual incluem-se entre as atividades financeiras do estado. A iniciativa dos instrumentos de planejamento e orçamento é sempre do Poder Executivo. No âmbito da União, tal iniciativa cabe ao Presidente da República.

Logo, está correto apenas o item III.

Resposta: Letra B

13)

a) Correta. A liquidação tem por finalidade apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar.

b) Errada. O **empenho** cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

c) Errada. A **nota empenho** visa indicar o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

d) Errada. A **ordem** de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

e) Errada. A **ordem bancária** equivale ao pagamento propriamente dito, precedido de empenho.

Resposta: Letra A

14)

A característica da modalidade de **empenho por estimativa** é a existência de despesa cujo montante não se possa determinar. Em geral, são gastos que ocorrem regularmente, porém que possuem base não homogênea, ou seja, o valor sempre varia. São exemplos as contas de água, **energia elétrica** e telefone, passagens, diárias, gratificações, fretes etc.

Resposta: Letra B

15)

O empenho da despesa **não** poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

Resposta: Errada

16)

O **recolhimento** é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e pelo controle da arrecadação e programação financeira, observando o Princípio da Unidade de Caixa, representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente.

Resposta: Letra A

17)

Na alternativa “A”, caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado parcialmente.

Entretanto, o empenho deverá ser **totalmente** anulado quando tiver sido emitido incorretamente ou quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido.

As demais alternativas estão corretas e servem como revisão de estudo.

Resposta: Letra A

18)

A despesa deve passar pelo processo de verificação do direito adquirido do credor, antes de ser paga. Segundo o art. 63 da Lei 4320/1964, a **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Esse procedimento tem como objetivo verificar a importância exata a pagar e a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação.

É certo que antes deve ser criada a obrigação de pagamento que constitui ato praticado por autoridade competente para tal fim. Segundo o art. 58 da referida Lei, o **empenho** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Logo, os dois estágios da despesa citados são, respectivamente, **liquidação e empenho**.

Resposta: Letra D

19)

Segundo o art. 58 da Lei 4.320/1964, o **empenho** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Resposta: Letra C

20)

I) Errado. Por **empenho** da despesa entende-se o ato emanado de autoridade competente que criou para o Estado obrigação de pagamento pendente **ou não** de implemento de condição.

II) Errado. O **recolhimento** da receita consiste no ato pelo qual os agentes arrecadadores entregam diariamente ao tesouro público o produto da arrecadação.

III) Correta. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4320/1964). Essa verificação tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação (art. 63, § 1º, da Lei 4320/1964).

IV) Errada. É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60, *caput*, da Lei 4320/1964). Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da **nota de empenho**.(art. 60, § 1º, da Lei 4320/1964).

Logo, está correto apenas o item III.

Resposta: Letra B

21)

Atualmente se encontra em aplicação a sistemática do pré-empenho antecedendo esses estágios, constituindo uma **reserva de dotação**, já que, após o recebimento do crédito orçamentário e antes do seu comprometimento para a realização da despesa, existe uma fase geralmente demorada de licitação obrigatória junto a fornecedores de bens e serviços que impõe a necessidade de se assegurar o crédito até o término do processo licitatório.

Resposta: Letra A

22)

O **empenho ordinário** é o indicado para as despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.

Resposta: Letra B

23)

Para o **pagamento** da despesa relativa à conclusão de um serviço contratado pelo Poder Público municipal deve-se observar, primeiro, o empenho e, em seguida, a liquidação, que deverá ter por base o contrato, ajuste ou acordo respectivo, a nota de empenho e os comprovantes da prestação efetiva do serviço.

Resposta: Letra D

24)

De acordo com o art. 29 da Lei 4.320/1964, caberá aos órgãos de **contabilidade ou de arrecadação** organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base a estimativa da receita, na proposta orçamentária. Quando houver órgão central de orçamento, essas demonstrações ser-lhe-ão remetidas mensalmente.

Resposta: Letra A

25)

O empenho da despesa **não poderá exceder o limite dos créditos concedidos** (art. 59, *caput*, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra C

26)

a) Correta. Segundo o art. 58 da Lei 4320/64: “*O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição*”.

b) Errada. Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho. No entanto, é **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho.

c) Errada. **Será feito por estimativa** o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

d) Errada. **É permitido** o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

e) Errada, Para cada empenho será extraído um documento denominado "**nota de empenho**" que indicará o nome do **credor**, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Resposta: Letra A

27)

A doutrina majoritária considera que os estágios da despesa são **fixação (ou programação), empenho, liquidação e pagamento**.

Resposta: Letra D

28)

O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação. Desta forma, nenhuma despesa poderá ser paga sem estar devidamente liquidada. Logo, o procedimento adotado pela Prefeitura foi **incorreto, uma vez que houve pagamento total sem regular liquidação**.

Resposta: Letra B

29)

O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de **adiantamento** (art. 65 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra E

30)

Segundo o art. 58 da Lei 4320/1964, o **empenho** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. De acordo com o art. 63 da Lei 4320/64, a **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Resposta: Letra C

31)

A redução ou cancelamento no exercício financeiro, de compromisso que caracterizou o empenho, implicará sua anulação parcial ou total. A importância correspondente **será revertida à respectiva dotação orçamentária**.

Resposta: Letra E

32)

Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem **arrecadados**, nas respectivas rubricas orçamentárias. (art. 39, *caput*, da Lei 4320/1964),

Resposta: Letra D

33)

O **empenho global** destina-se a atender às despesas com montante definido e é utilizado para os casos de despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamentos.

Resposta: Letra E

34)

O Decreto 93.872/1986 determina:

*Art. 38. **Não** será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra, ou prestação de serviço, inclusive de utilidade pública, admitindo-se, todavia, mediante as indispensáveis cautelas ou garantias, o pagamento de parcela contratual na vigência do respectivo contrato, convênio, acordo ou ajuste, segundo a forma de pagamento nele estabelecida, prevista no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta.*

A possibilidade de abreviar o prazo de execução do respectivo convênio ou contrato **não** é exceção para que ocorra o pagamento antecipado.

Resposta: Errada.

35)

Segundo o art. 58 da Lei 4.320/1964, o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Tal artigo deve ser entendido como uma garantia ao credor que,

se ele cumprir os termos do que foi tratado com a Administração, receberá o pagamento que estará reservado para ele. Entretanto, estando a despesa legalmente empenhada, nem assim o Estado se vê obrigado a efetuar o pagamento, uma vez que o implemento de condição poderá estar concluído ou não. A Lei 4.320/1964 determina que o pagamento de qualquer despesa pública, seja ela de que importância for, passe pelo crivo da liquidação. É nesse segundo estágio da execução da despesa que será cobrada a prestação dos serviços ou a entrega dos bens, ou, ainda, a realização da obra, evitando, dessa forma, o pagamento sem o implemento de condição.

Resposta: Letra C

36)

Do ponto de vista orçamentário, o reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação e da despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão de empenho. Tal situação decorre da aplicação da Lei 4.320/1964, que, em seu art. 35, incisos I e II, dispõe que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as **despesas legalmente empenhadas**.

Resposta: Letra B

37)

O empenho da despesa é prévio e não poderá exceder o limite dos créditos concedidos. Assim, o empenho precede a realização da despesa e está restrito ao limite do crédito orçamentário.

Resposta: Certa

38)

São modalidades de empenho: **ordinário, por estimativa e global**.

Resposta: Letra A

39)

I) Correto. Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho (art. 60, § 1º, da Lei 4320/1964).

II) Errado. É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60, *caput*, da Lei 4320/1964).

III) Correto. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei 4320/1964).

IV) Errado. É **permitido** o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento (art. 60, § 3º, da Lei 4320/1964).

Logo, as afirmativas I e III são verdadeiras; II e IV são falsas.

Resposta: Letra C

40)

A doutrina majoritária considera que os estágios da despesa são **fixação (ou programação), empenho, liquidação e pagamento.**

Resposta: Letra B

41)

De acordo com a Lei 4.320/1964:

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

*II – as despesas nele legalmente **empenhadas.**”*

Resposta: Letra D

42)

Do ponto de vista **orçamentário**, o reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação (**regime de caixa**) e da despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão de empenho (**regime de competência**). Tal situação decorre da aplicação da Lei 4.320/1964, que, em seu art. 35, incisos I e II, dispõe que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.

Logo: despesas pelo regime de competência/receitas pelo regime de caixa.

Resposta: Letra A

43)

Além do comprometimento do crédito público, caracterizado pelo empenho, são considerados estágios da despesa pública a liquidação e o pagamento.

Resposta: Letra A

44)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

- a) Errada. A dívida ativa compreende os créditos da fazenda pública de natureza tributária **ou não tributária**, exigíveis pelo transcurso do prazo de pagamento.
- b) Errada. **O empenho** da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.
- c) Errada. **A arrecadação** é o ato pelo qual os contribuintes comparecem perante os agentes arrecadadores e realizam o pagamento de seus tributos e de outros débitos com o Estado.
- d) Errada. **A liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- e) Correta. O art. 53 da Lei 4.320/1964 define o **lançamento** da receita como o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

Resposta: Letra E

45)

De acordo com o art. 35 da Lei 4320/1964:

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.”

CATEGORIAS DAS DESPESAS EMPENHADAS	
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
Pessoal e encargos R\$ 22.000,00 Transferência corrente R\$ 10.000,00 Merenda para estoque R\$ 14.000,00	Aquisição de escola R\$ 50.000,00 Amortização da dívida R\$ 18.000,00
Total = R\$ 46.000,00	Total = R\$ 68.000,00

Resposta: Letra B

46)

A redução ou cancelamento no exercício financeiro, de compromisso que caracterizou o empenho, implicará sua anulação parcial ou total. A importância correspondente será revertida à respectiva dotação orçamentária.

Logo, quando uma despesa for anulada dentro do mesmo exercício financeiro em que foi realizada, a dotação orçamentária correspondente será recomposta em valor idêntico.

Resposta: Certa

47)

O que **pode ser dispensada é a nota de empenho** e nunca o empenho. A nota de empenho (NE) é a materialização do empenho. É um documento extraído para cada empenho, utilizado para registrar as operações que envolvem despesas orçamentárias realizadas pela Administração Pública Federal, ou seja, o comprometimento de despesa, seu reforço ou anulação, indicando o nome do credor, a especificação e o valor da despesa, bem como a dedução desse valor do saldo da dotação própria. Embora exista obrigatoriedade do nome do credor no documento nota de empenho, em alguns casos torna-se impraticável a emissão de empenhos individuais, tendo em vista o número excessivo de credores.

Resposta: Letra E

48)

O **empenho da despesa** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Resposta: Letra B

49)

Como regra, o **lançamento de ofício ou direto** é adequado aos tributos que têm como fato gerador uma situação cujos dados constam dos cadastros fiscais, de modo que basta à autoridade administrativa a consulta a aqueles registros para que se tenha às mãos dados fáticos necessários à realização do lançamento. Desta forma, é efetuado pela administração sem a participação do contribuinte, como ocorre com o IPTU e o IPVA.

Resposta: Letra C

50)

O lançamento de **ofício** é adequado aos tributos que têm como fato gerador uma situação cujos dados constam dos cadastros fiscais, de modo que basta à autoridade administrativa a consulta a aqueles registros para que se tenha às mãos dados fáticos necessários à realização do lançamento. Desta forma, é efetuado pela Administração sem a participação do contribuinte.

Resposta: Letra A

51)

Empenho, liquidação e pagamento são estágios da execução da despesa.

Resposta: Letra B

52)

A questão trata de três estágios, mas sabemos que são quatro estágios: arrecadação e recolhimento não se confundem.

Os estágios da receita pública são **previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento**.

Logo, estão corretos os itens III, IV e V.

Resposta: Letra B

53)

A impossibilidade de se realizar uma despesa sem prévio empenho **não** compromete o uso do orçamento como ferramenta de planejamento do gasto. Quando não for possível determinar precisamente o montante de recursos que deverá ser empenhado para a execução de certas atividades, **deve-se utilizar o empenho por estimativa**.

Resposta: Errada

54)

Na Lei 4320/1964:

“Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

*§ 1º Em casos **especiais** previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.”*

Resposta: Letra C

55)

Os três estágios da execução das despesas previstos na Lei 4.320/1964 são **empenho, liquidação e pagamento**.

Resposta: Letra C

56)

Questão sobre o enfoque orçamentário. Na Lei 4320/1964:

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.”

A receita será reconhecida no momento da arrecadação, caracterizando um regime orçamentário de caixa. Já a despesa será reconhecida, ao final desse exercício, por meio do empenho, caracterizando um regime orçamentário de competência.

Resposta: Certa

57)

Questão sobre o enfoque orçamentário. Na Lei 4320/1964:

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.”

Logo, pertence ao exercício financeiro de 2011 a despesa **empenhada em 2011**.

Resposta: Certa

58)

A modalidade de **empenho ordinário** é utilizada para as despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.

Resposta: Letra C

59)

O empenho deverá ser totalmente anulado quando tiver sido emitido incorretamente ou quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido. É o caso em tela: a empresa

contratada não entregou os equipamentos no prazo e condições estabelecidos. Assim, o gestor público **poderá** solicitar o cancelamento do empenho.

Resposta: Errada

60)

Segundo o art. 63 da Lei 4.320/1964, a **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Resposta: Letra E

Adicione o professor no facebook: <https://www.facebook.com/profsergiomendes>.

Fique por dentro das novidades na matéria.

Capítulo XI

1)

No art. 25 da LRF:

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

Resposta: Certa

2)

Os convênios são transferências **voluntárias**.

Resposta: Errada

3)

Em caso de devolução de saldos de convênios, contratos e congêneres no mesmo exercício, deve-se contabilizar como **dedução de receita até o limite de valor das transferências recebidas no exercício**. Apenas se o montante ultrapassar esse valor é que deve ser registrado como despesa orçamentária.

Resposta: Errada

4)

I) Correto. A primeira fase da movimentação dos recursos é a liberação de **cota**, que corresponde ao montante de recursos colocados à disposição dos Órgãos Setoriais de Programação Financeira – OSPF pela Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN/STN mediante movimentação intra-SIAFI dos recursos da Conta Única do Tesouro Nacional.

II) Errado. O **sub-repasse** é a liberação de recursos dos OSPF para as unidades sob sua jurisdição e entre as unidades de um mesmo órgão, ministério ou entidade.

III) Errado. O **repasse** é a movimentação de recursos realizada pelos OSPF para as unidades de outros órgãos ou ministérios e entidades da Administração Indireta, bem como entre estes

Logo, apenas o item I está correto.

Resposta: Letra C

5)

Além dos créditos orçamentários, a programação da despesa orçamentária levará em conta os créditos adicionais e as operações extraorçamentárias. Resposta: Certa

6)

Entende-se por rendas extintas aquelas cujo fato gerador da receita não representa mais situação que gere arrecadações para o ente.

Em caso de devolução de saldos de convênios, contratos e congêneres com restituição no mesmo exercício deve-se contabilizar como dedução de receita até o limite de valor das transferências recebidas no exercício; se o montante ultrapassar esse valor, deve ser registrado como despesa orçamentária.

Resposta: Certa

7)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Errada. O sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo **integrarão** a Lei de Orçamento.

b) Correta. As receitas tributária, patrimonial e industrial são receitas correntes.

c) Errada. O quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar será aprovado pelo **Poder Executivo**, após a promulgação da Lei de Orçamento.

d) Errada. Créditos adicionais são as autorizações de despesas computadas ou **insuficientemente** dotadas na Lei do Orçamento.

e) Errada. Os créditos adicionais **terão** vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos créditos especiais e extraordinários (art. 45 da Lei 4320/1964). Atualmente, seguimos o art. 167, § 2º, da CF/1988, o qual dispõe que os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Resposta: Letra B

8)

São operações descentralizadoras de créditos orçamentários: **a dotação, a provisão e o destaque.**

Resposta: Errada

9)

A movimentação de recursos financeiros deve ser realizada em consonância com o cronograma de desembolso aprovado pela **Secretaria do Tesouro Nacional.**

Resposta: Errada

10)

As execuções orçamentária e financeira devem estar em compasso com o desempenho da meta física. Entretanto, a apresentação de resultados da meta física pode ser inferior à execução financeira, ocasionando um descompasso, o qual pode ocorrer por problemas em licitações, convênios ou contratos, por pendências ambientais, ou até mesmo por deficiências no planejamento ou em virtude do contingenciamento orçamentário.

Resposta: Certa

11)

O contrato de repasse é o instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União.

Resposta: Certa

12)

São objetivos do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira:

- Estabelecer normas específicas de execução orçamentária e financeira para o exercício;
- Estabelecer um cronograma de compromissos (empenhos) e de liberação (pagamento) dos recursos financeiros para o Governo Federal;
- Cumprir a Legislação Orçamentária (Lei 4.320/64 e LRF); e
- Assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do exercício financeiro e proporcionar o cumprimento da meta de resultado primário.

Logo, limitar o volume de recursos destinados a investimentos colocados à disposição das unidades orçamentárias **não** é objetivo do decreto de programação financeira.

Resposta: Letra C

13)

O convênio é o principal instrumento de transferência utilizado pela Administração Federal para descentralizar obrigações em cooperação com estados, municípios ou iniciativa privada. É o instrumento que disciplina os compromissos que devem reger as relações de dois ou mais participantes que tenham interesse em atingir um objetivo comum, mediante a formação de uma parceria. O convênio será proposto pelo interessado ao titular do Ministério, órgão ou entidade responsável pelo programa. É requisito para a celebração do convenio a apresentação do Plano de Trabalho.

Resposta: Certa

14)

Logo **após** a sanção presidencial à Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional, o **Poder Executivo** mediante decreto estabelece em até **trinta** dias a programação

financeira e o cronograma de desembolso mensal por órgãos, observadas as metas de resultados fiscais dispostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Resposta: Errada

15)

É recomendável que a restituição de receitas orçamentárias recebidas em qualquer exercício seja feita por dedução da respectiva natureza de receita orçamentária, com o objetivo de possibilitar uma correta consolidação das contas públicas.

Resposta: Certa

16)

No que se refere à descentralização de créditos, quando ela envolver unidades gestoras de um mesmo órgão tem-se a descentralização interna, também chamada de **provisão**.

Resposta: Letra E

17)

A movimentação de créditos, a que chamamos habitualmente de descentralização de créditos, consiste na transferência, de uma unidade gestora para outra, do poder de utilizar créditos orçamentários que lhe tenham sido consignados no Orçamento ou lhe venham a ser transferidos posteriormente. A descentralização pode ser interna, se realizada entre UGs do mesmo órgão (provisão); ou externa, se efetuada entre órgãos distintos (destaque).

Resposta: Certa

18)

Na descentralização, as dotações serão empregadas obrigatória e integralmente na consecução do **objetivo previsto pelo programa de trabalho** pertinente, respeitadas fielmente a classificação funcional e a estrutura programática. Portanto, a única diferença é que a execução da despesa orçamentária será realizada por outro órgão ou entidade. O objetivo do programa **não** pode ser alterado.

Resposta: Errada

19)

A primeira fase da movimentação dos recursos é a liberação de **cota** e também deve ser realizada em consonância com o cronograma de desembolso aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Assim, cota é o montante de recursos colocados à disposição dos Órgãos Setoriais de Programação Financeira – OSPF pela Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN/STN mediante movimentação intra-SIAFI dos recursos da Conta Única do Tesouro Nacional.

Resposta: Errada

20)

Segundo o art. 47 da Lei 4320/1964, imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

Resposta: Letra D

21)

Se houver parcelas a serem restituídas, em regra, esses fatos não devem ser tratados como despesa orçamentária, **mas como dedução** de receita orçamentária, pois correspondem a recursos arrecadados que não pertencem à entidade pública e não são aplicáveis em programas e ações governamentais sob a responsabilidade do ente arrecadador, **não** necessitando, portanto, de autorização orçamentária para a sua execução.

Resposta: Errada

22)

A movimentação de recursos financeiros oriundos do orçamento da União, entre as UGs que compõem o Sistema de Programação Financeira, se dá sob a forma de liberação de cotas, repasses e sub-repasses para o pagamento de despesas, bem como por meio de concessão de limite de saque à Conta Única do Tesouro.

O sub-repasse é a liberação de recursos dos OSPF para as unidades sob sua jurisdição e entre as unidades de um mesmo órgão, ministério ou entidade.

Resposta: Certa

23)

A restituição de receitas orçamentárias recebidas em qualquer exercício **deve ser feita por dedução da respectiva natureza de receita orçamentária**, com o objetivo de possibilitar uma correta consolidação das contas públicas.

Resposta: Errada

24)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Correta. O Congresso Nacional poderá apresentar emendas ao projeto de lei orçamentária, desde que siga diversas disposições da CF/1988. As emendas devem ser compatíveis com os demais instrumentos de planejamento e orçamento (PPA e LDO) e indicar os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluindo as que incidam sobre as dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

b) Errada. Os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público, **encaminham** suas propostas orçamentárias para consolidação pelo Poder Executivo dentro dos limites estabelecidos pela LDO.

c) Errada. A apreciação e a votação do projeto de lei orçamentária anual da União deverão ser efetuadas separadamente pelas duas Casas do Congresso Nacional, sendo mandatório que a aprovação seja feita por maioria **simples** dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

d) Errada. A consolidação do projeto de lei orçamentária é efetuada pela Secretaria de Orçamento Federal, do **Poder Executivo**.

e) Errada. A descentralização financeira (ou movimentação de recursos) do orçamento da União, entre as UGs que compõem o Sistema de Programação Financeira, **se dá sob a forma de liberação de cotas, repasses e sub-repasses** para o pagamento de despesas, bem como por meio de concessão de limite de saque à Conta Única do Tesouro.

Resposta: Letra A

25)

A contrapartida, exclusivamente financeira, será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade

financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano. Quanto menor o município, **menor** a exigência percentual de contrapartida.

Resposta: Errada

26)

Concedente é o órgão responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio.

Resposta: Errada

27)

Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar. A fixação das cotas tem como objetivo assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho; e manter, durante o exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

Resposta: Certa

28)

A descentralização de créditos caracteriza-se pela cessão de crédito orçamentário entre unidades gestoras. A descentralização interna é denominada **provisão** e a externa, **destaque**.

Resposta: Letra E

29)

Nos contratos, convênios, acordos ou ajustes, cuja duração ultrapasse um exercício financeiro, indicar-se-á **o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso**, bem assim cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura.

Resposta: Errada

30)

No caso de devolução de saldos de convênios, se a restituição ocorrer no mesmo exercício em que forem recebidas transferências do convênio, esta **deve** ser contabilizada como dedução de receita até o limite de valor das transferências recebidas no exercício; se o montante ultrapassar esse valor, deve ser registrado como despesa orçamentária.

Resposta: Errada

31)

Na descentralização, as dotações serão empregadas obrigatória e integralmente na consecução do objetivo previsto pelo programa de trabalho pertinente, respeitadas fielmente a classificação funcional e a estrutura programática. Portanto, a única diferença é que a execução da despesa orçamentária será realizada por outro órgão ou entidade.

Resposta: Certa

32)

I) Errado. As classificações institucional e programática **não** podem ser alteradas quando da ocorrência de descentralização de créditos orçamentários.

II) Correto. Quando a descentralização envolver unidades gestoras de um mesmo órgão tem-se a descentralização interna, também chamada de provisão.

III) Correto. Quando a descentralização envolver unidades gestoras de órgãos ou entidades de estrutura diferente ter-se-á uma descentralização externa, também denominada de destaque.

IV) Errado. **Não** há mais determinação para que a descentralização de crédito externa dependa de termo de cooperação ou da celebração de convênio.

Logo, estão corretos os itens II e III.

Resposta: Letra C

33)

O registro das deduções de receitas com a utilização do mecanismo de conta-corrente contábil pode ser operacionalizado, o que confere dinamismo, flexibilidade e riqueza de informações gerenciais à contabilidade aplicada ao setor público e é uma ferramenta

muito utilizada na contabilidade da Administração Pública Federal. Os entes que possuem sistemas contábeis adaptados a esse mecanismo poderão utilizá-los para divulgação das informações relativas às deduções, criando, dentro da classe de receitas orçamentárias, um grupo de dígito “9”, com contas de características peculiares e utilizando a natureza da receita como conta-corrente.

Resposta: Certa

34)

O **repasse**, que é a descentralização das disponibilidades financeiras vinculadas ao orçamento, compete aos órgãos setoriais de programação financeira, que transferem tais disponibilidades para outro órgão ou ministério.

Resposta: Errada

35)

As cotas trimestrais limitarão a despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar por meio de **créditos orçamentários**.

Resposta: Letra C

36)

A descentralização de créditos caracteriza-se pela cessão de crédito orçamentário entre unidades gestoras. A descentralização interna é denominada **provisão** e a externa, destaque.

Resposta: Letra D

37)

A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública **depende** de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – identificação do objeto a ser executado.

II – metas a serem atingidas.

III – etapas ou fases de execução.

IV – plano de aplicação dos recursos financeiros.

V – cronograma de desembolso.

VI – previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas.

VII – se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

Resposta: Errada

38)

a) Correta. A movimentação de créditos entre as unidades gestoras decorre da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA, o seu consequente lançamento no SIAFI e o detalhamento dos créditos autorizados. Logo, independe da programação financeira.

b) Correta. A primeira fase da movimentação dos recursos é a liberação de cota e deve ser realizada em consonância com o cronograma de desembolso aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Assim, cota é o montante de recursos colocados à disposição dos Órgãos Setoriais de Programação Financeira – OSPF pela Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN/STN mediante movimentação intra-SIAFI dos recursos da Conta Única do Tesouro Nacional. Logo, não está vinculada diretamente à movimentação de crédito.

c) É a incorreta. A segunda fase da movimentação de recursos é a liberação de repasse ou sub-repasse. Repasse é a movimentação de recursos realizada pelos OSPF para as unidades de outros órgãos ou ministérios e entidades da Administração Indireta, bem como entre esses; e sub-repasse é a liberação de recursos dos OSPF para as unidades sob sua jurisdição e entre as unidades de um mesmo órgão, ministério ou entidade. Não há restrições constitucionais que obrigue prévia e expressa autorização do Tesouro Nacional.

d) Correta. A questão gerou polêmica e ficou confusa, porém não foi anulada. Na verdade, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público dispõe que a **provisão** está relacionada à descentralização interna de **créditos**. Os **sub-repasses** estão relacionados à descentralização interna de **recursos**. O que a Banca quis dizer é que a descentralização interna de recursos ou sub-repasse é decorrente de uma prévia descentralização interna de créditos ou provisão.

e) Correta. Já vimos que cota é o montante de recursos colocados à disposição dos Órgãos Setoriais de Programação Financeira – OSPF pela Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN/STN mediante movimentação intra-SIAFI dos recursos da Conta Única do Tesouro Nacional.

Essa questão, apesar de mal formulada, não foi anulada. Vale a explicação das alternativas, mas não deve ser usada como referência para os estudos.

Resposta: Letra C

39)

O registro das deduções de receitas com a utilização do mecanismo de conta-corrente contábil pode ser operacionalizado, o que confere dinamismo, flexibilidade e riqueza de informações gerenciais à contabilidade aplicada ao setor público e é uma ferramenta muito utilizada na contabilidade da Administração Pública Federal. Os entes que possuem sistemas contábeis adaptados a esse mecanismo poderão utilizá-los para divulgação das informações relativas às deduções, criando, **dentro da classe de receitas orçamentárias**, um grupo de dígito “9”, com contas de características peculiares e utilizando a natureza da receita como conta-corrente.

Resposta: Errada

40)

O principal agente de articulação entre as unidades gestoras e as secretarias do tesouro e orçamento federal são os **órgãos setoriais**.

Resposta: Errada

Você está estudando pelo livro de Administração Financeira e Orçamentária/Orçamento Público mais completo do mercado e adotado pelas principais bancas examinadoras. Agora é com você para se dar bem nessas matérias!

Capítulo XII

1)

O SIAFI promove, de forma automática, os lançamentos contábeis correspondentes aos registros dos atos e fatos praticados pelos gestores públicos quando do exercício de suas atividades. Como nem todos dominam a contabilidade, foi criado o evento, que é um código associado a cada tipo de ato ou fato que deva ser registrado contabilmente pelo sistema e ao qual se associa, por sua vez, um roteiro contábil, ou seja, uma lista das contas de débito e crédito que devam ser afetadas, de forma a que todos os operadores do SIAFI possam efetuar lançamentos contábeis, mesmo que absolutamente nada saibam sobre contabilidade. Como regra geral, o **SIAFI** utiliza o lançamento de primeira fórmula, na qual o registro do fato contábil envolve uma conta devedora e outra conta credora.

Resposta: Letra A

2)

A conformidade é um instrumento de segurança do SIAFI que permite às Unidades Gestoras a ratificação e o fechamento das operações por elas realizadas. O registro da conformidade dos aspectos relativos à gestão do patrimônio público deve ser feito por servidor que não tenha a função de emitir documentos.

Resposta: Certa

3)

No que se refere ao tipo de utilização, tem-se:

XX.Y.ZZZ	TIPO DE UTILIZAÇÃO
0	Evento utilizado diretamente pelo gestor
1	Evento utilizado diretamente pelo sistema
5	Estorno de evento do gestor
6	Estorno interno do sistema

Obs.: há ainda a possibilidade de eventos complementares

Resposta: Letra B

4)

O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades inerentes ao Sistema de Serviços Gerais – SISG, quais sejam: gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão é responsável pelo Sistema.

Resposta: Certa

5)

XX.Y.ZZZ	CLASSE
10.0.000	Previsão da receita
20.0.000	Dotação da despesa
30.0.000	Movimentação de crédito
40.0.000	Empenho da despesa
70.0.000	Transferências financeiras

Resposta: Letra C

6)

Por meio do DARF se registra a arrecadação de tributos e demais receitas diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, sem trânsito pela rede bancária, ou seja, por meio de transferências de recursos intra-SIAFI.

Resposta: Certa

7)

A **tabela de eventos** é o instrumento utilizado pelas unidades gestoras no preenchimento das telas e/ou documentos de entrada no SIAFI para transformar os atos e fatos administrativos rotineiros em registros contábeis automáticos.

Resposta: Letra E

8)

Para facilitar o cadastramento de fornecedores, há, no **SIASG**, um subsistema de cadastramento unificado de fornecedores (SICAF).

Resposta: Errada

9)

I e II) Corretos. Um dos objetivos do SIAFI é permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública Federal.

III) Errado. O sistema utilizado atualmente para a elaboração orçamentária é o **SIOP**.

Logo, somente as afirmativas I e II estão corretas.

Resposta: Letra B

10)

Uma das características da forma de acesso *off-line* é as disponibilidades financeiras da unidade serem individualizadas em conta-corrente bancária e **não comporem a conta única**.

Resposta: Errada

11)

a) Errada. O evento é um código associado a cada tipo de ato ou fato que deva ser registrado contabilmente pelo sistema e ao qual se associa, por sua vez, um roteiro contábil, ou seja, uma lista das contas de débito e crédito que devam ser afetadas, de forma a que todos os operadores do SIAFI possam efetuar lançamentos contábeis, mesmo que absolutamente nada saibam sobre contabilidade.

b) Errada. Os eventos da classe 40 são preenchidos na NE ou PE, de forma individual, e objetivam registrar a **emissão de empenhos ou pré-empenhos**.

c) Errada. Os eventos mantêm correlação com os documentos de entrada do SIAFI, a **exceção** dos eventos de classe 50, 60, 70 e 80, que podem aparecer indistintamente na NL, OB e GR.

d) Correta. Os eventos da classe 51 destinam-se à apropriação da despesa (liquidação). São utilizados sempre que a despesa for reconhecida, esteja ou não em condições de pagamento.

e) Errada. Os eventos da classe 30 são indicados de forma individual na NC e se destinam a registrar a **movimentação de créditos orçamentários**.

Resposta: Letra D

12)

O código do evento é composto de seis números estruturados da seguinte forma:

CÓDIGO DO EVENTO		
XX	Y	ZZZ
Classe do evento	Tipo de utilização	Código sequencial

Logo, a classe possui apenas **dois dígitos**. O código **sequencial** é que possui três dígitos.

Resposta: Errada

13)

I) Correto. O processamento dos dados relativos à preparação da elaboração orçamentária era realizado no SIDOR. O item estava correto na época, mas hoje é no SIOP.

II) Errado A abrangência do SIAFI **inclui** as unidades gestoras brasileiras, situadas no exterior.

III) Errado. A Guia da Previdência Social é um documento do **SIAFI**.

IV) Correto. A tabela de eventos é o instrumento utilizado pelas unidades gestoras no preenchimento das telas e/ou documentos de entrada no SIAFI para transformar os atos e fatos administrativos rotineiros em registros contábeis automáticos. O mecanismo de funcionamento dessa tabela de eventos possibilita fazer lançamentos contábeis em mais de uma unidade gestora.

Logo, está correto apenas o que se afirma em I e IV.

Resposta: Letra B

14)

Em 2010, a questão estava correta. A elaboração do orçamento era processada no Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR). Atualmente, é no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – **SIOP**.

Resposta: Certa

15)

I) Correto. Um dos objetivos do SIAFI é proporcionar a transparência dos gastos do Governo Federal.

II) Errado. As empresas públicas federais e as sociedades de economia mista que estiverem contempladas **no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União utilizam SIAFI**, enquanto as empresas estatais não dependentes são exceções no que se refere à utilização do sistema.

III) Correto. Um dos objetivos do SIAFI é permitir o registro contábil dos balancetes dos estados e municípios e de suas supervisionadas.

Logo, somente as afirmativas I e III estão corretas.

Resposta: Letra C

16)

O SIAFI promove, de forma automática, os lançamentos contábeis correspondentes aos registros dos atos e fatos praticados pelos gestores públicos quando do exercício de suas atividades. Assim, é possível utilizar a contabilidade como fonte de informações confiáveis e instantâneas, pois os registros são lançados no mesmo momento em que os fatos ocorrem e não é necessária a existência de um contador em cada UG para efetuar a classificação contábil de cada ato ou fato realizado.

Resposta: Certa

17)

O SIAFI promove, de forma automática, os lançamentos contábeis correspondentes aos registros dos atos e fatos praticados pelos gestores públicos quando do exercício de suas atividades. Como nem todos dominam a contabilidade, foi criado o evento, que é um código associado a cada tipo de ato ou fato que deva ser registrado contabilmente pelo sistema e ao qual se associa, por sua vez, um roteiro contábil, ou seja, uma lista das contas de débito e crédito que devam ser afetadas, de forma a que todos os operadores

do SIAFI possam efetuar lançamentos contábeis, mesmo que absolutamente nada saibam sobre contabilidade. Como regra geral, o **SIAFI** utiliza o lançamento de primeira fórmula, na qual o registro do fato contábil envolve uma conta devedora e outra conta credora.

Resposta: Letra D

18)

Caso não seja encontrado na tabela o evento que expresse com bastante clareza a transação a ser processada, deverá ser contactado o órgão de contabilidade para os esclarecimentos necessários. Somente aos órgãos de contabilidade compete realizar os registros contábeis, **sem a indicação de eventos**. Neste caso, o tratamento a ser dado a esses órgãos será por meio de débito (D) e crédito (C), desde que não se trate de receitas e/ou despesas.

Resposta: Errada

19)

a) Errada. A Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, tem por finalidade acolher as disponibilidades financeiras da **União**.

b) Errada. A operacionalização da Conta Única do Tesouro Nacional será efetuada por intermédio do Banco do Brasil S/A, **ou por outros agentes financeiros autorizados pelo Ministério da Fazenda**.

c) Errada. É movimentada pelas Unidades Gestoras - UG da Administração Pública Federal, inclusive Fundos, Autarquias, Fundações, e outras entidades integrantes do SIAFI, na modalidade **“on-line”**.

d) Errada. O **SIAFI** consolidará, diariamente, as Ordens Bancárias emitidas, de acordo com a respectiva finalidade, gerando a “Relação de Ordens Bancárias Intra-SIAFI-RT” e a “Relação de Ordens Bancárias Externas – RE”.

e) Correta. A movimentação de recursos da Conta Única será efetuada, entre outros, por meio da Guia da Previdência Social (GPS) e da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações da Previdência Social (GFIP).

Resposta: Letra E

20)

As **disponibilidades de caixa dos regimes de previdência** social, geral e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição, **ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades** de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

No entanto, a Conta Única do Tesouro Nacional **é mantida junto ao Banco Central do Brasil** e sua operacionalização será efetuada por intermédio do Banco do Brasil, ou, excepcionalmente, por outros agentes financeiros autorizados pelo Ministério da Fazenda.

Resposta: Errada

21)

XX.Y.ZZZ	CLASSE
10.0.000	Previsão da receita
20.0.000	Dotação da despesa
30.0.000	Movimentação de crédito
40.0.000	Empenho da despesa
51.0.000	Apropriações de despesas

A **Nota de Dotação (ND)** é o documento utilizado para registro das informações orçamentárias elaboradas pela Secretaria de Orçamento Federal, ou seja, dos créditos previstos no Orçamento Geral da União. Também se presta à **inclusão de créditos no orçamento não previstos** inicialmente e ao registro do desdobramento do plano interno e do detalhamento da fonte de recursos.

Resposta: Letra B

22)

No que se refere ao tipo de utilização, tem-se:

XX.Y.ZZZ	TIPO DE UTILIZAÇÃO
0	Evento utilizado diretamente pelo gestor
1	Evento utilizado diretamente pelo sistema
5	Estorno de evento do gestor
6	Estorno interno do sistema

Obs.: **há ainda** a possibilidade de eventos complementares.

Resposta: Errada

23)

O SIAFI apresenta uma série de métodos e procedimentos para disciplinar o acesso e assegurar a manutenção da integridade dos dados e do próprio sistema. Destaca-se a **conformidade**, a qual é um instrumento de segurança do SIAFI que permite às Unidades Gestoras a ratificação e o fechamento das operações por elas realizadas.

Resposta: Letra B

24)

Sobre o princípio da unidade de tesouraria, a Lei 4320/64 dispõe que:

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Resposta: Certa

25)

Documentos do SIAFI	
Relacionados à execução orçamentária:	Relacionados à execução financeira:
<ul style="list-style-type: none">• Nota de Dotação (ND).• Nota de Movimentação de Crédito (NC).• Nota de Empenho (NE).• Nota de Lançamento por Evento (NL).	<ul style="list-style-type: none">• Nota de Lançamento por Evento (NL).• DARF Eletrônico.• GPS Eletrônica.• Ordem Bancária (OB).
Ainda, destacam-se os seguintes documentos:	
<ul style="list-style-type: none">• GSE Eletrônica.• Nota de Programação Financeira (NPF).	

Logo, **NE e ND** são documentos utilizados para introduzirem dados pertinentes a uma operação de natureza orçamentária.

Resposta: Letra B

26)

Sobre o princípio da unidade de tesouraria, a Lei 4320/64 dispõe que:

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Resposta: Errada

27)

Cada sistema está organizado por subsistemas – atualmente são 21 – e estes, por **módulos**. Dentro de cada módulo estão agregadas inúmeras transações, que guardam entre si características em comum. Nesse nível de transação é que são efetivamente executadas as diversas operações do SIAFI, desde entrada de dados até consultas.

Resposta: Letra A

28)

A execução contábil relativa aos atos e fatos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União obedece ao Plano de Contas elaborado e mantido de acordo com os padrões estabelecidos, tendo como partes integrantes a relação das contas agrupadas segundo suas funções, a tabela de eventos (conjunto de todos os eventos existentes) e a indicação do mecanismo de débito e crédito de cada conta. Trata-se, portanto, de um conjunto das contas utilizáveis em toda a Administração Pública federal, organizadas e codificadas com o propósito de sistematizar e uniformizar o registro contábil dos atos e fatos de gestão, e permitir a qualquer momento, com precisão e clareza, a obtenção dos dados relativos ao patrimônio da União.

Resposta: Certa

29)

a) Errada. A Nota de Lançamento por evento é o documento utilizado para registrar a apropriação/liquidação de receitas e despesas, bem como outros atos e fatos administrativos, inclusive os relativos a entidades supervisionadas, associados a eventos contábeis não vinculados a documentos específicos.

b) Errada. A Nota de Programação Financeira é o documento que permite registrar os valores constantes da Proposta de Programação Financeira (PPF) e da Programação

Financeira Aprovada (PFA), envolvendo a Coordenação-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – COFIN/STN e os Órgãos Setoriais de Programação Financeira – OSPF.

c) Errada. A Ordem Bancária é o documento utilizado para o pagamento de compromissos, bem como para a liberação de recursos para fins de suprimento de fundos.

d) Correta. A Nota de Empenho é o documento utilizado para registrar as operações que envolvem despesas orçamentárias realizadas pela Administração Pública federal, ou seja, o comprometimento de despesa, seu reforço ou anulação, indicando o nome do credor, a especificação e o valor da despesa, bem como a dedução desse valor do saldo da dotação própria.

e) Errada. A Nota de Dotação é o documento utilizado para registro das informações orçamentárias elaboradas pela Secretaria de Orçamento Federal, ou seja, dos créditos previstos no Orçamento Geral da União. Também se presta à inclusão de créditos no Orçamento não previstos inicialmente e ao registro do desdobramento do Plano Interno e do detalhamento da fonte de recursos.

Resposta: Letra D

30)

Para a efetivação de uma despesa via SIAFI, considerando-se que não há retenção de valores e registro de obrigações para pagamento posterior, é necessário que o empenho seja feito em uma classe de eventos (40.0.000 – empenho da despesa) e a liquidação seja feita em outras duas classes de eventos (53.0.000 – liquidações de obrigações e 56.0.000 – liquidações de direitos), sendo uma para cada lado da partida dobrada.

Resposta: Certa

31)

A baixa do estoque para consumo de diversos itens solicitados por meio de requisição de material se enquadra como registros diversos. A melhor forma de resolução seria por eliminação, pois tal fato não se enquadra em nenhuma das demais alternativas.

Resposta: Letra D

32)

O SIAFI somente validará os documentos de entrada de dados, em termos contábeis, se eles se apresentarem com os eventos que, no todo, completem partidas dobradas (total dos débitos igual ao total dos créditos).

Resposta: Certa

33)

O SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. É um sistema informatizado que processa e controla, por meio de terminais instalados em todo o território nacional, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública direta federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União.

Resposta: Certa

34)

A questão traz diversas características do SIDOR ou do SIAFI. Uma delas não diz respeito a nenhum dos dois sistemas.

Na alternativa “C”, cabe ao **Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE** atuar como a principal ferramenta de gestão do pessoal civil do governo federal, permitindo que sejam elaboradas as folhas de pagamento de servidores civis ativos, aposentados e pensionistas.

Resposta: Letra C

35)

O SIAFI somente validará os documentos de entrada de dados, em termos contábeis, se eles se apresentarem com os eventos que, no todo, completem partidas dobradas (total dos débitos igual ao total dos créditos).

Resposta: Certa

36)

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

Resposta: Certa

37)

A **Nota de Movimentação de Crédito (NC)** é o documento utilizado para registrar a movimentação interna e externa de créditos e suas anulações.

Resposta: Letra C

38)

A Coordenação-Geral de Contabilidade da **Secretaria do Tesouro Nacional** é o órgão responsável pela administração da tabela de eventos.

Resposta: Errada

39)

a) Correta. A Ordem Bancária é o documento utilizado para o pagamento de compromissos, bem como para a liberação de recursos para fins de suprimento de fundos.

b) Correta. A Nota de Programação Financeira é o documento que permite registrar os valores constantes da Proposta de Programação Financeira (PPF) e da Programação Financeira Aprovada (PFA), envolvendo a Coordenação-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – COFIN/STN e os Órgãos Setoriais de Programação Financeira – OSPF.

c) Correta. A Nota de Empenho é o documento utilizado para registrar as operações que envolvem despesas orçamentárias realizadas pela Administração Pública federal, ou seja, o comprometimento de despesa, seu reforço ou anulação, indicando o nome do credor, a especificação e o valor da despesa, bem como a dedução desse valor do saldo da dotação própria.

d) É a incorreta. É documento do SIAFI a **Nota de Movimentação de Crédito**, a qual é utilizada para registrar a movimentação interna e externa de créditos e suas anulações.

e) Correta. DARF é a sigla para Documento de Arrecadação de Receitas Federais. Por meio desse documento se registra a arrecadação de tributos e demais receitas

diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, sem trânsito pela rede bancária, ou seja, por meio de transferências de recursos intra-SIAFI. O DARF eletrônico nada mais é do que o instrumento de registro dessas informações no SIAFI.

Resposta: Letra D

40)

A tabela de eventos é o instrumento utilizado pelas unidades gestoras no preenchimento das telas e/ou documentos de entrada no SIAFI para transformar os atos e fatos administrativos rotineiros em registros contábeis automáticos. A **Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - STN** é o Órgão Responsável pela administração da tabela de eventos. A STN pertence ao Ministério da Fazenda.

Resposta: Errada

41)

As unidades gestoras deverão utilizar, para registro de suas transações diárias, os códigos da tabela de eventos. A classe identifica o conjunto de eventos de uma mesma natureza de registro.

Resposta: Certa

42)

As contas podem ser redutoras ou retificadoras, sendo identificadas pelo sinal * (**asterisco**), colocado antes da titulação da conta.

Resposta: Letra A

43)

Com a Conta Única, todas as Unidades Gestoras on-line do SIAFI passaram a ter os seus saldos bancários registrados e controlados pelo sistema, sem contas escriturais no Banco do Brasil. Pelo SIAFI, portanto, é que se faz o controle desses saldos e a transferência de recursos entre as Unidades Gestoras.

Resposta: Certa

44)

A Nota de Programação Financeira (NPF) é o documento que permite registrar os valores

constantes da Proposta de Programação Financeira (PPF) e da Programação Financeira Aprovada (PFA), envolvendo a Coordenação-Geral de Programação Financeira da **Secretaria do Tesouro Nacional** – COFIN/STN e os Órgãos Setoriais de Programação Financeira – OSPF. Logo, a solicitação é feita à **STN** e não à SOF.

Resposta: Errada

45)

Não é objetivo do **SIAFI** acompanhar os orçamentos setoriais, avaliando o comportamento da despesa pública e de suas fontes de financiamento.

Resposta: Letra E

46)

Um dos objetivos do SIAFI é integrar e compatibilizar as informações no âmbito **apenas do Governo Federal**, e **não** no âmbito dos governos federal, estadual e municipal.

Resposta: Errada

47)

Um dos objetivos do SIAFI é padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora

Resposta: Certa

48)

As principais características da utilização do sistema na modalidade de uso parcial são as seguintes:

_ Execução financeira dos recursos previstos no Orçamento Geral da União efetuada pelo SIAFI.

_ Não permitir tratamento de recursos próprios do órgão.

_ Não substituir a contabilidade do órgão, sendo necessário, portanto, o envio de balancetes para incorporação de saldos.

Resposta: Certa

49)

Em 2009, o SIDOR era um sistema de tecnologia da informação, administrado pelo SERPRO, implantado e utilizado pelo **Governo Federal** para fins de estruturar, organizar e elaborar a proposta orçamentária.

Resposta: Errada

50)

As unidades gestoras deverão utilizar, para registro de suas transações diárias, os códigos da tabela de eventos. A classe identifica o conjunto de eventos de uma mesma natureza de registro. Uma delas é a classe 40, utilizada para o empenho da despesa.

Resposta: Certa

51)

O SIAFI foi utilizado inicialmente apenas pelo Poder Executivo, expandindo-se de forma gradual pelos demais Poderes a partir da percepção, pelos usuários, das vantagens oferecidas pelo Sistema.

Resposta: Certa

52)

O SIAFI pode ser utilizado pelas entidades públicas federais, estaduais e municipais apenas para receberem, pela conta única do Governo Federal, suas receitas, como taxas de água, energia elétrica, telefone e outras dos órgãos que utilizam o sistema. O SIAFI **não** é utilizado atualmente por todas as administrações estaduais e municipais.

Resposta: Errada

53)

A **Nota de Lançamento por Evento (NL)** é o documento utilizado para registrar a apropriação/liquidação de receitas e despesas, bem como outros atos e fatos administrativos, inclusive os relativos a entidades supervisionadas, associados a eventos contábeis não vinculados a documentos específicos.

Resposta: Letra A

54)

É **obrigatória a utilização** do sistema na modalidade de uso total por parte dos órgãos e das entidades do **Poder Executivo que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**, ressalvadas as entidades de caráter financeiro. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário **poderão**, também, fazer uso do sistema na modalidade total.

Resposta: Errada

55)

Como nem todos dominam a contabilidade, foi criado o **evento**, que é um código associado a cada tipo de ato ou fato que deva ser registrado contabilmente pelo sistema e ao qual se associa, por sua vez, um roteiro contábil, ou seja, uma lista das contas de débito e crédito que devam ser afetadas, de forma a que todos os operadores do SIAFI possam efetuar lançamentos contábeis, mesmo que absolutamente nada saibam sobre contabilidade.

Resposta: Letra D

56)

Por meio do DARF se registra a arrecadação de tributos e demais receitas diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, sem trânsito pela rede bancária, ou seja, por meio de transferências de recursos intra-SIAFI. O DARF eletrônico nada mais é do que o instrumento de registro dessas informações no SIAFI.

Resposta: Certa

57)

O SIAFI é um sistema de informações centralizado em Brasília, ligado por teleprocessamento aos Órgãos do Governo Federal distribuídos no País e no exterior. Essa ligação, que é feita pela rede de telecomunicações do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e também pela conexão a outras inúmeras redes externas, é que garante o acesso ao sistema às milhares de unidades gestoras ativas no SIAFI.

Resposta: Certa

58)

A **Nota de Empenho (NE)** é o documento utilizado para registrar as operações que envolvem despesas orçamentárias realizadas pela Administração Pública Federal, ou seja, o comprometimento de despesa, seu reforço ou anulação, indicando o nome do credor, a especificação e o valor da despesa, bem como a dedução desse valor do saldo da dotação própria

Resposta: Letra D

59)

Pelo SIAFI é que se faz o controle dos saldos e a transferência de recursos entre as unidades gestoras (UGs). A **UG** é uma unidade **orçamentária ou administrativa** investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização. Uma unidade administrativa - UA não tem dotação consignada diretamente na LOA. Depende da UO, que descentraliza o crédito para a UA.

Logo, uma UG pode até ser uma UA, porém os termos **não** são equivalentes.

Resposta: Errada

60)

No SIAFI, a conformidade contábil pode ser do tipo “sem restrição” ou “com restrição”.

A conformidade contábil será registrada “**com restrição**” se observada **qualquer uma** das seguintes situações:

_ falta do registro, pela UG, da Conformidade de Registros de Gestão;

_ **quando houver inconsistências ou desequilíbrios nas Demonstrações Contábeis;**

_ quando as Demonstrações Contábeis não espelharem as atividades fins do Órgão;

_ quando a UG possuir inconsistências apresentadas na transação CONCONTIR ou CONINCONS;

_ quando houver quaisquer inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis, observados os esclarecimentos constantes de manuais de análise disponibilizados no Manual SIAFI e demais instrumentos que o responsável pelo registro da conformidade contábil julgar necessário para subsidiar a análise.

Resposta: Certa

Adicione o professor no twitter: @sergiomendesaf. Fique por dentro das novidades na matéria.

Capítulo XIII

1)

Diferenciam-se os restos a pagar processados dos não processados pela existência, ou não, da **liquidação** da despesa.

Resposta: Errada

2)

A finalidade do suprimento de fundos é exatamente atender a situações atípicas que exijam pronto pagamento em espécie, que não podem aguardar o processo normal, ou seja, é exceção à realização de procedimento licitatório.

Resposta: Letra C

3)

Supondo que determinada despesa tenha sido empenhada no exercício e não tenha sido liquidada até 31 de dezembro, ela é passível de ser inscrita em restos a pagar. O prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo prestador de serviços contratado pela administração deve estar vigente ou pode até mesmo estar vencido, **desde que esteja em curso a liquidação da despesa ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor.**

Resposta: Errada

4)

A despesa foi empenhada e o serviço prestado, com fornecimento de nota fiscal, nos termos contratados, o que caracteriza a liquidação. Entretanto, o pagamento não foi realizado. Em 31/12/09, a Prefeitura teria agido em consonância com o disposto na Lei 4.320/1964 se tivesse inscrito os valores dessas despesas como restos a pagar processados (empenhados, liquidados e não pagos).

Resposta: Letra B

5)

Os Restos a Pagar são constituídos por recursos correspondentes a exercícios financeiros já encerrados. No entanto, **integram** a programação financeira do exercício em curso.

Resposta: Errada

6)

Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, citados pelo art. 37 da Lei 4320/1964, são aqueles que podem ser reconhecidos pela autoridade competente após o fim do exercício financeiro em que foram gerados, ainda que não tenha saldo na dotação própria ou que a dotação não tenha sido prevista.

É o que ocorrerá se a administração pública reconhecer dívida correspondente a vários anos de diferenças em gratificações de servidores públicos em atividade.

As despesas decorrentes da decisão referentes aos anos anteriores **deverão ir à conta de despesas de exercícios anteriores**, classificadas como despesas correntes; as dos meses do exercício financeiro corrente serão pagas no elemento de despesa próprio.

Resposta: Errada

7)

Restos a pagar de despesas processadas são aqueles cujo empenho foi entregue ao credor mediante o fornecimento do material, serviço ou obra e a despesa foi considerada **liquidada**, porém ainda não foi paga.

Resposta: Letra A

8)

Constitui restrição para a concessão de suprimento de fundos o fato de o servidor ser responsável por dois suprimentos, **ainda que** destinado a cobrir despesas de caráter sigiloso.

Resposta: Errada

9)

Quando a anulação de uma despesa ocorrer **durante o exercício financeiro**, a receita será revertida à dotação originária, podendo ser utilizada para pagamento de despesas de exercício anteriores, desde que cumpra as demais normas sobre o tema.

Resposta: Errada

10)

No Decreto 93.872/1986:

Art. 45. Excepcionalmente, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, poderá ser concedido suprimento de fundos a servidor, sempre precedido do empenho na dotação própria às despesas a realizar, e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos seguintes casos:

I - para atender despesas eventuais, inclusive em viagens e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento.

(...)

Com o dispositivo acima daria para deduzir que estava correto. Sendo mais preciso, poderia ser utilizado o Decreto 5.992/2006:

Art. 9º Nos deslocamentos do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, no território nacional, as despesas correrão à conta dos recursos orçamentários consignados, respectivamente, à Presidência da República e à Vice-Presidência da República. (Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 2009).

§ 1º Correrão à conta dos recursos orçamentários consignados à Presidência da República e à Vice-Presidência da República as diárias das autoridades integrantes das respectivas comitivas oficiais. (Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 2009)

§ 2º Correrão, ainda, à conta dos recursos orçamentários consignados ao respectivo Ministério as diárias relativas a assessor de Ministro de Estado. (Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 2009).

§ 3º As despesas de que trata o caput serão realizadas mediante a concessão de suprimento de fundos a servidor designado pelo ordenador de despesas competente, obedecido ao disposto no art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. (Incluído pelo Decreto nº 6.258, de 2007).

Resposta: Certa

11)

Consideram-se **restos a pagar** ou resíduos passivos as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro, logo, até o dia 31 de dezembro. Os **restos a pagar**,

excluídos os serviços da dívida, constituem-se em modalidade de dívida pública flutuante e são registradas por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

Resposta: Letra A

12)

I) Correto. A concessão de suprimento de fundos se aplica para despesa que deva ser feita em caráter sigiloso conforme se classificar em regulamento.

II) Correto. A concessão de suprimento de fundos também atende despesas eventuais, inclusive em viagens e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento.

III) Errado. A concessão de suprimento de fundos se aplica para despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapassar limite **estabelecido em portaria do Ministro da Fazenda**. Atualmente o valor máximo para concessão varia entre R\$ 4.000,00 e R\$ 15.000,00, conforme o caso.

IV) Errado. O suprimento de fundos **não** será concedido a servidor responsável por dois suprimentos, **ainda** que não esteja em alcance.

V) Correto. As despesas com suprimento de fundos serão efetivadas por meio de cartão de pagamento do Governo Federal. A regra geral é a utilização do CPGF para o suprimento de fundos, sendo exceção a abertura de novas contas bancárias destinadas à movimentação de suprimento de fundos.

Logo, as afirmativas I, II e V estão corretas.

Resposta: Letra D

13)

I) Correto. O servidor que receber suprimento de fundos é obrigado a prestar contas de sua aplicação, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado pelo ordenador de despesa, sem prejuízo das providências administrativas para apuração das responsabilidades.

II) Correto. Não se concederá suprimento de fundo a responsável por dois suprimentos, ou seja, é permitida a concessão de até dois suprimentos com prazo de aplicação não vencido.

III) Errado. Os valores de um suprimento de fundos entregues ao suprido poderão relacionar-se a mais de uma natureza de despesa, **desde que precedidos dos**

empenhos nas dotações respectivas, respeitados os valores de cada natureza.

IV) Correto. A finalidade do suprimento de fundos é exatamente atender a situações atípicas que exijam pronto pagamento em espécie, que não podem aguardar o processo normal, ou seja, é exceção à realização de procedimento licitatório.

Logo, está correto o que se afirma apenas em I, II e IV.

Resposta: Letra D

14)

Consoante o art. 92 da Lei 4.320/1964, os Restos a Pagar, excluídos os serviços da dívida, constituem-se em modalidade de dívida pública flutuante e são registradas por exercício e por credor, **distinguindo-se** as despesas processadas das não processadas.

Resposta: Errada

15)

a) Correta. O servidor que receber suprimento de fundos é obrigado a prestar contas de sua aplicação, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado pelo ordenador de despesa, sem prejuízo das providências administrativas para apuração das responsabilidades.

b) Errada. Pode ser concedido suprimento de fundos a responsável por um suprimento, porém **não** a servidor declarado em alcance.

c) Errada. Os valores de um suprimento de fundos entregues ao suprido poderão relacionar-se a mais de uma natureza de despesa, **desde que precedidos dos empenhos nas dotações respectivas**, respeitados os valores de cada natureza.

d) Errada. **Pode** ser concedido suprimento de fundos para despesas com obras e serviços de engenharia, desde que respeitadas as demais normas sobre o tema.

e) Errada. O ordenador de despesas, autoridade competente para a concessão de suprimento de fundos, terá o suprimento contabilizado em suas contas como despesa **realizada** até que ocorra a prestação de contas pelo suprido.

Resposta: Letra A

16)

A concessão de suprimento de fundos deverá respeitar os estágios da execução da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. Logo, exige-se sempre **prévio**

empenho na dotação própria para a realização de despesas em regime de adiantamento, atualmente concebido por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Resposta: Errada

17)

As Despesas de Exercícios Anteriores são aquelas correspondentes a períodos anteriores e pagas no presente exercício com dotação orçamentária específica para tal fim. São dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àqueles em que ocorrerão os pagamentos.

Resposta: Letra B

18)

A utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, também denominado cartão corporativo, destina-se à aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos. Porém, **poderá** ser utilizado como forma de pagamento de outras despesas, **desde que** autorizado por autoridade competente, no caso, ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

Resposta: Errada

19)

Consideram-se restos a pagar ou resíduos passivos as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro, logo, até o dia 31 de dezembro. Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, constituem-se em modalidade de dívida pública flutuante e são registradas por exercício e por credor, **distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.**

Resposta: Letra C

20)

Restos a pagar são as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro. Podem ser:

_ Processados: empenhados, liquidados e não pagos.

_ Não Processados: empenhados, não liquidados e não pagos.

No caso em tela, a despesa foi empenhada e liquidada no mesmo exercício financeiro. Se ela não for paga dentro desse mesmo exercício, ela comporá os restos a pagar processados no próximo exercício financeiro.

Resposta: Certa

21)

Se uma despesa foi inscrita em restos a pagar em X1 e cancelados em X2, deixaram de ser restos a pagar. Entretanto, prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos restos a pagar.

Os restos a pagar com prescrição interrompida, os quais são aqueles cuja inscrição tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor, poderão ser pagos à conta de despesas de exercícios anteriores, que são **despesas orçamentárias do exercício**, respeitada a categoria própria. No caso em tela, ocorrerá em X4.

Resposta: Errada

22)

a) Errada. Os restos a pagar sofreram mais restrições com a LRF, porém **não** são proibidos.

b) Errada. Não são proibidos no último ano do mandato do **Chefe do Executivo**. O que é vedado ao titular de Poder ou órgão é, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, **contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele**, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

c) Errada. As inscrições serão admitidas **quando houver** disponibilidade de caixa para pagamento dentro do exercício em que estava prevista a despesa, caso o período seja os últimos dois quadrimestres do mandato.

d) Errada. O pagamento de restos a pagar é despesa extraorçamentária, não possui mais dotação na LOA.

e) Correta. Consideram-se Restos a Pagar ou resíduos passivos as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro, logo, até o dia 31 de dezembro.

Resposta: Letra E

23)

São considerados restos a pagar não processados, no final do exercício financeiro, as despesas orçamentárias **empenhadas, não liquidadas e não pagas em 31/12.**

Resposta: Letra C

24)

Há um número excessivo de despesas inscritas em Restos a Pagar a cada ano, principalmente em Restos a Pagar não processados, o que compromete a programação financeira e o planejamento governamental nos exercícios seguintes.

Resposta: Certa

25)

A despesa já processada é aquela que passou pelos estágios do empenho e da liquidação. Logo, para ser inscrito como Restos a Pagar processados, não será suficiente provar que foi realizado o pertinente empenho da despesa. É necessário que também tenha ocorrido a **liquidação**.

Resposta: Errada

26)

I) Correto. Consideram-se Restos a Pagar ou resíduos passivos as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro, logo, até o dia 31 de dezembro.

II) Correto. A despesa empenhada no exercício anterior e não paga no mesmo exercício será considerada restos a pagar. No balanço financeiro, os restos a pagar, quando forem pagos, serão classificados como despesas extraorçamentárias.

III) Errado. Tal afirmativa é o oposto do item anterior. A despesa empenhada no exercício anterior e paga no exercício seguinte será considerada **extraorçamentária** no momento do pagamento.

Logo, está correto o que se afirma em I e II.

Resposta: Letra A

27)

No caso de estimativa, são possíveis duas situações:

- **Valor real > valor inscrito em RAP:** a diferença será empenhada à conta de despesas de exercícios anteriores.
- **Valor real < valor inscrito em RAP:** o saldo existente será cancelado.

Resposta: Certa

28)

Restos a pagar processados são despesas **empenhadas, liquidadas** e não pagas.

Resposta: Letra D

29)

Para o pagamento à conta de despesas de exercícios anteriores (DEA), deverá ser respeitada a **categoria própria**, mantendo-se o registro de cada despesa segundo a categoria econômica original. Logo, se a DEA se referir a despesas correntes, será classificada na categoria econômica das despesas correntes. Da mesma forma, isso acontecerá caso a DEA se refira a despesas de capital, pois será classificada na categoria econômica das despesas de capital.

Resposta: Errada

30)

I) Verdadeiro. Os Restos a Pagar compreendem somente despesas empenhadas, liquidadas ou não, e não pagas até o final do exercício.

II) Verdadeiro. No balanço financeiro, os restos a pagar, quando forem pagos, serão classificados como despesas extraorçamentárias. Portanto, independe de autorização orçamentária.

III) Verdadeiro. As despesas **processadas** referem-se a empenhos executados e liquidados, prontos para o pagamento; as despesas **não processadas** são os empenhos de contratos e convênios em plena execução, logo não existe ainda direito líquido e certo do credor. O empenho de despesa não liquidada (não processada) será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins. No entanto, poderá ser inscrito em Restos a Pagar se cumprir determinadas condições: quando vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida; vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em curso a liquidação da despesa, ou seja de

interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor; se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas; corresponder a compromissos assumidos no exterior.

IV) Falso. **Não** há essa reserva para pagamento de Restos a Pagar.

V) Falso. As dívidas de exercícios anteriores, reconhecidas na forma da legislação pelo ordenador de despesa e que não foram pagas no exercício deverão ser inscritas como **Despesas de Exercícios Anteriores**.

Logo, a sequência correta é V, V, V, F, F.

Resposta: Letra C

31)

São despesas de exercícios anteriores aquelas relativas a exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria. É o que ocorre no caso em tela: ao final de um exercício, determinada despesa pode não ter sido processada, porque o empenho pode ter sido considerado insubsistente e anulado, em virtude de divergência na aplicação de cláusulas contratuais entre a administração e a empresa contratada. No entanto, o credor havia, dentro do prazo estabelecido, cumprido sua obrigação. Esclarecida a situação e reconhecido o direito do credor, a administração deverá quitar a obrigação à conta de despesas de exercícios anteriores.

Resposta: Certa

32)

Empenhado = R\$ 800.000,00

Liquidado = R\$ 600.000,00

Pago = 60% do liquidado = R\$ 360.000,00

Restos a pagar processados = liquidado – pago = **R\$ 240.000,00**

Logo, com base nessas informações, é correto afirmar que, em 31/12/X1, a prefeitura inscreveu **Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 240.000,00**.

Resposta: Letra D

33)

Caso a administração pública assine contrato com um laboratório para o fornecimento de vacinas contra a paralisia infantil e, ao final do exercício, ainda não se saiba o número exato de crianças que serão vacinadas, tal despesa não poderá ser liquidada e será considerada não processada, pois ficará pendente a verificação do direito líquido e certo do credor e da importância exata a pagar. Assim, para pagamento no ano subsequente, a despesa será inscrita em restos a pagar não processados.

Resposta: Certa

34)

Restos a pagar **processados** são despesas empenhadas, liquidadas e não pagas.

Resposta: Letra D

35)

Os restos a pagar de despesas **não** processadas são os decorrentes de contratos em execução, cujas despesas ainda não foram liquidadas e para as quais não existe o direito líquido e certo do credor.

Resposta: Errada

36)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

Não é necessário solicitar a aprovação de novo crédito especial, o qual poderá ter vigência além do exercício em que for autorizado quando o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício (por exemplo, em novembro, como no caso em tela). Nesse caso, a reabertura do crédito é facultativa, limitada ao saldo remanescente e novo ato da administração pública deverá reabri-lo.

Resposta: Errada

37)

l) Correto. De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto 93.872/1986, o servidor que receber suprimento de fundos, na forma deste artigo, é obrigado a prestar contas de sua aplicação, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado pelo ordenador da despesa, sem prejuízo das providências administrativas para a apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis.

II) Correto. Uma das situações previstas para concessão de suprimento de fundos ocorre quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento.

III) Correto. Uma das restrições à concessão de suprimento de fundos ocorre quando o servidor tenha a seu cargo e guarda ou a utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor.

IV) Errado. Segundo o art. 45 do Decreto 93.872/1986, excepcionalmente, **a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade**, poderá ser concedido suprimento de fundos a servidor, sempre precedido do empenho na dotação própria às despesas a realizar, e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

V) Errado. Segundo o mesmo artigo: “*poderá ser concedido suprimento de fundos a servidor, **sempre precedido do empenho** na dotação própria às despesas a realizar*”. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Logo, a sequência é V, V, V, F, F.

Resposta: Letra D

38)

É vedada a utilização do CPGF na modalidade de saque, exceto no tocante às despesas decorrentes, entre outros, de Regime Especial de Execução estabelecido em instruções aprovadas pelos respectivos Ministros de Estado, vedada a delegação de competência.

Resposta: Certa

39)

As despesas não processadas são os empenhos de contratos e convênios em plena execução, logo não existe ainda direito líquido e certo do credor. Pode ser referente a serviços que ainda não foram prestados, materiais ainda não entregues ou obras ainda não concluídas, ou a credores que ainda não se habilitaram devidamente, entre outras situações similares que se enquadrem no art. 35 do Decreto 93.872/1986.

Resposta: Certa

40)

O servidor Apolo Greco:

Recebeu adiantamento no valor de R\$ 2.000,00 p/ material de consumo e gastou R\$ 1.400,00 até o vencimento.

Recebeu adiantamento no valor de R\$ 2.000,00 p/ serviços de terceiros e não gastou nada até o vencimento.

Logo, deve pagar ao fornecedor R\$ 1.400,00 e devolver o restante R\$ 3.600,00.

O outro servidor:

Deve solicitar junto ao setor financeiro um adiantamento no seu nome, em valor igual ou superior ao da prestação de serviço de R\$ 2.200,00; a fim de autorizar a contratação do serviço.

Resposta: Letra A

41)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

As unidades orçamentárias estão autorizadas a transferir gastos para os exercícios seguintes, classificados como restos a pagar, casos as despesas se enquadrem na legislação que rege o tema.

Entretanto, o orçamento no Brasil é autorizativo, **não** existe obrigatoriedade de execução das despesas consignadas no orçamento público, já que o Poder Público tem a discricionariedade para avaliar a conveniência e oportunidade do que deve ou não ser executado.

Resposta: Errada

42)

De acordo com o art. 35 da Lei 4320/1964:

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.”

CATEGORIAS DAS DESPESAS EMPENHADAS	
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL

Material de consumo R\$ 1.500,00 Pessoal e encargos R\$ 3.500,00 Serviços R\$ 4.500,00	Aquisição de veículos R\$ 4.500,00 Construção de hospitais R\$ 9.000,00
Total = R\$ 9.500,00	Total = R\$ 13.500,00

Resposta: Letra D

43)

Aqui se pede apenas os RAP não processados das despesas correntes.

DESPESAS CORRENTES	EMPENHADAS	LIQUIDADAS
Material de consumo	R\$ 1.500,00	R\$ 1.000,00
Pessoal e encargos	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
Serviços	R\$ 4.500,00	R\$ 4.000,00
Total	R\$ 9.500,00	R\$ 8.500,00

RAP não processados = empenhados – liquidados – cancelados

RAP não processados = 9.500,00 – 8.500,00 – 0

RAP não processados = R\$ 1.000,00

Resposta: Letra A

44)

O servidor que receber suprimento de fundos é obrigado a prestar contas de sua aplicação, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado pelo Ordenador de Despesa, sem prejuízo das providências administrativas para apuração das responsabilidades. A responsabilidade pela aplicação do suprimento de fundos, após sua aprovação na respectiva prestação de contas, é da autoridade que o concedeu.

Resposta: Certa

45)

I) Correto. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil (art. 34 da Lei 4320/1964).

II) Correto. Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas (art. 35, II, da Lei 4320/1964).

III) Errado. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de **dezembro** distinguindo-se as processadas das não processadas. (art. 36, *caput*, da Lei 4320/1964).

Logo, está correto o que se afirma em I e II.

Resposta: Letra D

46)

Enquanto não ocorrer a verificação do implemento da condição prevista, não haverá o reconhecimento da liquidez do direito do credor, não podendo o empenho ser considerado liquidado. Define-se, assim, como uma despesa passível de inscrição em Restos a Pagar não processados. Trata-se de despesas legalmente empenhadas, com indicações de que determinado serviço, contratado durante o exercício, já tenha sido prestado. Como não ocorreu a verificação dos órgãos técnicos sobre o recebimento de serviços no exercício de emissão do empenho, a despesa não foi liquidada e nem paga até 31 de dezembro do mesmo exercício, sendo assim passível de inscrição em restos a pagar não processados.

Resposta: Certa

47)

a) Errada. Os restos a pagar decorrem da adoção, pelo **enfoque orçamentário**, do princípio de competência para as **despesas** e de caixa para as **receitas**.

b) Correta. Os restos a pagar podem ser processados (empenhados, liquidados e não pagos) ou não processados (empenhados, não liquidados e não pagos).

c) Errada. Na Contabilidade Pública, se essa despesa vier a ser inscrita em restos a pagar no fim do exercício, será necessário computá-la como do exercício na **receita** extraorçamentária do balanço financeiro, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária da LOA daquele ano. Na contrapartida, também no balanço financeiro, os RAP, quando forem pagos, serão classificados como despesas extraorçamentárias.

d) Errada. Segundo o art. 70 do Decreto 93.872/1986, o qual é baseado na legislação civil, prescreve em **cinco** anos a dívida passiva relativa aos restos a pagar.

e) Errada. Não há limite da despesa fixada no orçamento para a inscrição em restos a pagar.

Resposta: Letra B

48)

Inicialmente, a despesa é orçamentária, fixada na LOA. Na Contabilidade Pública, se essa despesa vier a ser inscrita em restos a pagar no fim do exercício, será necessário computá-la como restos a pagar do exercício na receita extraorçamentária do balanço financeiro, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária da LOA daquele ano. Na contrapartida, também no balanço financeiro, quando forem pagos, serão classificados como despesas extraorçamentárias.

Resposta: Certa

49)

Inicialmente, a despesa é orçamentária, fixada na LOA. Na Contabilidade Pública, se essa despesa vier a ser inscrita em restos a pagar no fim do exercício, será necessário computá-la como restos a pagar do exercício na receita extraorçamentária do balanço financeiro, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária da LOA daquele ano. Na contrapartida, também no balanço financeiro, os RAP, quando forem pagos, serão classificados como **despesas** extraorçamentárias.

Resposta: Letra E

50)

Restos a Pagar Não Processados são os empenhado, **não liquidados** e não pagos.

Resposta: Letra C

51)

Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como restos a pagar **no último ano de vigência do crédito**.

Resposta: Letra D

52)

Os restos a pagar são despesas **extraorçamentárias**. Além disso, é **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho. Os restos a pagar são as despesas **empenhadas**, mas não pagas dentro do exercício financeiro.

Resposta: Errada

53)

O **regime de adiantamento**, suprimento de fundos, é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Resposta: Letra B

54)

Restos a pagar são as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro. Podem ser:

_ Processados: empenhados, liquidados e não pagos.

_ Não Processados: empenhados, não liquidados e não pagos.

No caso em tela, a despesa foi empenhada e liquidada no mesmo exercício financeiro, porém não foi paga. Assim, ela comporá os **restos a pagar** processados no próximo exercício financeiro.

Resposta: Errada

55)

Consideram-se **restos a pagar** ou resíduos passivos as despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro, logo, até o dia 31 de dezembro. As despesas processadas referem-se a empenhos executados e liquidados, prontos para o pagamento; as despesas **não processadas** são os empenhos de contratos e convênios em plena execução; logo, ainda não existe direito líquido e certo do credor.

Resposta: Letra B

56)

De acordo com o art. 68, § 2º, do Decreto 93.872/1986, os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até **30 de junho do segundo ano subsequente** ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º.

Resposta: Errada

57)

Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, constituem-se em modalidade de dívida pública flutuante e são registradas por exercício **e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.**

Resposta: Letra A

58)

Caso, durante o exercício financeiro de 2012, sejam reconhecidas dívidas resultantes de compromissos assumidos em 2011, estaremos diante de despesas de exercícios anteriores. Para o pagamento, a despesa deve ser empenhada novamente, comprometendo, desse modo, o orçamento vigente à época do efetivo pagamento.

Resposta: Certa

59)

O regime de adiantamento, **suprimento de fundos**, é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Resposta: Letra D

60)

Consoante o art. 92 da Lei 4.320/1964, os Restos a Pagar, excluídos os serviços da dívida, constituem-se em modalidade de dívida pública flutuante e são registradas por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

As despesas processadas referem-se a empenhos executados e liquidados, prontos para o pagamento; as despesas não processadas são os empenhos de contratos e convênios em plena execução; logo, ainda não existe direito líquido e certo do credor.

Resposta: Certa

Capítulo XIV

1)

Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, entre outros, elaborar a Prestação de Contas Anual do Presidente da República a ser encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos da CF/1988.

Resposta: Certa

2)

Compete ao **Sistema de Administração Financeira Federal**, entre outras atribuições, gerir a dívida pública mobiliária federal e a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Resposta: Errada

3)

De acordo com o art. 18 da Lei 10.180/2001, compete às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Contabilidade Federal, entre outros, realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.

Resposta: Certa

4)

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem como uma das finalidades **apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional** (art. 20, IV, da Lei 10.180/2001).

Resposta: Letra A

5)

Compete às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Contabilidade Federal **realizar tomadas de contas** dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário.

Resposta: Errada

6)

Integram o Sistema de Contabilidade Federal a Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central, e os órgãos **setoriais**, que são as unidades de gestão interna dos Ministérios e da **Advocacia-Geral da União**. Ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados

Resposta: Letra E

7)

a) b) c) d) Corretas. São todas transcrições literais das finalidades do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal.

e) É a incorreta. Uma das finalidades é promover a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **visando a compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas**, nos planos federal, estadual, distrital e municipal. **Não** há consolidação dos orçamentos dos entes.

Resposta: Letra E

8)

Serão organizadas sob a forma de **sistemas** as atividades de planejamento e de orçamento federal, de administração financeira federal, de contabilidade federal e de controle interno do Poder Executivo Federal (art. 1º da Lei 10.180/2001).

Resposta: Letra E

9)

De acordo com o art. 24 da Lei 10.180/2001, compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, entre outros, exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União; fornecer informações acerca da situação físicofinanceira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da União; e criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos da União.

Resposta: Certa

10)

Integram o Sistema de Administração Financeira Federal a **Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central**, e os órgãos setoriais.

Resposta: Errada

11)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Correta. O órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) Errada. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) é o órgão responsável pela elaboração da proposta orçamentária da União, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social. Entretanto, o **Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST)** é o responsável pelo orçamento de investimentos das empresas estatais.

c) Errada. Um órgão ou uma unidade orçamentária **não** corresponde necessariamente a uma estrutura administrativa.

d) Errada. É de competência exclusiva do Congresso Nacional apreciar e votar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, **bem como** os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

e) Errada. As matérias orçamentárias são apreciadas e votadas pelas duas Casas do Congresso Nacional, em sessão **conjunta**.

Resposta: Letra A

12)

Compete às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Administração Financeira Federal, dentre outras, manter controle dos compromissos que onerem, direta ou indiretamente, a União junto a entidades ou organismos internacionais; gerir a dívida pública mobiliária federal de responsabilidade do Tesouro Nacional e gerir a dívida pública externa de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Resposta: Certa

13)

Cabe ao sistema de controle interno avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

Resposta: Errada

14)

As unidades responsáveis pelas atividades do sistema de contabilidade federal têm como atribuições, dentre outras, instituir sistemas de informação que permitam realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União e elaborar os balanços gerais da União. No entanto, compete às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de **Administração Financeira Federal**, dentre outras, elaborar a programação financeira do Tesouro Nacional e gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional.

Resposta: Errada

15)

São finalidades do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, entre outras, formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais e os planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.

Resposta: Certa

16)

Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal elaborar a Prestação de Contas Anual do Presidente da República a ser encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos da CF/1988. Integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a **Secretaria Federal de Controle Interno**, como órgão central; e os órgãos setoriais.

Resposta: Letra A

17)

É finalidade do **Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal**, entre outras, gerenciar o processo de planejamento e orçamento federal.

Resposta: Certa

18)

É uma das competências dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal **realizar auditoria sobre a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados.**

Resposta: Letra D

19)

É uma das finalidades do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, dentre outras, promover a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, visando a compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas, nos planos federal, estadual, distrital e municipal.

Resposta: Certa

20)

O Sistema de Administração Financeira Federal visa ao equilíbrio financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas.

Resposta: Certa

21)

Uma das finalidades do sistema de planejamento e de orçamento é a formulação de planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.

Resposta: Certa

22)

I) Correto. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem como uma das finalidades o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

II) Errado. O Órgão Central do Sistema de Controle Interno é a **Secretaria Federal de Controle Interno.**

III) Errado. A área de atuação do órgão central do Sistema abrange todos os órgãos do Poder Executivo Federal, **excetuadas** as áreas de atuação dos órgãos setoriais.

IV) Correto. Os órgãos setoriais são aqueles de controle interno que integram a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa, da Advocacia-Geral da

União e da Casa Civil.

V) Correto. . O órgão de controle interno da Casa Civil tem como área de atuação todos os órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, além de outros determinados em legislação específica.

Logo, apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.

Resposta: Letra B

23)

Subordinam-se tecnicamente à Secretaria do Tesouro Nacional os representantes do Tesouro Nacional nos conselhos fiscais, ou órgãos equivalentes das entidades da administração indireta, controladas direta ou indiretamente pela União. Tais representantes deverão ser, **preferencialmente**, servidores integrantes da carreira de Finanças e Controle que não estejam em exercício nas áreas de controle interno no ministério ou órgão equivalente ao qual a entidade esteja vinculada.

Resposta: Errada

24)

No sistema de planejamento e de orçamento federal, os órgãos setoriais e específicos ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

Resposta: Certa

25)

a) Errada. Editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, bem como promover o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública compete às unidades responsáveis pelas atividades do **Sistema de Administração Financeira Federal**.

b) Errada. Elaborar a programação financeira do Tesouro Nacional, gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública compete às unidades responsáveis pelas atividades do **Sistema de Administração Financeira Federal**.

c) Errada. Compete às unidades responsáveis pelas atividades do **Sistema de Administração Financeira Federal** manter controle dos compromissos que onerem, direta ou indiretamente, a União junto a entidades ou organismos internacionais.

d) Correta. Formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social e o planejamento estratégico nacional são duas das finalidades do **Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal**.

e) Errada. Promover a integração com os demais Poderes e esferas de governo em assuntos de administração e programação financeira compete às unidades responsáveis pelas atividades do **Sistema de Administração Financeira Federal**.

Resposta: Letra D

26)

As unidades responsáveis pelos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público estão sujeitas à **orientação normativa** do órgão central, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Não** há subordinação hierárquica.

Resposta: Errada

27)

Compete às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Contabilidade Federal, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno.

Resposta: Certa

28)

Os **órgãos setoriais** são as unidades de planejamento e orçamento dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República. Já os **órgãos específicos** são aqueles vinculados ou subordinados ao órgão central do Sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento

Resposta: Letra C

29)

As operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária serão, também, objeto de registro, individualização e controle contábil.

Resposta: Certa

30)

Na alternativa “A”, é finalidade do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.

As demais são finalidades do **Sistema de Administração Financeira Federal**.

Resposta: Letra A

Capítulo XV

1)

O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária (art. 165, § 3º, da CF/1988).

Resposta: Certa

2)

É facultado aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes optar por divulgar **semestralmente** o Relatório de Gestão Fiscal.

Resposta: Letra B

3)

I) Correto. Segundo o art. 26 da LRF, a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser **autorizada por lei específica**. Além disso, devem atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias **e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais**. Tais regras se aplicam a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

II) Errado. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres **não** serão inferiores ao custo de captação.

III) Errado. Em regra, **não** poderão ser utilizados recursos públicos para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, inclusive mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário. Isso só poderá ocorrer caso exista uma lei específica, logo **não** é a regra, é uma excepcionalização.

Assim, apenas o item I está correto.

Resposta: Letra A

4)

Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, **limitação de empenho e movimentação financeira**, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias (art. 9º da LRF).

Resposta: Letra B

5)

Na alternativa “E”, os estados e os municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos: os municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até 30 de abril; e os Estados, até **31 de maio**.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra E

6)

Consoante o art. 51 da LRF, o Poder Executivo da União promoverá, até o dia 30 de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público. Para isso, os estados e os municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos: os municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até 30 de abril; **e os Estados, até 31 de maio**.

Resposta: Letra C

7)

a) Correta. A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição (art. 5º, § 5º, da LRF).

b) Correta. A LOA conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º - anexo de metas fiscais (art. 5º, I, da LRF).

c) É a incorreta. Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil **relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos** (art. 5º, § 6º, da LRF). Logo, **não** são todas as despesas.

d) Correta. Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual (art. 5º, § 1º, da LRF).

e) Correta. O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional (art. 5º, § 2º, da LRF).

Resposta: Letra C

8)

A) Poder	B) RCL	C) Limites da LRF	D) C/B
Executivo	R\$ 1,2 milhão	49%	R\$ 588.000,00
Judiciário	R\$ 1,2 milhão	6%	R\$ 72.000,00
Legislativo	R\$ 1,2 milhão	3%	R\$ 36.000,00
MP	R\$ 1,2 milhão	2%	R\$ 24.000,00

Resposta: Letra B

9)

As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, **durante todo o exercício**, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Resposta: Letra E

10)

Limite ultrapassado (caput do art. 23 da LRF): se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 20, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado **nos dois quadrimestres seguintes**, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da CF/1988.

Resposta: Letra C

11)

a) c) Erradas. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; e de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

b) Errada. A prorrogação de despesa criada por prazo determinado **considera-se aumento da despesa**.

d) Correta. A geração de despesas ou assunção de obrigações que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17 da LRF serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, como no caso de não estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

e) Errada. Segundo o art. 18 da LRF, para os efeitos dessa Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Resposta: Letra D

12)

a) Errada. A renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos **dois** seguintes.

b) Errada. A renúncia de receita, via de regra e no caso de não ter sido prevista na lei orçamentária anual, **não** poderá ter vigência antes de vigorarem as medidas de compensação.

c) e) Erradas. As limitações sobre renúncia de receitas da LRF **não** se aplicam às alterações das alíquotas dos impostos de importação de produtos estrangeiros (II), de exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (IE), de produtos industrializados (IPI), de operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) e ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

d) Correta. Segundo o art. 14 da LRF, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO; ou estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Nesse caso, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas citadas.

Resposta: Letra D

13)

De acordo com o art. 42 da LRF:

*“Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte **sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.***

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.”

Logo, o valor máximo a ser inscrito em Restos a Pagar é o montante disponível em caixa de **R\$ 1.000.000,00.**

Resposta: Letra D

14)

As disposições da LRF obrigam a **União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios**. Nas referências à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público; bem como as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais **dependentes**. Logo, a LRF **não** se aplica a empresas estatais **independentes (ou não dependentes)**.

Resposta: Letra C

15)

A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50.

II – Estados: 60%.

III – Municípios: 60%

Resposta: Letra C

16)

A) Ente ou Poder	B) RCL	C) Despesas com pessoal	D) C/B	Limites da LRF	Acima do limite ?
Estado	R\$ 1 milhão	R\$ 595.000,00	59,5%	60%	Não
Executivo	R\$ 1 milhão	R\$ 480.000,00	48%	49%	Não
Legislativo	R\$ 1 milhão	R\$ 29.000,00	2,9%	3%	Não
Judiciário	R\$ 1 milhão	R\$ 66.000,00	6,6%	6%	Sim
MP	R\$ 1 milhão	R\$ 20.000,00	2,0%	2%	Não
Município	R\$ 1 milhão	R\$ 655.000,00	65,5%	60%	Sim
Executivo	R\$ 1 milhão	R\$ 600.000,00	60%	54%	Sim
Legislativo	R\$ 1 milhão	R\$ 55.000,00	5,5%	6%	Não

Logo, estão acima do limite de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida **o Poder Judiciário Estadual, o Poder Executivo Municipal e o Município**.

Resposta: Letra E

17)

No art. 1º da LRF, é previsto:

(...)

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, **o Distrito Federal** e os Municípios.

Não há previsão de uma lei no âmbito de qualquer ente que venha a sobrepor a LRF. A Lei de Responsabilidade é lei federal, porém com efeitos gerais ou nacionais, de tal sorte que inexistente necessidade de outra lei para dar aplicabilidade a seus dispositivos.

Resposta: Errada

18)

- a) Errada. A regra geral **a ser observada** é da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) Correta. A isenção em caráter não geral se enquadra no conceito de renúncia de receitas da LRF, ainda que a receita global venha a ser acrescida com a política adotada.
- c) Errada. A anistia fiscal também **é considerada** como renúncia de receita.
- d) Errada. O incentivo fiscal só pode ser concedido caso atenda ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias, portanto **anterior** à LOA.
- e) Errada; De acordo com o § 6.º do art. 150 da CF/1988, qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante **lei específica**, federal, estadual ou municipal, **que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas** ou o correspondente tributo ou contribuição.

Resposta: Letra B

19)

I) Correto. É vedado ao titular do Poder Executivo, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito (art. 42, *caput*, da LRF).

II) Correto. A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão (art. 5º, § 5º, da LRF).

III) Errado. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um **período superior a dois exercícios** (art. 17, *caput*, da LRF).

IV) Errado. O **relatório resumido de execução orçamentária** do ente público conterá demonstrativo dos resultados nominal e primário obtidos no **bimestre** respectivo.

Logo, está correto o que se afirma apenas em I e II.

Resposta: Letra A

20)

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva **arrecadação** de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação (art. 11 da LRF).

Resposta: Letra A

21)

A questão fala de leis estaduais e de uma lei federal. No entanto, o raciocínio não se altera. Este artigo da **LRF** que responderá a questão:

*Art. 5º: O **projeto de lei orçamentária anual**, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:*

(..)

*III - **conterá reserva de contingência**, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, **serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias** (...)*

Assim, a **LOA conterá reserva de contingência**, logo “Lei Orçamentária Anual” completa a lacuna. O trecho está contido em uma Norma Legal do Estado de Pernambuco. Essa norma é a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**, pois é ela que determinará o montante da reserva de contingência, exatamente o que faz o trecho citado pela questão. O examinador afirma ainda que essa norma, que já vimos que está na LDO, atende a dispositivo de Lei Federal. Essa Lei Federal é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o dispositivo é o já citado inciso III do Art. 5º.

O examinador pede, nesta ordem:

- a alternativa que complete a lacuna: LOA
- e apresente as respectivas normas: - Estadual: LDO
- e Federal: LRF

Logo, temos a seguinte ordem: **Lei Orçamentária Anual/Lei de Diretrizes Orçamentárias/Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Resposta: Letra E

22)

- Errada. A LRF é uma lei complementar, porém **não** prevê crimes de responsabilidade.
- Errada. A LRF define os limites **máximos** de despesas com pessoal da União, dos Estados, do Distrito Federal e **dos Municípios**.
- Correta. A LRF traz diversas condições para que se realize a renúncia de receita.
- Errada. A LRF **não** define o objeto do Plano Plurianual.
- Errada. A LRF **disciplina** as operações créditos.

Resposta: Letra C

23)

- Correta. A LRF apresenta despesas que não podem sofrer a limitação de empenho. Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

- b) Errada. Se verificada a necessidade de contingenciamento ao final de um bimestre, cada um dos poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, **terá até os trinta dias subsequentes** para efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira.
- c) Errada. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica **serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação**, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso (art. 8º, Parágrafo único, da LRF).
- d) Errada. Os critérios para realização da limitação de empenho e de movimentação financeira serão estabelecidos na **Lei de Diretrizes Orçamentárias**.
- e) Errada. A limitação de que trata a LRF somente acontecerá se verificado que ao final do **bimestre** a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas na LDO.

Resposta: Letra A

24)

- I) Correto. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (art. 17 da LRF).
- II) Errado. Compete aos **Tribunais de Contas** verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão e alertá-los quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassar 90% do limite. É o denominado limite de alerta.
- III) Errado. Atualmente, devido à ADIN 2.238-5, o Poder Executivo **não** é autorizado a limitar os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público caso estes não promovam a limitação no prazo estabelecido no caput do art. 9.º. Há a extensão da limitação de empenho aos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, mas ela deve ser efetuada por **ato próprio**.
- IV) Correto. De acordo com a “regra de ouro”, o montante previsto para a contratação de operações de crédito em cada exercício fica limitado ao montante da despesa de capital constante no projeto de lei orçamentária.
- V) Errado. Novamente o conceito de despesa obrigatória de caráter continuado. Tais despesas **não** são proibidas, desde que sigam as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Logo, estão corretos apenas os itens I e IV.

Resposta: Letra D

25)

No item III, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária tem como um de seus objetivos demonstrar a arrecadação de receitas e a execução de despesas, devendo ser elaborado bimestralmente. Porém, deve ser publicado em até **trinta** dias após o término do bimestre.

Os demais itens estão corretos.

Logo, apenas **três** itens estão certos: I, II e IV.

Resposta: Letra D

26)

I) Correto. Os atos que aumentarem ou criarem despesa obrigatória de caráter continuado para um ente da federação deverão demonstrar a origem de recursos para seu custeio (art. 17, § 1º, da LRF).

II) Correto. As despesas de pessoal dos estados da federação não podem ultrapassar 60% da sua receita corrente líquida (art. 19, II, da LRF).

III) Errada. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas **deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais** (art. 26, caput, da LRF).

Assim, **não** é vedada.

IV) Correto. Considera-se aumento permanente da receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo e majoração ou criação de tributo ou contribuição (art. 17, § 3º, da LRF).

Logo, está correto o que se afirma apenas em I, II e IV.

Resposta: Letra D

27)

Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Resposta: Certa

28)

De acordo com o § 3º do art. 165 da CF/1988, o Poder Executivo publicará, até **30 dias** após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária – RREO.

Resposta: Letra A

29)

É vedada a majoração de benefício relativo à seguridade social sem a indicação da fonte de custeio total (art. 24 da LRF). O disposto neste artigo **aplica-se** a benefício ou serviço de saúde, previdência e assistência social, **inclusive** os destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas.

Resposta: Errada

30)

A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em **que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes** (art. 16, I, da LRF).

Resposta: Letra E

31)

A RCL será apurada somando-se as **receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 anteriores**, excluídas as duplicidades. Assim, a apuração da RCL é feita durante o período de um ano, não necessariamente coincidente com o ano civil.

Resposta: Letra A

32)

As disposições da LRF obrigam a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Nas referências à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estão compreendidos **o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público**; bem como as respectivas Administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais

dependentes. Ainda, a estados entende-se considerado o Distrito Federal; e a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Resposta: Letra D

33)

A LRF apresenta despesas que não podem sofrer a limitação de empenho. Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, **inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida**, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Letra A

34)

Limite de alerta: compete aos Tribunais de Contas verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão e alertá-los quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassar **90% do limite**.

Resposta: Letra E

35)

Na LRF:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Letra B

36)

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal **a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação**.

Resposta: Letra E

37)

A renúncia de receitas compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção **em caráter não geral**, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. Note que ao considerar renúncia termos como “isenção em caráter não geral”, “redução discriminada” e “tratamento diferenciado”, a LRF visa evitar que haja preferências para apenas alguns poucos em prejuízo dos demais. Por exemplo, a isenção em caráter geral **não** se enquadra no conceito de renúncia de receitas da LRF.

Resposta: Letra D

38)

A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50%.

II – Estados: 60%.

III – Municípios: 60%

Resposta: Letra A

39)

Segundo o art. 20 da LRF, a repartição dos limites globais do art. 19 – União (50%), estados (60%), municípios (60%) – não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

II – na esfera estadual:

a) 3% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.

b) 6% para o Judiciário.

c) 49% para o Executivo.

d) 2% para o Ministério Público dos Estados.

Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, o percentual definido

para o Legislativo será de 3,4% e do **Executivo será de 48,6%**, o que corresponde, respectivamente, a acréscimo e redução de 0,4%.

Resposta: Letra D

40)

As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas (art. 12 da LRF).

Resposta: Letra A

41)

Segundo o art. 20 da LRF, a repartição dos limites globais do art. 19 – União (50%), estados (60%), municípios (60%) – não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

III – na esfera municipal:

a) **6% para o Legislativo**, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

b) 54% para o Executivo.

Logo, o limite da Câmara Municipal é de 6% de R\$ 1.500.000,00, ou seja, de **R\$ 90.000,00**.

Resposta: Letra B

42)

Na alternativa “B”, o Relatório de Gestão Fiscal conterá comparativo com os limites de que trata a LRF, dos seguintes montantes: despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas; dívidas consolidada e mobiliária; concessão de garantias; e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.

As demais alternativas trazem elementos que integram o **relatório resumido de execução orçamentária**.

Resposta: Letra B

43)

Segundo o art. 20 da LRF, a repartição dos limites globais do art. 19 – União (50%), estados (60%), municípios (60%) – não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

II – na esfera estadual:

a) 3% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.

b) 6% para o Judiciário.

c) 49% para o Executivo.

d) 2% para o Ministério Público dos Estados.

Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, o percentual definido para o Legislativo será de 3,4% e do Executivo será de 48,6%, o que corresponde, respectivamente, a acréscimo e redução de 0,4%.

Logo, para os Estados da Federação, sem tribunais de contas dos municípios, o percentual máximo para o Poder Executivo correspondente é de **49%**.

Resposta: Letra B

44)

Consoante o art. 16 da LRF, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

_ estimativa, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (item I);

_ declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (item III).

Logo, está correto o que se afirma em I e III, apenas.

Resposta: Letra D

45)

Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 20 da LRF, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente

terá de ser eliminado nos **dois quadrimestres seguintes**, sendo pelo menos um terço no primeiro.

Resposta: Letra C

46)

Segundo o art. 169 da CF/1988, a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em **lei complementar**, que é exatamente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Resposta: Letra C

47)

É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido **nos 180 dias anteriores** ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão.

Resposta: Letra E

48)

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Resposta: Certa

49)

Segundo o art. 20 da LRF, a repartição dos limites globais do art. 19 – União (50%), estados (60%), municípios (60%) – não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

II – na esfera estadual:

a) 3% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.

b) 6% para o Judiciário.

c) 49% para o Executivo.

d) 2% para o Ministério Público dos Estados.

Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, o percentual definido para o Legislativo será de 3,4% e do Executivo será de 48,6%, o que corresponde, respectivamente, a acréscimo e redução de 0,4%.

Logo, para a Assembleia Legislativa dos Estados que não têm Tribunais de Contas dos municípios, esse percentual é igual a **3%**.

Resposta: Letra C

50)

Segundo o art. 17 da LRF, considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa **corrente** derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Os investimentos são despesas de capital.

Resposta: Errada

Capítulo XVI

1)

a) Errada. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, **independente** concordância do devedor.

b) Errada. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação de precatórios e à conta dos créditos respectivos. Entretanto, **não** se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

c) Errada. É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício **seguinte**, quando terão seus valores atualizados.

d) Errada. As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e **exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito**, o sequestro da quantia respectiva.

e) Correta. A União poderá assumir, a seu critério exclusivo e na forma de lei, débitos oriundos de precatórios, de estados, do Distrito Federal e de municípios, refinanciando-os diretamente.

Resposta: Letra E

2)

Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios **previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez**, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado (art. 100, § 1º, da CF/1988).

Resposta: Errada

3)

a) Errada. A competência para instituir empréstimos compulsórios é da **União**, cabendo sua instituição e disciplina dependente de lei complementar.

b) Errada. Os empréstimos compulsórios poderão ser instituídos para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; e no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. **Não** podem ter como finalidade o enxugamento da moeda em circulação na economia.

c) Errada. Os empréstimos compulsórios são instituídos por **lei complementar**, podendo ser destinados a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública ou guerra externa ou sua iminência.

d) Correta. O princípio tributário da anterioridade, o qual veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, só precisa ser obedecido caso os empréstimos compulsórios sejam destinados a investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. No caso de despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, podem ser cobrados no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os houver instituído.

e) Errada. A competência para instituir empréstimos compulsórios é da União, cabendo sua instituição e disciplina dependente de lei **complementar**. Além disso, o princípio tributário da anterioridade só precisa ser obedecido caso os empréstimos compulsórios sejam destinados a investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

Resposta: Letra D

4)

De acordo com o art. 92 da Lei 4.320/1964, a dívida flutuante compreende:

- _ Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- _ Os serviços da dívida a pagar;
- _ Os depósitos;
- _ Os débitos de tesouraria.

Resposta: Letra C

5)

I) Correto. A expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

II) Errado. Com a apresentação do precatório até 1º de **julho** o pagamento far-se-á até o último dia do exercício seguinte àquele em que foi inserido.

III) Errado. Os créditos de natureza alimentícia serão pagos com preferência, porém **não** dispensam o pagamento por meio de precatórios.

IV) Correto. É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago (art. 100, § 8º, da CF/1988).

V) Errado. É **vedado** o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para que seu pagamento se faça parte como crédito de pequeno valor.

Logo, está correto o que se afirma apenas em I e IV.

Resposta: Letra A

6)

De acordo com o STF, a restituição do empréstimo compulsório deverá ser feita em **moeda corrente**.

Resposta: Errada

7)

Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios é **competência exclusiva do Senado Federal, mediante resolução**.

Resposta: Letra D

8)

Compete privativamente ao **Senado Federal** fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Resposta: Letra C

9)

Lei complementar à Constituição Federal (portanto, da União) poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação (art. 100, § 15, da CF/1988).

Resposta: Letra A

10)

Os empréstimos compulsórios são considerados de natureza tributária por grande parte da doutrina e pela jurisprudência. Os recursos arrecadados terão sua aplicação vinculada à despesa que fundamentou sua instituição. No caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, deve ser observado o princípio tributário da anterioridade. Já para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, não é necessário seguir tal princípio.

Resposta: Certa

11)

a) Errada. É **obrigatória** a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

b) Correta. A União, a seu critério exclusivo e na forma da lei, poderá assumir débitos oriundos de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.

c) Errado. Os débitos de natureza **alimentícia** cujos titulares tenham **60** anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para as obrigações definidas como de pequeno valor, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

d) Errado. O sequestro de bens públicos será admitido no caso de preterimento do direito de precedência no pagamento do precatório **ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito.**

e) Errado. O art. 100, § 9º, dispõe que no momento da expedição dos precatórios, **independentemente de regulamentação**, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial. Além disso, atualmente, tal dispositivo foi declarado **inconstitucional** pelo STF.

Resposta: Letra B

12)

Na alternativa “B”, é **vedado** ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra B

13)

a) Errada. A CF/1988 dispõe que a expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer **em virtude de sentença judicial transitada em julgado**.

b) Errada. A CF/1988 **faculta** ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado.

c) Correta. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, **não** se aplicando ao cessionário o disposto nos já citados §§ 2.º (preferência para maiores de 60 anos ou com doenças graves) e 3.º (obrigações definidas em lei como de pequeno valor), ambos do art. 100.

d) Errada. O art. 100, § 15, dispõe que lei complementar **poderá** estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação. Atualmente, tal dispositivo foi declarado inconstitucional pelo STF.

e) Errada. Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham mais de 60 anos de

idade têm preferência à ordem cronológica, porém **não** dispensam o regime de precatórios.

Resposta: Letra C

14)

É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento **até o final do exercício seguinte**, quando terão seus valores atualizados monetariamente (art. 100, § 5º, da CF/1988).

Resposta: Errada

15)

Na alternativa “A”, é da competência exclusiva do **Congresso Nacional** julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo (art. 49, IX, da CF/1988).

As demais alternativas trazem corretamente as atribuições do Senado Federal.

Resposta: Letra A

16)

Para os fins do disposto no § 3º, **poderão** ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social (art. 100, § 4º, da CF/1988).

Resposta: Errada

17)

De acordo com o art. 92 da Lei 4.320/1964, a dívida **flutuante** compreende:

- os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- os serviços da dívida a pagar (parcelas de amortização e juros da dívida fundada);
- os depósitos;
- os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Logo, de acordo com a Lei 4320/1964, a dívida mobiliária de curto prazo **não** se enquadra no conceito de dívida flutuante.

Resposta: Letra E

18)

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

a) Errada. A União intervirá nos Estados para reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada **por mais de 2 anos consecutivos**, salvo motivo de força maior.

b) Errada. Compete privativamente ao **Senado Federal** fixar os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

c) Correto. É competência privativa do Senado Federal dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

d) Errada. A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, **não** se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e a contração de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita. É o princípio da exclusividade.

e) Errada. A abertura de crédito **extraordinário** será feita sem prévia autorização legislativa, para atender a despesas **imprevisíveis** e urgentes, como as decorrentes de guerra ou calamidade.

Resposta: Letra C

19)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a competência para instituir empréstimos compulsórios é da **União**, cabendo sua instituição e disciplina dependente de lei complementar.

Resposta: Errada

20)

a) Correta. De acordo com a Constituição Federal, a instituição e disciplina dos empréstimos compulsórios dependente de lei complementar.

b) c) Corretas. O empréstimo compulsório pode ser instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

d) É a incorreta. Consoante a Constituição Federal, a competência para a instituição de empréstimos compulsórios é da **União**.

e) Correta. O empréstimo compulsório pode ser instituído para atender a investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Neste caso deve ser observado o princípio tributário da anterioridade, o qual veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Resposta: Letra D

21)

A autorização para as operações de crédito por antecipação de receita depende do atendimento de diversas exigências da **Lei de Responsabilidade Fiscal**.

Resposta: Letra B

22)

a) Errada. Consoante o art. 40 da LRF, os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 (são as normas sobre operações de crédito previstas na LRF) e, no caso da **União** (ou seja, **não** inclui DF e Estados), também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.

b) Errada. A garantia **estará condicionada** ao oferecimento de contragarantia, **em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida**, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas (art. 40, § 1º, da LRF), além de outros requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) Correta. A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas (art. 40, § 1º, da LRF), além de outros requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

d) Errada. **Excetua-se** das regras dispostas na LRF a garantia prestada por instituições financeiras estatais, que se submeterão às normas aplicáveis às instituições financeiras

privadas, de acordo com a legislação pertinente; bem como a prestada pela União, na forma de lei federal, a empresas de natureza financeira por ela controladas, direta e indiretamente, quanto às operações de seguro de crédito à exportação.

e) Errada. Quando honrarem dívida de outro ente, em razão de garantia prestada, a União e os estados **poderão** condicionar as transferências constitucionais ao ressarcimento daquele pagamento

Resposta: Letra C

23)

Na alternativa “B”, se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos **25% (vinte e cinco por cento)** no primeiro.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra B

24)

Com relação a operações de antecipação de receita orçamentária (ARO), somente poderá ser realizada a partir do décimo dia do início do exercício financeiro e deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro de cada ano.

Resposta: Certa

25)

a) Errado. O **refinanciamento da dívida mobiliária** corresponde à emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

b) Errado. Considera-se **operação de crédito** o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

c) Errado. A **concessão de garantia** corresponde a compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

d) Errado. A **dívida pública mobiliária** é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

e) Correto. A **dívida pública consolidada ou fundada** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Resposta: Letra E

26)

a) Errada. É **vedada** a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços.

b) Errada. É **vedada** a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição.

c) Errada. É **vedado** o recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação.

d) Correta. Equiparam-se à operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16 da LRF, relacionados à geração de despesa. Logo, se a lei for cumprida, não há vedação nesse caso.

e) Errada. É **vedada** a assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes.

Resposta: Letra D

27)

I e II) Corretos. No prazo de noventa dias após a publicação desta Lei Complementar, o Presidente da República submeterá ao Senado Federal proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios; e, ao Congresso Nacional, projeto de lei que estabeleça limites para o montante da dívida mobiliária federal (art. 30, I e II, da LRF).

III) Errado. Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida **consolidada**, para fins de aplicação dos limites (art. 30, § 7º, da LRF).

Logo, apenas os itens I e II estão certos.

Resposta: Letra B

28)

O BACEN pode, indiretamente, conceder empréstimos às instituições financeiras. Entretanto, é **vedado** ao banco central conceder, direta ou indiretamente, **empréstimos ao Tesouro Nacional** e a qualquer órgão ou entidade que **não** seja instituição financeira.

Resposta: Errada

29)

Para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada **quadrimestre**.

Resposta: Letra D

30)

I) Correto. A ARO se destina a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro.

II) Correto. A ARO realizar-se-á apenas a partir do décimo dia do início do exercício.

III) Errado. A ARO deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o **dia 10 de dezembro** do exercício em que foi realizada.

IV) Correto. A ARO estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.

V) Errado. A ARO estará **proibida** no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

Logo, está correto o que se afirma em I, II e IV.

Resposta: Letra B

31)

Consoante o art. 98 da Lei 4320/1964, a dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade **superior a 12 meses**, contraídos para atender o desequilíbrio orçamentário

ou financeiro de obras e serviços públicos.

Resposta: Letra D

32)

Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos **25% (vinte e cinco por cento)** no primeiro (art. 31, *caput*, da LRF).

Resposta: Letra C

33)

Na Lei 4320/1964:

Art. 92. A dívida flutuante compreende:

I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

II - os serviços da dívida a pagar;

III - os depósitos;

IV - os débitos de tesouraria.

De acordo com o dispositivo acima, estão errados os itens III e VI.

Logo, está correto o contido em **I, II, IV e V, apenas.**

Resposta: Letra C

34)

A dívida flutuante compreende os compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária, assim entendidos:

- Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- Os serviços da dívida.
- Os depósitos, inclusive consignações em folha.
- As operações de crédito por antecipação de receita.
- O papel-moeda ou moeda fiduciária.

Já a dívida **fundada ou consolidada** compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 meses contraídos mediante emissão de títulos ou celebração de contratos

para atender a desequilíbrio orçamentário, ou a financiamento de obras e serviços públicos, **e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.**

Resposta: Letra A

35)

Refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária (art. 29, V, da LRF).

Resposta: Letra C

36)

Serão estabelecidos pelo **Senado Federal** por proposta do Chefe do Poder Executivo da União, enviada 90 dias após a publicação da LRF:

- Limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios e de limites e condições relativos às operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.
- Concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno e montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Resposta: Letra C

37)

Segundo o art. 148 da CF/1988, a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

_ Para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;

_ No caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

Logo, está correto o que se afirma apenas em I e II.

Resposta: Letra C

38)

Uma operação de crédito por antecipação de receita somente pode ser feita a partir do **décimo dia do início do exercício**, desde que cumpra as demais exigências.

Resposta: Letra D

39)

Conforme estabelecido pelo art. 100, § 5º da Constituição Federal, é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais **apresentados até 1º de julho**, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

Resposta: Letra C

40)

a) Errada. É **vedada** a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.

b) Errada. É **vedado** o recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação.

c) Errada. É **vedada** a assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes.

d) Correta. É vedada a compra de título da dívida, na data de sua colocação no mercado. Entretanto, **o BACEN poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira**. Ainda, tal operação deverá ser realizada à taxa média e condições alcançadas no dia, em leilão público.

e) Errada. É **vedada** a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços.

Resposta: Letra D

Capítulo XVII

1)

Na alternativa “B”, o **planejamento governamental** é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de **políticas públicas**.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra B

2)

Na alternativa “D”, é diretriz do PPA 2012-2015 a valorização da diversidade cultural e da identidade nacional. Entretanto, **não** há sobreposição dos aspectos regionais.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra D

3)

a) Errada. O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Programas **de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**.

b) Errada. O Programa Temático expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços **à sociedade**.

c) Errada. O Programa **de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado** expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção **da atuação governamental**.

d) Correta. Não integram o PPA 2012-2015 os programas destinados exclusivamente a operações especiais. São aquelas despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

e) Errada. O Programa Temático **possui** objetivos e iniciativas.

Resposta: Letra D

4)

Os empreendimentos plurianuais **cujo Valor Global estimado seja igual ou superior ao Valor de Referência** são caracterizados de Grande Porte e deverão ser expressos no PPA 2012-2015 como Iniciativas.

Resposta: Letra C

5)

- a) Errada. Os **Programas** constantes do PPA 2012-2015 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.
- b) Errada. As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente **nas leis orçamentárias anuais**.
- c) Errada. As vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas constarão **nas leis orçamentárias anuais**.
- d) Correta. O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional (art. 9º).
- e) Errada. Integram o PPA 2012-2015 como anexo os Empreendimentos Individualizados como **Iniciativas**.

Resposta: Letra D

6)

A gestão do PPA 2012-2015 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá **a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão** dos Programas, Objetivos e Iniciativas.

Logo, na gestão do PPA **não** consta a elaboração.

Resposta: Letra E

7)

Na alternativa “A”, o **Poder Executivo** encaminhará ao **Congresso Nacional** relatório anual de avaliação do Plano.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra A

8)

- a) Correta. A avaliação *ex ante* é realizada antes do início da implementação de um programa, em que é necessário projetar o que aconteceria com algumas características da população beneficiária caso o programa fosse executado, comparando os custos e benefícios da iniciativa com as alternativas disponíveis à sua implantação. Procura medir a viabilidade do programa a ser implementado, no que diz respeito a sua relação custo-benefício.
- b) Errada. A avaliação **formativa ou de processo** é focada na gestão e no funcionamento do programa.
- c) Errada. A avaliação **ex post ou somativa** é focada nos resultados.
- d) Errada. A avaliação **externa** tende a apresentar maior credibilidade junto ao público usuário da *informação* por utilizar padrões mais rígidos e neutros de análise. A avaliação **interna** que é realizada pela própria equipe que conhece melhor a política.
- e) Errada. Na avaliação **interna** se aplica uma autoavaliação.

Resposta: Letra A

9)

São prioridades da administração pública federal **o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Plano Brasil sem Miséria - PBSM** e as definidas nas leis de diretrizes orçamentárias.

Resposta: Letra B

10)

Na alternativa "C", a revisão do PPA 2012-2015, **ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 21**, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei. Logo, **nem sempre** será proposta por projeto de lei.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra C

11)

A gestão do PPA 2012-2015 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos Programas, Objetivos e Iniciativas (art. 13 da Lei 12.593/2012).

O princípio da **publicidade** dispõe que a Administração Pública tem o dever de tornar públicos os seus atos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei. A **eficiência** denotaria competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços. A **impessoalidade** determina que o agente público deva visar o interesse público, vedando atos que beneficiem ou prejudiquem alguém. A **economicidade** considera a relação custo/benefício da despesa pública, ou seja, se o gasto foi realizado com minimização dos custos e sem comprometimento dos padrões de qualidade. Finalmente, a **efetividade** é definida como a capacidade de se transformar uma realidade a partir do objetivo estabelecido e sua continuidade ao longo do tempo.

Logo, **não** é princípio da gestão a **governabilidade**.

Resposta: Letra E

12)

(2) O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

(4) O Valor de Referência é um parâmetro financeiro, estabelecido por Programa Temático, especificado pelas esferas Fiscal e da Seguridade e pela esfera de Investimento das Empresas Estatais, que permitirá identificar, no PPA 2012-2015, empreendimento, quando seu custo total superar aquele valor.

(3) O Valor Global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos, segregadas as esferas Fiscal e da Seguridade da esfera de Investimento das Empresas Estatais, com as respectivas categorias econômicas, e dos recursos de outras fontes.

(1) O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas.

Logo, a sequência correta é 2, 4, 3, 1.

Resposta: Letra C

13)

Na Lei do PPA 2012-2015:

Art. 10. Os empreendimentos plurianuais cujo Valor Global estimado seja igual ou superior ao Valor de Referência são caracterizados de Grande Porte e deverão ser expressos no PPA 2012-2015 como Iniciativas.

(...)

§ 2º A obrigatoriedade de individualização no PPA 2012-2015 de Iniciativa de que trata o caput **não** se aplica aos Empreendimentos de Grande Porte financiados com recursos provenientes de transferências da União a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Resposta: Errada

14)

O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório anual de avaliação do Plano, que conterá (art. 15 da Lei do PPA 2012-2015):

I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II – situação, por Programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas;

III – execução financeira das Iniciativas.

Resposta: Certa

15)

O PPA 2012-2015 é constituído por Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Entretanto, **não** integram o PPA 2012-2015 os programas destinados exclusivamente a operações especiais (art. 5º, Parágrafo único, da Lei 12.593/2012 – Lei do PPA 2012-2015).

Resposta: Errada

16)

Não integram o PPA 2012-2015 os programas destinados exclusivamente a operações especiais (art. 5º, Parágrafo único, da Lei 12.593/2012 – Lei do PPA 2012-2015).

Resposta: Errada

17)

O PPA 2012-2015 terá como diretrizes (art.4º da Lei 12.593/2012):

I - a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero;

II - a ampliação da participação social;

III - a promoção da sustentabilidade ambiental;

IV - a valorização da diversidade cultural e da identidade nacional;

V - a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade;

VI - a garantia da soberania nacional;

VII - o aumento da eficiência dos gastos públicos;

VIII - o crescimento econômico sustentável; e

IX - o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia.

Resposta: Certa

18)

O PPA 2012-2015 é constituído por **Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.**

Resposta: Errada

19)

Os **Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado** são instrumentos do plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos programas temáticos por meio de suas iniciativas.

Resposta: Errada

20)

No PPA 2012-2015, o programa temático se desdobra em objetivos e iniciativas. Os objetivos expressam o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de iniciativas, com desdobramento no território. Já as iniciativas declaram as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras: ações institucionais e normativas, bem como da pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de

políticas públicas. Por tudo isso se pode inferir que as informações principais do programa temático estão no objetivo e na iniciativa.

Resposta: Certa

21)

No PPA 2012-2015, o programa temático se desdobra em objetivos e iniciativas. O **objetivo** é entendido como aquilo que deverá ser feito, o que compreende as situações a serem alteradas por meio da implementação de um conjunto de ações em todo o território brasileiro. Já as iniciativas declaram as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento.

Resposta: Errada

22)

Na alternativa II, compete ao **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão.

As demais alternativas estão corretas.

Logo, está correto o que se afirma apenas em I e III.

Resposta: Letra C

23)

Na alternativa "A", o referido Decreto dispõe que a gestão observará a responsabilização compartilhada para realização dos Objetivos e alcance das Metas de cada **Programa Temático**. Os focos da gestão são os programas temáticos.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra A

24)

a) Errada. O **monitoramento** é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias da administração pública federal.

b) Errada. A **avaliação** consiste na análise das políticas públicas e dos Programas com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

c) Errada. O **monitoramento** do PPA 2012-2015 possibilita a produção, a organização e a interpretação de informações, ampliando os conhecimentos sobre a implementação das políticas públicas.

d) Correta. A revisão do PPA 2012-2015 consiste na atualização de Programas com vistas a proporcionar sua aderência à especificidade e à gestão das políticas públicas, à efetivação de direitos, e subsidiar o processo de elaboração das diretrizes governamentais e das prioridades orçamentárias anuais (art. 10).

e) Errada. O art. 15 da Lei do PPA 2012-2015 determina que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório anual de **avaliação** do Plano. O Decreto determina que tal relatório deve ser encaminhado até 31 de maio do ano subsequente ao avaliado, e adotará as providências necessárias para a sua ampla divulgação junto à sociedade.

Resposta: Letra D

25)

Na alternativa “D”, o **Poder Executivo** encaminhará ao **Congresso Nacional** relatório anual de avaliação do Plano até 31 de maio do ano subsequente ao avaliado, e adotará as providências necessárias para a sua ampla divulgação junto à sociedade.

As demais alternativas estão corretas.

Resposta: Letra D